



Universidade de Brasília
Centro de Excelência em Turismo
Mestrado Profissional em Turismo

O IMPACTO SOCIAL DO TURISMO RURAL NO PAPEL DAS MULHERES CAMPESINAS

Maysa Sena de Carvalho

Brasília-DF
2013



Universidade de Brasília
Centro de Excelência em Turismo
Mestrado Profissional em Turismo

O IMPACTO SOCIAL DO TURISMO RURAL NO PAPEL DAS MULHERES CAMPESINAS

Maysa Sena de Carvalho

Orientadora: Prof^a Dr^a Marutschka Martini Moesch

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Turismo da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de mestre.

Brasília-DF
2013

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de
Brasília. Acervo 1010217.

C331i Carvalho, Maysa Sena de.
O impacto social do turismo rural no papel das mulheres
campesinas / Maysa Sena de Carvalho. -- 2013.
181 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília,
Centro de Excelência em Turismo, 2013.

Inclui bibliografia.

Orientação: Marutschka Martini Moesch.

1. Turismo rural - Aspectos sociais. 2. Trabalhadoras
rurais. 3. Mulheres do campo - Condições sociais.

4. Papel social. 5. Agricultura familiar. I. Moesch,
Marutschka Martini. II. Título.

CDU 338.482.2(1-202)

Maysa Sena de Carvalho

O IMPACTO SOCIAL DO TURISMO RURAL NO PAPEL DAS MULHERES CAMPESINAS

Dissertação de mestrado submetida ao Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do grau de Mestre em Turismo, área de concentração em Cultura e Desenvolvimento Regional.

Aprovada por:

Prof^a. Dr^a. Marutschka Martini Moesch (CET – UnB)
(Orientadora)

Prof^a. Dr^a. Neuza de Farias Araújo (CET – UnB)
(Examinadora Interna)

Prof^a. Dr^a. Tânia Cristina da Silva Cruz (FUP – UnB)
(Examinadora Externa)

Prof^a. Dr^a. Donaria Coelho Duarte (CET – UnB)
(Examinadora Interna - Suplente)

Brasília-DF
2013

DEDICATÓRIA

Dedico esta dissertação aos meus pais queridos, Maria Aparecida e Carlos Antonio, pelo amor, dedicação e apoio com que conduziram minha formação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos meus pais, por sempre acreditarem ilimitadamente no meu potencial, apoiarem minhas escolhas e comemorarem minhas conquistas.

Às estrelas de luz, minhas irmãs: Márcia, Melissa e Mariana, pelas alegrias, risadas e pelos ensinamentos que me proporcionam.

Ao meu amor, Marcus Carvalho, parceiro e incentivador na jornada árdua deste estudo, especialmente durante os momentos difíceis. Obrigada por sua paciência, sua tolerância e seu carinho.

Aos meus irmãos de coração André e Bárbara, colaboradores no decorrer desta dissertação.

A minha querida orientadora Marutschka Martini Moesch, “Maru”, pela parceria, pelo incentivo, pela colaboração, pelo afeto, que me fizeram refletir a respeito do turismo como ciência e fenômeno social. Em especial, agradeço sua paciência, amizade e seu respeito.

À Universidade de Brasília, à coordenação do Programa de Mestrado Profissional em Turismo e aos professores que contribuíram para meu crescimento enquanto pesquisadora e profissional; aos amigos e colegas do mestrado, com os quais compartilhei momentos especiais na trajetória deste estudo, por vezes tão solitária.

Às professoras Astrid Küchemann e Karina Dias, pelo incentivo e observações durante a banca de qualificação, e às professoras Tânia Cruz e Neuza Araújo, pelo aceite de participar na banca de defesa desta dissertação, e pelas contribuições relevantes para a mesma.

Aos colegas do Ministério do Turismo, pela paciência, pela compreensão e pelo incentivo nos momentos difíceis; de forma especial aos amigos Cristiano Borges, Wilken Souto, Gabrielle Andrade, Rafaela Lehmann, Livian Carmo, Cristiane Arakaki, Janaina Casagrande e Luciane Oliveira.

As minhas eternas amigas Ingrid (*in memoriam*), Amalina e Marília – que, apesar da distância física, sempre tem palavras de encorajamento e força –; em especial, à amiga-irmã Bárbara, que tem me suportado nos últimos anos, sendo também revisora e assistente no trabalho de campo deste estudo.

Aos meus familiares e amigos, pelo estímulo e pela compreensão da minha ausência física; a todos que não mencionei diretamente, mas que me são queridos e

dos quais senti muito não estar presente de forma efetiva em função da imersão nos livros e nas escritas.

Por fim, minha eterna gratidão às personagens “MULHERES GUERREIRAS” que ajudaram este trabalho a ter sentido: obrigada pelo acolhimento, pela confiança e pelo carinho.

RESUMO

A dissertação investiga as relações entre as práticas do turismo rural e seus impactos sociais sobre os papéis das mulheres no espaço rural. Tais papéis foram apreendidos a partir da reflexão teórica e da pesquisa de campo realizada em três roteiros turísticos, nos municípios representativos do objeto de investigação, que têm como recorte espacial unidades de produção pertencentes aos programas do Ministério do Turismo, especificamente do projeto denominado Talentos do Brasil Rural: Turismo e Agricultura Familiar a Caminho dos Mesmos Destinos. As questões de pesquisa que nortearam este trabalho foram: desvelar como estão sendo impactados os papéis das mulheres rurais pela produção associada ao turismo nas famílias participantes dos roteiros; mostrar os impactos causados nas relações familiares a partir da mudança dos papéis das mulheres no espaço rural, no processo de hospitalidade turística; e identificar as alterações nas posições de poder e na autoestima das mulheres no espaço rural inseridas nos roteiros. A perspectiva teórico-conceitual utilizada permitiu abordar o tema relacionando com as categorias de agricultura familiar, turismo rural, produção associada ao turismo, poder, autoestima, papel social, impactos sociais e culturais e *habitus*. O objetivo deste trabalho foi analisar se os impactos do turismo sobre os papéis sociais das mulheres no espaço rural contribuem para o seu protagonismo. E destaca a importância da abordagem de gênero para a apreensão do cotidiano das mulheres entrevistadas. Examinaram-se os discursos das mulheres representantes dos núcleos familiares mediante a aplicação de entrevistas e observações livres. A análise revelou que a inserção do trabalho feminino como protagonista do turismo rural na agricultura familiar colabora para a ampliação de sua renda no meio familiar e que esta é utilizada para seu uso pessoal e familiar. Esta nova configuração é facilitada pelo fato de as práticas do turismo no território rural assemelharem-se ou coincidirem com as tarefas domésticas – apontadas como inferiores, ou seja, desvalorizadas em relação a outras atividades exercidas predominantemente por homens. A cozinha, espaço privado, passa a ser espaço público, agora tão valorizado quanto a área de produção agrícola ou a criação de gado, pois são os quitutes, artesanalmente elaborados, os atrativos agora cobiçados pelos visitantes. São as mulheres, mães, avós, filhas, as protagonistas desta nova forma econômica e social de relação entre campo e cidade, rural e urbano, reinventando a hospitalidade e se reinventando socialmente.

Palavras-chave: Impactos Sociais do Turismo; Turismo Rural; Agricultura Familiar; Projeto Talentos do Brasil Rural.

ABSTRACT

The thesis investigates the relationship between the practices of rural tourism and its social impact on the roles of women in rural areas. Such roles were understood from the theoretical reflection and fieldwork carried out in three tourist routes in representative cities of the research object, which have the units of production as spatial areas belonging to the programs of the Ministry of Tourism, particularly the project called Talentos do Brasil Rural: Turismo e Agricultura Familiar a Caminho dos Mesmos Destinos. The research questions that guided this study were: to reveal how rural women roles are being impacted by participating families in the routes of the tourism-related production; to show the impacts on family relationships about the changing of the women roles in rural areas, in the process of tourism hospitality; and to identify the changing in the positions of power and self-esteem of the women in rural routes. The theoretical-conceptual perspective employed allowed approaching the subject associating it to the family farming categories, rural tourism, the tourism-related production, power, self-esteem, social role, social and cultural impacts and habits. The aim of this study was to analyze if the impacts of tourism on the social roles of the women in rural areas contribute to its leadership. And it highlights the importance of the gender approach to the understanding of the daily lives of the interviewed women. The discourses of households women were analyzed by applying interviews and observations. The analysis showed that the inclusion of women's work as the rural tourism leadership in family farming contributes to the expansion of their income in the family and this income is used for their personal use and family. This new setting is facilitated because the practices of tourism in rural areas resemble or coincide with household chores - identified as inferior, or undervalued in relation to other activities performed predominantly by men. The kitchen, private space, becomes public space, now valued as well the area of agricultural production or livestock farming, since the local handmade delicacies are now the attractive coveted by the visitors. The women, mothers, grandmothers, daughters, are the protagonists of this new economic and social form of relationship between country and city, rural and urban, reinventing the hospitality and reinventing themselves socially.

Keywords: Social Impacts of Tourism, Rural Tourism, Family Farming, Project: Talentos do Brasil Rural.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Inserção privado-público – sujeito social – diferentes papéis da mulher campezina.....	82
Figura 2 – Estrutura da equipe do Projeto Talentos do Brasil Rural.....	93

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Perfil das mulheres entrevistadas.....	139
Quadro 2 – Participação das mulheres na comunidade	149

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Principal motivação para realização de viagem doméstica	36
Tabela 2 – Lugares preferidos dos turistas brasileiros atuais.....	37

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AM	Amazonas
BA	Bahia
CE	Ceará
DAP	Declarações de Aptidão ao Pronaf
DF	Distrito Federal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
FIPE	Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas
GIZ	Agência de Cooperação Alemã
GO	Goiás
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MG	Minas Gerais
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MTur	Ministério do Turismo
LEADER	Liaison Entre Action de Développement de l'Économie Rurale
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMT	Organização Mundial do Turismo
ONU	Organização das Nações Unidas
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNT	Plano Nacional de Turismo
PR	Paraná
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RJ	Rio de Janeiro
RN	Rio Grande do Norte

RS	Rio Grande do Sul
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Pequenas e Médias Empresas
SC	Santa Catarina
SP	São Paulo
TRAF	Turismo Rural na Agricultura Familiar
TBR	Talentos do Brasil Rural

APÊNDICE

Apêndice A – Roteiro semiestruturado – entrevista com mulheres no espaço rural	174
Apêndice B – Termo de consentimento livre e esclarecido	181

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1 AS IMPLICAÇÕES DE CONCEPÇÃO DO TURISMO NAS POLÍTICAS DO MTUR E MDA	20
1.1 Turismo como fenômeno humano	20
1.2 A compreensão do turismo como prática social.....	21
1.3 A concepção de turismo subjacente às ações do MTur e MDA nas implicações sociais	30
1.4 O contexto do turismo rural.....	34
1.5 O contexto da agricultura no Brasil	46
1.6 Agricultura familiar	48
2 CAMINHO METODOLÓGICO: A CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO	54
2.1 A construção do objeto de estudo	54
2.1.1 Refletindo sobre as fontes escolhidas na construção do objeto de pesquisa.....	56
2.2 A arquitetura das evidências por categorias analíticas.....	61
2.2.1 Poder.....	63
2.2.2 Empoderamento.....	67
2.2.3 Autoestima	69
2.2.4 Impactos sociais e culturais.....	71
2.2.5 <i>Habitus</i>	75
2.2.6 Sujeito social: papéis das mulheres	77
3 PRODUÇÃO ASSOCIADA AO TURISMO	87
3.1 Talentos do Brasil rural: turismo e agricultura familiar a caminho dos mesmos destinos – objeto de estudo.....	89
4 A CONSTRUÇÃO ANALÍTICA DO OBJETO DE ESTUDO DOS ROTEIROS DO TALENTOS DO BRASIL RURAL: ESTUDO ETNOGRÁFICO	94
4.1 Estudo etnográfico 1: <i>Trekking</i> Travessia Leste	94
4.2 Estudo etnográfico 2: Caminhos da Roça.....	107
4.3 Estudo etnográfico 3: Agroturismo de Gramado	122
4.4 Papéis sociais das mulheres no turismo rural.....	130
4.4.1 Contexto do trabalho da mulher no turismo rural	131
4.5 Análise das evidências das entrevistas dos três roteiros a partir das categorias de análise.....	138
EVIDÊNCIAS FINAIS	155
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	165
APÊNDICE	174

INTRODUÇÃO

O objeto desta dissertação foi desvelar os impactos sociais das práticas do turismo sobre os papéis das mulheres enquanto sujeitos sociais no espaço rural, em unidades de produção de agricultura familiar, ao interagir com a inclusão da produção associada ao turismo, pelo projeto Talentos do Brasil Rural: Turismo e Agricultura Familiar a Caminho dos Mesmos Destinos, pertencente ao Programa de Desenvolvimento da Produção Associada ao Turismo.

O projeto Talentos do Brasil Rural: Turismo e Agricultura Familiar a Caminho dos Mesmos Destinos foi o resultado do Acordo de Cooperação Técnica, assinado entre Ministério do Turismo (MTur) e Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em outubro de 2009, durante a Feira Nacional da Agricultura Familiar, no Rio de Janeiro, cujo objetivo foi implementar ações conjuntas, que visem identificar, ordenar, promover e fortalecer a relação entre a agricultura familiar e a atividade turística, o qual será delineado no primeiro capítulo desta dissertação, a partir do contexto do turismo como fenômeno humano e prática social. Esta dissertação foi estruturada em quatro capítulos, além desta introdução e das evidências finais.

O interesse da pesquisadora pela temática surgiu em 2008, haja vista que iniciou o estudo na especialização e adicionou a este novo enfoque a partir de sua atuação profissional. Além disso, a escolha do tema justifica-se pela relevância dos impactos sociais, econômicos e culturais do turismo, especialmente em pequenas comunidades rurais, e pelos escassos trabalhos com este foco. Nas últimas décadas, especialmente no Brasil, os territórios rurais são cada vez mais multifuncionais e pluriativos. Desta forma, o turismo surge como uma alternativa complementar, do ponto de vista econômico, segundo visão do MTur, mas esta mesma política não só impacta sob esta faceta como diretamente na organização familiar, portanto, gerando impactos socioculturais, os quais pouco são levados em conta.

O objeto de análise tem como contexto a agricultura familiar por sua importância no cenário da segurança alimentar do país, como confirmam os dados do Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2006. Estes dados atestam que no território brasileiro há 4,3 milhões de

estabelecimentos familiares, representando 84% das propriedades rurais, as quais ocupam 74,4% da mão de obra do campo.

Segundo a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que caracteriza o agricultor familiar, este é considerado quando pratica atividades no meio rural em áreas não maior que quatro módulos fiscais, utilize de forma predominante a mão de obra familiar, sua renda é originada das atividades ali produzidas e é gestor de seu estabelecimento junto com sua família¹.

O Programa de Desenvolvimento e Promoção da Produção Associada ao Turismo

(...) fomenta e promove a produção local que detém atributos naturais e/ou culturais dos setores artesanal, industrial e agropecuário. Tem como foco de atuação segmentos econômicos como o artesanato, a gastronomia, as gemas e joias, a agricultura e a moda, entre outros. (...) Iniciado em 2004, o programa foi instituído pelo Plano Nacional de Turismo 2003-2006 e teve sequência no Plano Nacional 2007-2010 (Brasil, 2011a, p. 38).

Apesar das oportunidades apresentadas por meio da utilização da produção associada como diferencial competitivo, outros fatores são relevantes para a observação, especialmente nas produções artesanal e industrial, ou agropecuária, desenvolvidas no uso do espaço rural pelo turismo.

Dessa forma, a criação do Programa de Desenvolvimento e Promoção da Produção Associada ao Turismo foi estabelecida para coordenar ações estratégicas que possibilitassem a inclusão da produção local no desenvolvimento do turismo, auxiliando no posicionamento de mercado do destino turístico que ressalte suas características específicas e/ou singulares, como a gastronomia, a produção do artesanato ou as suas festas populares. Segundo o MTur,

(...) há evidências de que inserir a produção local na estruturação dos produtos turísticos é um fator de sustentabilidade com grande impacto para o desenvolvimento local. Inicialmente o programa trabalhou prioritariamente junto à produção propriamente dita, de forma direta, na sua estruturação, buscando o aperfeiçoamento e estimulando sua qualidade. Atualmente, o enfoque recai no apoio à comercialização no destino turístico (Brasil, 2011a, p. 38).

A ação estratégica de inclusão da produção local para o desenvolvimento do Turismo Rural resultou no projeto Talentos do Brasil Rural.

¹ A Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais (Brasil, 2006a).

O Projeto Talentos do Brasil Rural (TBR) tem como objetivo inserir produtos e serviços da agricultura familiar no mercado turístico, agregando valor à sua oferta. Assim, torna-se necessário, segundo o que consta na Chamada Pública Talentos do Brasil Rural – Eixo Serviços (Brasil, 2010a), conhecer a demanda do mercado turístico por produtos e serviços da agricultura familiar; apoiar a organização produtiva dos empreendimentos da agricultura familiar; qualificar e agregar valor a serviços e produtos da agricultura familiar existente, para distribuição e comercialização no mercado turístico; e apoiar a promoção e comercialização de produtos, serviços e destinos da agricultura familiar.

A estrutura do projeto tem dois eixos principais: produtos e serviços. Para o primeiro eixo, por meio de chamada pública, foram selecionados 88 empreendimentos (associações e/ou cooperativas), com, no mínimo, 70% de agricultura familiar. Para o segundo eixo, foram selecionadas instituições e entidades representativas de 24 roteiros turísticos *comercializados*, compostos por, no mínimo, 10% de empreendimentos da agricultura familiar, em que propriedades/atrativos tenham esta característica, como localização até 3 horas, por via terrestre ou aquaviária, de uma das 12 cidades-sede da Copa 2014: Belo Horizonte/MG, Brasília/DF, Cuiabá/MT, Curitiba/PR, Fortaleza/CE, Manaus/AM, Natal/RN, Porto Alegre/RS, Recife/PE, Rio de Janeiro/RJ, Salvador/BA e São Paulo/SP.

No tocante aos produtos da agricultura familiar – *amenities* (cosméticos), decorativos e utilitários (artesanato) e alimentos e bebidas –, estes devem ser inseridos em meios de hospedagem, restaurantes, bares, lojas de artesanato e *souvenirs*². No que diz respeito aos serviços, o intuito é preparar a propriedade familiar para receber turistas, dotando-a das condições necessárias para o desenvolvimento da atividade turística.

Tendo em vista o potencial da agricultura familiar na comercialização de produtos – agroindustriais, artesanais etc. – e de suas propriedades enquanto atrativo turístico, o Projeto Talentos do Brasil Rural representa uma iniciativa para

² *Souvenirs* são objetos cujos significados são os mais distintos, a depender do uso a eles conferidos. Permitem *fazer lembrar*, ou seja, remetem a lembranças de lugares, pessoas, momentos, histórias. É a possibilidade de rememorar o passado por meio do presente (Machado e Siqueira, 2008, p. 15-16, grifo nosso). São produtos consumidos por pessoas durante suas viagens em lojas e/ou espaços destinados a compras, especificamente no Projeto Talentos do Brasil Rural; são produtos tangíveis da agricultura familiar que se deseja inserir nestes espaços.

alinhar as vertentes de promoção e inserção de produtos e serviços no mercado turístico.

A exemplo disso, evidencia-se a importância da agricultura familiar associada ao turismo rural, por sua representação na sexta edição do Salão do Turismo – Roteiros do Brasil, que ocorreu na cidade de São Paulo, em 2011, no qual foram apresentados produtos artesanais, industriais e agropecuários de 30 empreendimentos associados ao projeto, gerando R\$ 256.963 de negócios imediatos e expectativa de R\$ 6.455.600 em negócios futuros.

Além do MTur e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), responsáveis pela concepção do projeto, são parceiros o Ministério do Meio Ambiente (MMA), o Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas (Sebrae) e a Agência de Cooperação Alemã (GIZ). No âmbito da execução do projeto, se encontra o Sebrae do Rio Grande do Sul, mediante convênio com o MDA, órgão financiador do projeto.

A contrapartida do MTur tem se dado por meio de assessoria técnica e apoio logístico para gestão, qualificação, promoção dos roteiros e formas de comercialização.

Os projetos resultantes do Programa de Desenvolvimento e Promoção da Produção Associada ao Turismo são apoiados visando à comercialização de destinos e roteiros turísticos, melhoria da qualidade de produtos associados, adequação de produtos e desenvolvimento de fornecedores voltados aos empreendimentos turísticos, entre outras ações (Brasil, 2011a, p. 38).

Para o MTur, o Programa de Desenvolvimento e Promoção da Produção Associada ao Turismo e seu Projeto Talentos do Brasil Rural são uma forma de ampliação e diversificação da oferta turística, no intuito de alavancar as oportunidades e superar os desafios para incorporar esses produtos e adequá-los ao mercado pelo processo de comercialização, contribuindo para alcançar a inclusão social por meio da geração de trabalho e renda (Brasil, 2011a, p. 38).

A concepção expressa pelo ministério deixa clara a valorização dos impactos econômicos positivos que o turismo gera nas localidades, o que leva a questionar sobre os demais impactos sociais e culturais que esta “nova dinâmica econômica” pode causar nas relações familiares, quando é sabido que os produtos comercializados, um dos atrativos da visitação turística no espaço rural, são de responsabilidade das mulheres, bem como a recepção aos turistas.

Atualmente, o Programa de Desenvolvimento e Promoção da Produção Associada ao Turismo aguarda uma nova orientação, que permita identificar sua linha de atuação.

O conceito de produção associada ao turismo foi criado na elaboração do Plano Nacional de Turismo, em 2003, e é entendido conforme definição a seguir.

Qualquer produção artesanal, industrial ou agropecuária que detenha atributos naturais e/ou culturais de uma determinada localidade ou região, capazes de agregar valor ao produto turístico. São as riquezas, os valores e os sabores brasileiros. É o design, o estilismo, a tecnologia: o moderno e o tradicional. É ressaltar o diferencial do produto turístico para incrementar sua competitividade (Brasil, 2011b, p. 18).

O acompanhamento técnico realizado ao projeto, entre 2011 e 2012, pela pesquisadora permitiu questionar sobre os reais impactos socioculturais nas famílias participantes, mais especificamente sobre os papéis das mulheres campesinas neste novo cenário de inserção familiar, que impõe uma nova dinâmica de encontro, de fluxo dos anfitriões, pois os visitantes inserem novas exigências de serviços e necessidade de atendimento e alteram a rotina do tempo rural, em especial do trabalho doméstico. Com este projeto, o espaço privado da mulher campesina, “a cozinha”, passa a ser público. O que faz indagar sobre a alteração ou não do papel social da mulher campesina participante do projeto turístico em análise.

No segundo capítulo, discorre-se sobre o método abordado e a construção do objeto de estudo. A pesquisa é de cunho qualitativo; para tanto, utilizou-se a técnica de entrevistas estruturadas e observações livres com as mulheres protagonistas dos projetos em três roteiros implantados.

O estudo foi de nível exploratório-interpretativo, o qual permitiu compreender a problemática das mulheres no espaço rural ao interagir com o turismo e sua produção associada. Esta escolha se deu por se tratar de um tema novo, para o qual os próprios documentos do MTur e do MDA são as fontes existentes, proporcionando uma visão geral, do tipo aproximativa, acerca do objeto estudado.

A profundidade metodológica utilizada na pesquisa permitiu esclarecer que fatores e formas contribuem para explicar a ocorrência dos papéis sociais, bem como compreender como os impactos socioculturais das práticas do turismo influenciaram na dinâmica familiar das mulheres no espaço rural e em sua produção associada quando da implementação do Projeto Talentos do Brasil Rural.

O recorte espacial que permitiu evidenciar os dados para responder ao questionamento proposto contempla três roteiros selecionados pelo Projeto Talentos do Brasil Rural (em processo de comercialização), indicador da existência de fluxo turístico, segundo o MTur. Entende-se que roteiros turísticos comercializados possibilitam a análise da hospitalidade ocorrida entre turistas e anfitriões, experiência esta rica para o estudo proposto. Na busca destas evidências experienciadas, foram escolhidos:

- 1) o roteiro Agroturismo de Gramado, da prefeitura de Gramado/RS;
- 2) o roteiro *Trekking* Travessia Leste, da prefeitura de Alto Paraíso/GO; e
- 3) o roteiro Caminhos da Roça, da prefeitura de Socorro/SP.

O recorte temporal do estudo compreendeu o período entre 2009 – início da concepção e implantação do Projeto Talentos do Brasil pelo MTur e MDA – e o final de fevereiro de 2013, término do prazo de aplicação das observações de campo.

O objetivo geral desta investigação foi analisar quais impactos socioeconômicos e culturais o Projeto Talentos do Brasil Rural produz sobre o papel social das mulheres no espaço rural.

Nesse sentido, busca-se desvelar como foram ressignificados os papéis das mulheres no espaço rural por meio da produção associada ao turismo nas famílias participantes; identificar se ocorreram impactos nas relações familiares a partir da mudança dos papéis das mulheres neste espaço no processo de hospitalidade turística; e apontar quais as alterações nas posições de poder e autoestima das mulheres do espaço rural inseridas nos roteiros do projeto Talentos do Brasil Rural.

Na busca por um campo teórico explicativo, foram armados quadros interpretativos por meio dos conceitos de produção associada ao turismo, a partir do MTur; agricultura familiar, a partir do MDA; turismo rural, por meio de Graziano da Silva, Steinberger, Carneiro e Cavaco; e papel social e relações familiares, a partir de Scott, Beauvoir, Saffioti, Hirata e Bourdieu.

Tendo a questão de gênero como estruturante na indagação a ser desvelada, a partir das teorias de Scott e das categorias analíticas de impactos socioculturais, por meio dos estudos de Swarbrooke, Krippendorf, Mathielson e Wall, Beni, Santana, Archer e Cooper, Burns; poder, por Foucault; empoderamento, por Léon,

Sen, Jaquette; autoestima, por Coopermith, Mruck, Wells e Marwell e Nunes; e *habitus*, por Bourdieu.

Entendendo as relações sociais, sob a ótica de gênero, como estruturantes, no turismo rural, entre homem e mulher da agricultura familiar, com foco na mulher, essas categorias analíticas apoiaram a análise das falas das mulheres no espaço rural, advindas das entrevistas estruturadas, bem como as observações que foram realizadas nos roteiros identificados neste estudo, a partir das teorias de Scott (1989), no que se refere a gênero como categoria socialmente construída, ou seja, dentro de uma perspectiva histórica. Dessa maneira, não se caracteriza por diferenciações biológicas, mas pelo aspecto social.

No terceiro capítulo, apresentou-se a produção associada ao turismo e o detalhamento do Projeto Talentos do Brasil Rural. No quarto capítulo, as evidências foram analisadas à luz do quadro teórico interpretativo de etnometodologia, considerando também as categorias definidas previamente, apresentando significativas alterações nos papéis desempenhados pelas mulheres no espaço rural depois da inserção do turismo, começando pela confirmação de seu protagonismo na hospitalidade turística, em virtude dos fatores que serão apontados no decorrer da dissertação.

No entendimento de possíveis evidências “inconclusivas” por meio do trabalho etnográfico e das observações livres apresenta-se os papéis ressignificados das mulheres. Em especial como eram antes da inserção do turismo na propriedade e quais são os atuais. Além dos impactos sobre as relações e atividades familiares, a agricultura familiar enquanto produtoras econômicas, e o turismo e a produção associada.

1 AS IMPLICAÇÕES DE CONCEPÇÃO DO TURISMO NAS POLÍTICAS DO MTur E MDA

1.1 TURISMO COMO FENÔMENO HUMANO

Para compreender o turismo enquanto fenômeno social, faz-se necessário revisitar suas conceitualizações e implicações no território rural. Steinberger (2009) argumenta que o turismo é apenas mais um uso entre os vários do território, ou seja, coexistem diferentes usos em um mesmo território; logo, o pensamento acerca do turismo deve considerar estes diferentes interesses, sejam políticos, sejam culturais, sejam sociais.

A temática central desta dissertação são os impactos sociais, econômicos e culturais sobre as mulheres rurais em unidades de produção de agricultura familiar ao interagir com a inclusão da produção associada ao turismo. Outro questionamento que orientou este estudo recai sobre a predominância do trabalho feminino na produção associada ao turismo rural, a fim de identificar se este é consequência de um processo histórico de divisão das relações de produção no campo ou resultado de um processo de organização social das mulheres rurais com a inserção de programas e projetos como o Talentos do Brasil Rural.

Relevante também é contextualizar sobre qual turismo está se tratando, haja vista a diversidade de compreensões, por vezes também conflituosas, acerca de sua teoria. Esta contextualização visa afastar do enfoque da pesquisa em turismo a visão meramente economicista e trazer à tona o fenômeno social com implicações na vida cotidiana das famílias rurais.

Essa investigação iniciou-se com uma análise teórica conceitual de turismo e das políticas de turismo no espaço rural, observando as questões de pluriatividade, multifuncionalidade e de especificidade da agricultura familiar, de suma relevância no contexto brasileiro, além da produção associada produzida no meio rural e do Projeto Talentos do Brasil Rural. Abordaram-se também os principais conceitos e implicações da atividade turística no uso do espaço rural.

Por fim, apresentou-se a preocupação em formular uma proposta de epistemologia do turismo que rompa com os teóricos da visão empirista e

pré-paradigmática, propondo-se o enfoque da prática social, além de presumir o diálogo interdisciplinar do turismo, ao reconhecer a diversidade de conhecimentos no interior de cada ciência. Além disso, procurou-se ressaltar a relação entre a concepção de turismo do projeto de produção associada ao turismo no meio rural e seus impactos sociais e culturais na estrutura familiar, conforme desenvolvido no capítulo a seguir.

1.2 A COMPREENSÃO DO TURISMO COMO PRÁTICA SOCIAL

Diante dos distintos posicionamentos teóricos acerca de turismo, serão tecidas algumas considerações a respeito das abordagens utilizadas para sua compreensão. Iniciando-se pelas análises empíricas em turismo, sistematizadas mediante estudos estatísticos especialmente voltados para oferta e demanda, em um determinado período, as quais reforçam a relevância econômica do turismo, cuja base são as primeiras definições de turista, como a de 1937, elaborada pela Sociedade das Nações: “Pessoa que viaja por 24 horas ou mais por qualquer país distinto da sua residência habitual” (Fuster *apud* Moesch, 2004, p. 35). Este conceito foi reproduzido ao longo dos anos pela Organização Mundial de Turismo (OMT), restringindo a experiência turística para os sujeitos que necessariamente permanecessem mais de 24 horas fora de seu local de moradia.

O mesmo ocorre com os conceitos apresentados por McIntosh (2002 *apud* Moesch, 2004), em que turismo também pode ser definido como pessoas fazendo viagens, abrangendo transportes, hospedagem, serviços de alimentação e outras atividades relacionadas ao viajante e àqueles que estejam lhe prestando serviços.

Posteriormente, novos conceitos foram sendo apresentados tanto para turista quanto para turismo. O conceito de turismo elaborado pela OMT, em 1998, o reduz à atividade econômica e comercial e não permite desvelar a essência do fenômeno, além de abster-se de qualquer preocupação com as implicações sociais.

El Turismo comprende las actividades que realizan las personas durante sus viajes y estancias en lugares distintos a su entorno habitual, por un período de tiempo consecutivo inferior a un año, con fines de ocio, por negocios y otros (Sancho, 1998, p. 44).

O turismo, desde os primeiros estudos, não é compreendido como ciência. Estes estudos basearam-se em diferentes ciências para investigar sua relevância, especialmente as voltadas para a área econômica, contudo, as metodologias econométricas foram insuficientes para explicá-lo como fenômeno social. Dentro deste contexto de apreensão do turismo, a OMT e autores como Fuster e McIntosh, tendo em vista seus respectivos momentos históricos, não se preocuparam em conhecer o objeto de estudo além de sua aparência, restringindo suas análises à utilidade do turismo para o desenvolvimento e crescimento econômico, a partir da relação produção-acúmulo-consumo. São poucas, ou quase nulas, as contribuições de estudos na questão social, da qual é parte inseparável, até a década de 1960 (Moesch, 2004).

A limitada concepção de turismo utilizada originou uma concepção linear e cartesiana de ciência, a qual só é possível ser construída quando o objeto de estudo for constituído de fronteiras específicas, que delimitem seu conteúdo. Esta concepção não permite a entrada de objetos interdisciplinares como possibilidade de ponto de partida para a construção de uma epistemologia própria, como é o caso do turismo.

Ao entender o turismo como um fenômeno social, sua epistemologia recai sobre a compreensão das ciências sociais, o que reporta sua análise a uma concepção teórica interdisciplinar e de cunho social. Para tecer a compreensão científica do turismo, é preciso colocá-lo como fenômeno no campo da ciência em sua concepção não mais cartesiana, mas sob ótica da complexidade.

Para Morin (2000), a ciência é complexa, pois são inseparáveis seu contexto histórico e social. Na ciência moderna, uniu-se a efervescência cultural da Renascença à efervescência econômica, política e social do Ocidente europeu dos séculos XVI e XVII. Assim sendo, de forma progressiva, a ciência se alia à técnica permeando diferentes esferas, como universidades, empresas e sociedades.

As transformações criam a necessidade de alterar as concepções clássicas de ciência, sendo preciso uma reformulação do pensamento (Morin, 2000). As questões humanas são complexas, assim não se pode observá-la com os mesmos métodos, ou seja, como se estes fossem a-históricos.

A nova perspectiva de pensamento é de uma ciência como conhecimento vivo, de descobertas do universo, da vida, do homem (Morin, 2000). Sua

complexidade não permite aceitar que a ciência produz apenas benefícios, será necessário rever as verdades absolutas, haja vista que a lógica clássica da ciência tinha valor de “verdade absoluta e generalizante”, e ao encontrar alguma inconsistência deveria retornar ao início para organizar o erro; sendo assim, é preciso aceitar a contradição, ou seja, a existência de várias verdades, ou melhor, todas as verdades são relativas e provisórias, nas quais inclui-se também a temática desta dissertação. O turismo e sua produção associada são uma possibilidade favorável para a mulher do campo. É preciso entender a complexidade da realidade e refletir acerca de qual conceito de ciência se está partindo. Além disso, o autor propõe o desenvolvimento da ciência a partir da comunicação entre as diferentes ciências, a transdisciplinaridade, uma vez que não se separa aquilo que por essência está unido.

Dessa maneira, para uso interpretativo desta dissertação, entende-se turismo a partir de Moesch, para quem

o Turismo é um campo de práticas histórico-sociais complexas, que pressupõem o deslocamento de sujeitos, em tempos e espaços, criados de forma objetiva, que possibilitam afastamentos simbólicos do cotidiano, repleto de subjetividades, desta forma, apresentam-se uma nova configuração diante da busca do prazer. A construção do Turismo como ciência é fundamental para ampliar suas dimensões, e entende-lo como um fenômeno social complexo (Moesch, 2004, p. 465-466).

A preocupação em definir turismo não é exclusiva de pesquisadores da área acadêmica. Por se tratar de prática social com potencial econômico, o mercado necessita formalizar sua importância na perspectiva econômica. Diante de tal constatação, em diferentes países, são elaborados conceitos com a intenção de explicar este fenômeno, o qual, à primeira vista, parece simples, no entanto, ao ser estudado sob novas óticas, mostra-se complexo.

Para normatizar suas práticas, foi criada a OMT; entretanto, seus estudos permanecem, quase que essencialmente, voltados às estatísticas de demanda e oferta turísticas, ou seja, os indicadores numéricos ainda são a principal fonte de evidências para justificar sua importância. Desta forma, no cenário mundial, o turismo desponta, já nas últimas décadas do século XX, como relevante especialmente para balança comercial, e são estes os indicadores usualmente utilizados para compreensão do fenômeno.

As limitações para entender o fenômeno de forma complexa perpassam as políticas de turismo no espaço rural, recentes no cenário brasileiro. No Brasil, a criação do MTur, em 2003, e a publicação do seu primeiro *Plano nacional de turismo* (PNT): diretrizes, metas e programas, em abril do mesmo ano, revela o turismo como elemento propulsor do desenvolvimento socioeconômico do país, conforme descrito a seguir.

A apresentação à sociedade do Plano Nacional de Turismo reforça o compromisso assumido pelo Sr. Presidente da República quando da criação do Ministério, de priorizar o turismo como elemento propulsor do desenvolvimento socioeconômico do país (Brasil, 2003a, p. 7).

Apesar das mudanças de governantes no âmbito nacional, os documentos balizadores das políticas públicas ainda permanecem pautados na visão economicista do fenômeno turístico, conforme destacado a seguir.

Esta é uma atividade *econômica* (grifo nosso) que envolve relações entre pessoas, oportuniza a criação de pequenas e médias empresas e incentiva o desenvolvimento local, transformando os atrativos em bens e serviços que podem ser oferecidos aos visitantes (Brasil, 2011b, p. 16).

O fenômeno continua tendo tratamento reducionista, objetividade absoluta para definições, precisão de números, como se houvesse um mundo ideal; até mesmo o saber turístico tornou-se mercantilizado e facetado, ou seja, a análise deteve-se nas partes, havendo separação do todo, e não observou sua complexidade, permanecendo na superfície os estudos do tema, pois partem de sua concepção setorializada, que não permite sua compreensão como um todo, em uma percepção funcionalista apresentada a seguir.

Na obra *Teoria y técnica del turismo*, editada pela primeira vez em 1967, Fuster (1974 *apud* Moesch, 2004) apresenta uma das tentativas mais sólidas de construção de uma teoria para o turismo. A partir da abordagem funcionalista, e por vezes sistêmica, ele busca uma concepção totalizante. Os trabalhos do autor são descritivo-explicativos, a interpretação da realidade turística é descrita sob alguns de seus aspectos.

Os estudos de Fuster (*op. cit.*) são pautados na relevância de descrever um fato turístico, no entanto, não há preocupação em apreender acerca de seu surgimento, como são seus processos nem suas consequências, sendo, por vezes, insuficiente e superficial. Ele compreende turismo como parte do sistema capitalista,

o qual necessitaria do ócio e do lazer para manter a saúde do indivíduo. Em outras palavras, o sujeito é uma máquina e o descanso, a compensação pelo trabalho executado. Portanto, uma vez parte integrante do sistema, é primordial para garantir sua manutenção e funcionamento.

De forma geral, a análise funcionalista expressa por Fuster revela-se conservadora ao conceber o turismo de maneira facetada e não considerar a historicidade do fenômeno social, fortalecendo a concepção de normas, desempenho de papéis, ou seja, as funções que o turismo deve exercer.

Relativamente à concepção de pré-paradigmáticos, Moesch (2004) aponta autores como Sessa (1984), Molina (2000), Lainé (1985) e Beni (1998), os quais utilizam teorias sistêmicas na tentativa de compreender o objeto turístico. O termo pré-paradigmático é uma maneira adotada pela autora para classificação dos teóricos do turismo, a qual ressalta que os objetos de estudo resultam de um dado momento, e por isso possuem historicidade.

Segundo Sessa (1984 *apud* Moesch, 2004), turismo é um fenômeno complexo e inerente à sociedade industrial, e justamente por sua concepção apenas econômica impossibilitou sua compreensão como foco interdisciplinar. A própria insuficiência da abordagem econômica para a compreensão do turismo como um todo permitiu o surgimento da abordagem sistêmica como alternativa para compreendê-lo.

A interpretação de Sessa (*op. cit.*), a partir da concepção de Van Doorn (1982), que realizou análise sistêmica do turismo, é que os estudos em turismo estão pautados em elementos tais como: turista; *indústria turística* e serviços intermediários utilizados pelos turistas; oferta de recursos turísticos; e o cenário social do turismo. Ou seja, estes estudos estão pautados em alterações sociais, culturais, tecnológicas e políticas, que interagem com os fluxos turísticos das regiões, no intuito de diminuir as diferenças regionais, mas dando continuidade a uma concepção de turismo reduzida ao processo de oferta e demanda.

A metodologia sistêmica de Sessa apreende o objeto como um produto, não como um processo não sequencial, mas vivo, e está ligada à noção de modelo, pois concebe turismo meramente como atividade de serviços, sem maior compreensão sociocultural.

Para Sessa (1994 *apud* Moesch, 2004), o turismo faz-se necessário à construção de planos e programas de desenvolvimento pautados na racionalidade,

rompendo com o empirismo vigente à época (décadas de 1970 e 1980), em virtude dos impactos causados por esta atividade. O autor, contudo, não deixa sua visão positivista influenciada pelo próprio capitalismo e impregnada na concepção do fenômeno turístico. Além disso, aproveita a denominação de polos industriais, transpondo-a como modelo aos polos turísticos, reforçando ainda mais a visão do turismo como indústria, em que este possibilitaria transferências de riqueza das regiões mais ricas para as mais pobres, na relação de oferta-demanda, o que leva a comparar com o projeto ora estudado. Desse modo, as áreas rurais, com o advento do turismo e sua produção associada, supõem transformações sociais, econômicas e culturais. Advindo da chegada dos turistas e de seu potencial monetário de consumo, diminuindo as diferenças regionais entre o espaço urbano e rural, evidencia-se a perspectiva de ser aplicada à política nacional de turismo pelo MTur.

Quanto ao turista, Sessa o destaca também como agente que busca reequilíbrio biológico, físico e espiritual nas regiões turísticas, além de, em contrapartida, estabelecer com as regiões por ele visitadas fluxos monetários. Este intercâmbio contribui para que os fluxos de saída se transformem em renda, consumo, poupança e investimento. Para o autor, é preciso compreender as regiões como polos turísticos de trocas econômicas, informacionais e culturais. Tal visão vem a ser sua grande contribuição metodológica, pois, ao utilizar a escala *região* para análise sistêmica do turismo, contribui para o estabelecimento do modelo de polos turísticos, bastante utilizado, a partir da década de 1970, no planejamento nacional brasileiro. Este modelo de compreensão, contudo, não avançou para uma análise social.

Dentro da análise teórica referente ao turismo, têm-se os pré-paradigmáticos como Molina (2000), que se utiliza do quadro interpretativo fenomenológico. Em sua interpretação, atribui-lhe um sentido humano. Para a fenomenologia, a experiência possui dois polos: o ato de perceber e o objeto de sua percepção. A consciência permitirá atribuir significação, ou sentido, a cada objeto. Neste momento, a totalidade é enfatizada, pois se deseja buscar a essência dos objetos e de suas manifestações, a partir da experiência humana, do vivido.

Um modelo fenomenológico para o turismo, segundo Molina (2000), facilita a transcendência de valores, interesses e expectativas do ser humano em direção superior, aos mais aperfeiçoados estágios de vida, impulsionando a evolução natural

e cultural. Por meio da concepção humanista, que sintetiza as condições espirituais e materiais do homem em perspectiva histórica e evolutiva, ressaltaria a importância das essências, possibilitando aos indivíduos experiências nas quais estejam conscientes de sua existência e identidade, assim como da manifestação dos objetos com os quais se relacionam.

Para a fenomenologia, a realidade não é algo objetivo, mas emergente da intencionalidade da consciência voltada para o fenômeno. O modelo fenomenológico para o turismo, na perspectiva de Molina (*op. cit.*), encontra seu ponto de partida no ócio. Entretanto, é imprescindível que exista um autêntico tempo livre, sem o qual não haverá ócio turístico.

Uma nova tendência apontada é o turismo como uma possibilidade para promover o desenvolvimento pessoal dos turistas, por meio de experiências de grande riqueza emotiva, simbólica e estética. Empresários, grupos e associações civis têm desenvolvido programas e projetos de turismo ecológico e cultural, entretanto, estes se encontram desarticulados no plano conceitual e no âmbito das ações, não se constituindo um projeto de contestação ao modelo industrial.

O modelo fenomenológico, suas metodologias e tecnologias, para Molina (*op. cit.*), reconhecem uma concepção geral do ser humano, de alcance universal, mas deve situar-se no presente histórico que caracteriza as sociedades, reconhecendo sua estrutura social e os fatores políticos, econômicos e culturais que as influenciam.

Para compreender turismo como totalidade, Molina (*op. cit.*) apresenta a análise geral de sistemas, sendo este orgânico, um todo, seja ele corpo social, seja organização. Na compreensão deste autor no sistema, as relações não são causais (causa e efeito), mas circulares (complexas), compreendendo a parte do todo e as inter-relações das partes, não sendo possível conhecê-las de forma isolada. Compreende, além disso, que este processo é relevante para o conhecimento turístico, pois enfatiza um modo de pensamento holístico.

A interpretação do referido autor foi válida, no entanto, reiterando Moesch (2004, p. 229), ele não consegue superar o próprio determinismo econômico, mesmo com a utilização da análise de sistemas, pois nesta o turismo nutre uma preocupação exaustiva com a lógica da prova, como manifestação econômica, em uma tentativa de manter posição na comunidade científica. A economia não deixa, portanto, de ser o foco de sua análise, e ocupa também o espaço cultural. Desta

forma, não é possível dissociar sua concepção de ciência ideal da de um modelo de mundo real, a partir das evidências empíricas dos fenômenos.

Para Lainé (1985 *apud* Moesch, 2004), a teoria geral de sistemas contribuiu para a teoria do turismo ao permitir utilizar representações do espaço turístico como zonas de recepção e emissão. Sendo assim, na perspectiva deste autor, os sistemas são constituídos de uma série de elementos que compõem o ambiente, local em que são inseridos os turistas, os locais que os recebem, os elementos de troca e de inter-relação, que são reunidos por meio das relações econômicas, tecnológicas, sociais e culturais, que se interferem, ao ligar e dividir.

Segundo Lainé, (*op. cit.*), turismo é o agrupamento de relações de trocas entre indivíduos, entre estes e os ambientes, entre os sistemas criados pelos seres humanos e entre sistemas e ambientes. Assim sendo, insere a comunidade local no processo de interação e expande a perspectiva dos impactos turísticos não apenas nos receptores mas também nos emissores, mediante experiências de trocas, a exemplo da cultura.

Como fator relevante desta dissertação, as mulheres campesinas interagem com novos atores, ou seja, com os turistas, por meio do território rural, utilizado para o turismo. Estas interações, por conseguinte, impactam as mais variadas áreas dos âmbitos privado e público de suas vidas, indo desde as comportamentais até mesmo as de cunho familiar. Portanto, não é possível estudar tal fenômeno somente por uma ótica, a do emissor ou a do receptor; muito menos restringir o estudo a seu aspecto econômico, pois ele é, acima de tudo, marcado pelas relações sociais que venham a ocorrer no espaço rural, que possui historicamente suas próprias especificidades nas relações de gênero e se transformam quando dinamizadas pelo fluxo de turistas.

No cenário brasileiro, Beni (1998 *apud* Moesch, 2004), foi quem, até o momento, deixou a maior contribuição conceitual na análise estrutural do turismo. Para ele, o sistema turístico é um conjunto de partes que interagem, e o seu modelo de construção para compreensão do objeto parte da realidade de observações e/ou medições. Desta forma, na tentativa de aproximação com a ciência, busca exatidão. A proposta do autor é que o turismo seja entendido como um sistema composto de três conjuntos: relações ambientais (com os subsistemas ecológico, social, econômico e cultural); organização estrutural (com os subsistemas superestrutura e

infraestrutura); e ações operacionais (com os subsistemas mercado, oferta, demanda, produção, distribuição e consumo).

Beni (*op. cit.*) afirma que é fundamental ampliar a discussão por meio de bases sólidas para uma interpretação crítica do turismo. Suas proposições não constituem uma cientifização do turismo, e sim um instrumento para que pesquisadores do tema continuem tentando aproximação com este fenômeno social complexo e especialmente interdisciplinar.

Os pré-paradigmáticos, conforme citado anteriormente, Sessa (1984), Molina (2000), Lainé (1985) e Beni (1998), estão inseridos no momento histórico e utilizam métodos sistêmicos diversos na tentativa de desvelar o fenômeno turístico, contudo, apesar das significativas contribuições na tentativa de uma teoria do turismo, não conseguem romper totalmente com a ótica econômica. Além disso, de acordo com Moesch (2004), mesmo sob a teoria de sistemas, como método não alinha sujeito-objeto em seus estudos, conforme será visto a seguir.

Moesch (2004) contribuiu para essa mudança de perspectiva da teoria do turismo, ao romper com a episteme apresentada pelos autores comentados por ela anteriormente. Tanto o primeiro momento, dos estudos da pré-ciência, no contexto dos empiristas positivistas, quanto o segundo momento, dos pré-paradigmáticos, expõem uma proposta de epistemologia social do turismo. Tal proposição se pauta no entendimento do turismo como um campo de práticas históricas e sociais.

A proposta da autora é efetivar a discussão em abordagem interdisciplinar, que requer uma metodologia capaz de compreender que não apenas a parte está no todo mas também o todo está na parte, que permanece singular.

A origem da proposta está na realidade prática da história e da sociedade pós-moderna, na qual o econômico e o tecnológico são o resultado das necessidades subjetivas do imaginário, da diversão, da comunicação e da ideologia, da criação dos sujeitos, e por eles são consumidos, no intuito de religar o mundo objetivo ao subjetivo.

A perspectiva é pensar o sujeito de forma complexa. Ele é produtor e consumidor, e desta forma se estabelece a lógica da atração social, ou seja, o estar junto. O desafio é resistir à realidade de atividade econômica e mercadológica imposta pelo turismo, para o qual o sistema econômico suplanta todos os demais sistemas, na perspectiva de caminhar para a compreensão do turismo como um fenômeno social, que implica em processos de contradição nas relações entre seus

atores e o meio ambiente em que esta prática se efetiva. Assim, dentro desta perspectiva, é que nasce a relação entre o público e o privado no espaço rural, e onde os sujeitos desta trama se repositonam no mundo dos fluxos turísticos.

A discussão do turismo enquanto prática social, atendidas as especificidades desta dissertação, será apresentada a partir de conceitos de turismo. O objetivo desta abordagem é permitir uma reflexão teórica, que possibilite compreender a intencionalidade de seus pensadores, bem como suas limitações e contribuições, além da transposição para o entendimento dos impactos provocados no espaço rural, ampliando, desta forma, a visão dos efeitos econômicos e buscando novas percepções sobre o chamado turismo rural.

Para Certeau (1982), prática social não possui o mesmo sentido nos diferentes períodos históricos. A compreensão do turismo enquanto prática social, atendidas as especificidades desta dissertação, coloca-o sob as relações de um sistema aberto. Por isso seu conteúdo interdisciplinar. Teórica e empiricamente, o conceito de sistema aberto abre a porta para uma teoria da evolução, que não pode derivar senão de interações entre sistema e ecossistema e que, em seus laços mais notáveis, pode ser concebido como um transbordo do sistema em um metassistema.

A exemplo do turismo, pode-se dizer o mesmo, que no decorrer do último século deixou de ser prática homogênea na perspectiva do uso do tempo de lazer ou trabalho. O turismo é um elemento social que une grupos; sendo assim, é uma prática que representa a realidade em seu tempo.

A concepção de turismo desta dissertação será como ciência que interpreta os acontecimentos, a vida humana e a sociedade em suas práticas turísticas, na busca de um Turismo de possibilidades sustentáveis e mais humano (Moesch, 2004, p. 12).

1.3 A CONCEPÇÃO DE TURISMO SUBJACENTE ÀS AÇÕES DO MTUR E MDA NAS IMPLICAÇÕES SOCIAIS

Além da definição de turismo propriamente dita, no decorrer de sua trajetória como prática social, outras definições foram construídas, a exemplo de turismo rural

e agricultura familiar, adotados pelo MTur, órgão responsável pela política nacional de turismo, e pelo MDA, órgão responsável pela ampliação das políticas públicas para o fortalecimento da agricultura familiar.

O MDA, por meio da Secretaria de Agricultura Familiar (SAF), tem como objetivos específicos promover agregação de valor aos produtos do agricultor familiar, seu acesso competitivo ao mercado e a geração de renda a partir de atividades não agrícolas, entre as quais se inclui o turismo (Brasil, [s.d.]).

Nesse sentido, desenvolve políticas que fomentem e valorizem os produtos e serviços da agricultura familiar, por meio do apoio à comercialização e à diversificação econômica; da geração de oportunidades de negócios para os agricultores familiares; do acesso a novos mercados; da qualificação de produtos e serviços com valor agregado; do estímulo a uma cadeia de suprimentos cada vez mais profissionalizada; bem como à agroindústria familiar e ao artesanato, tendo o turismo como meio deste incremento produtivo (Brasil, [s.d.]). A ação do MDA insere-se na perspectiva funcionalista, pois o turismo tem a função de acessar “novos mercados” a estas famílias de agricultores.

O MTur, por sua vez, tem atuado no sentido de “desenvolver o turismo como atividade econômica sustentável”, com intuito de gerar empregos e divisas, inclusão social e, conseqüentemente, reduzir as desigualdades sociais. Destacam-se as ações que trabalham para estruturar, diversificar e qualificar a oferta turística brasileira (Brasil, [s.d.]). Concepção também reducionista e funcional, na qual o turismo é meio de ganhos econômicos por inclusão social, bem como sistêmica e funcional, quando propõe ser “atividade de atenuante das desigualdades regionais”, remetendo à concepção de Sessa (1994).

O turismo na agricultura familiar é considerado uma atividade econômica complementar à renda dos agricultores, contribuindo para diversificar suas formas de trabalho; agregar valor à produção agrícola ou artesanal; ampliar a geração de trabalho e renda; preservar o meio ambiente; resgatar as tradições, as técnicas e os processos produtivos; e valorizar a cultura local.

O mercado turístico – especialmente os meios de hospedagem, os bares, os restaurantes e as lojas de comercialização de produtos artesanais – pode absorver a produção dos agricultores familiares, tornando-se canal estratégico para comercialização de seus produtos e das atividades desenvolvidas para integração dos turistas na própria propriedade rural.

Diante da correlação existente entre agricultura familiar e turismo, o MDA e o MTur vêm trabalhando em parceria desde 2003. Neste período, merece menção a elaboração de documentos em conjunto, como as *Diretrizes para o desenvolvimento do turismo rural* (Brasil, 2003b); o *Guia do programa nacional de turismo rural na agricultura familiar* (Brasil, 2005); o *Panorama do turismo rural e agricultura familiar* (Brasil, 2006b); e os *Caminhos do Brasil rural: agricultura familiar, turismo e produtos associados* (Brasil, 2008a); além da participação em eventos como o Salão do Turismo e o apoio conjunto a projetos de desenvolvimento turístico.

É importante ressaltar que outras terminologias são amplamente utilizadas no Brasil para designar atividades de turismo desenvolvidas no âmbito do espaço rural – agroturismo, agroecológico, campestre, por exemplo –, no entanto, no contexto desta dissertação, a designação adotada será turismo rural na agricultura familiar (TRAF), conforme segue.

É a atividade turística que ocorre no âmbito da unidade de produção dos agricultores familiares que mantêm as atividades econômicas típicas da agricultura familiar, dispostos a valorizar, respeitar e compartilhar seu modo de vida, o patrimônio cultural e natural ofertando produtos e serviços de qualidade e proporcionando bem estar aos envolvidos (Graziano da Silva, 1998 *apud* Brasil, 2010b, p. 21).

Tal conceito é utilizado pelo MTur, em parceria com MDA, no intuito de apoiar a estruturação de roteiros turísticos que contemplem a agricultura familiar e a inserção de produtos produzidos no âmbito destas propriedades, entre eles alimentos, bebidas e artesanato, para inserção no mercado turístico (Brasil, 2010b).

Uma questão que chama atenção e está presente de forma recorrente no discurso do MTur é a competitividade. Em um levantamento rápido no *Plano nacional de turismo 2003-2007*, o termo competitividade é citado sete vezes; no *Plano nacional de turismo 2007-2010*, por seu turno, este possui 24 ocorrências.

A perspectiva de aumento da competitividade amplia o foco sobre a comercialização dos roteiros. Isto, muitas vezes, atropela os processos do tempo social necessário à construção de práticas locais no espaço rural, as quais contenham a cultura das comunidades. Estas práticas, em sua maioria, necessitam de um tempo maior para estruturação e decisão sobre uma nova prática social – no caso, o turismo rural – em seu cotidiano, baseada em práticas tradicionais. O “tempo

mercadológico” suposto, em geral, desrespeita o tempo de processo necessário conforme o estágio cultural de uma comunidade.

O contexto comumente apresentado é a competitividade na oferta de produtos brasileiros nos mercados nacional e internacional, um setor empresarial fortalecido e com sistemas de informações estruturados. Assim, o discurso é ser competitivo internamente, ou seja, entre os destinos no território brasileiro, bem como se tornar capaz de concorrer com destinos turísticos no mundo, leia-se: inserir-se no mercado globalizado.

No PNT 2007-2010 é apresentada a missão do MTur, conforme segue.

O MTur foi instituído com a missão de promover o desenvolvimento do turismo como agente de transformação, fonte de riqueza econômica e desenvolvimento social, por meio da qualidade e competitividade dos produtos turísticos, da ampliação e melhoria de sua infraestrutura e da promoção comercial do produto turístico brasileiro no mercado nacional e no exterior. (Brasil, 2007a, p. 43).

Dessa forma, o comprometimento da instituição é oferecer mecanismos diversos aos destinos turísticos brasileiros para que sejam capazes de competir interna e externamente; contudo, ao se analisar a atuação no MTur, especialmente em relação à melhoria dos destinos, se percebe que o órgão é um grande articulador, em vez de provedor, haja vista que muitas das ações nos âmbitos municipal e regional são atribuições de outros órgãos do governo federal – por exemplo, dos Ministérios da Integração Nacional, dos Transportes, do Meio Ambiente e das Cidades, os quais dependem também de uma forte atuação para intervenções efetivas nos territórios de uso turístico, além da intenção política de melhorar determinada região em detrimento de outra.

Faz-se necessário entender também as transformações acarretadas sobre os territórios rurais, a partir da ampliação das atividades não agrícolas, como o turismo, desvelando os impactos socioculturais, além dos econômicos, tão divulgados. Neste cenário, especificamente no que tange às pequenas produções familiares, é preciso se questionar acerca dos impactos sociais, econômicos e culturais a que estas estão expostas. Além disso, é necessário entender o que vem a ser turismo rural.

1.4 O CONTEXTO DO TURISMO RURAL

O turismo em áreas rurais (Perales, 2002, p. 399) está crescendo visivelmente desde a década de 1970 em todos os países desenvolvidos. Entretanto, o turismo em áreas rurais não é recente, datando da revolução industrial, sob a conotação de viagens de regresso, ou seja, o turismo praticado por trabalhadores cuja cidade de origem está em zonas rurais ou que passam suas férias em suas cidades natais. Estes turistas de retorno não geram de fato gastos consideráveis em suas férias, portanto, não auxiliaram no crescimento do turismo.

A origem do turismo rural como estratégia de produção socioeconômica surgiu na Alemanha, há aproximadamente 150 anos (Schoppner, 1988, *apud* Oppermann, 1996, p. 86). As acomodações das fazendas eram ofertadas aos visitantes no período de férias escolares, o que permitia vivenciar o cotidiano produtivo da propriedade (Loschburg, 1977, *apud* Oppermann, 1996, p. 86).

O turista rural moderno (Perales, 2002, p. 399) se caracteriza por seu comportamento e consumo, ideais para o desenvolvimento econômico rural. Assim sendo, conseguir um número maior de turistas, com um moderno e novo comportamento, poderá ser objetivo prioritário de desenvolvimento das zonas rurais. Na verdade, este turista é encontrado já no século XIX, e com ele iria aumentar o interesse em visitar áreas rurais. Este turismo era praticado pelas classes com maior poder econômico e maior grau de escolaridade. Entre os fatores que permitiram seu crescimento estão as localizações relativamente próximas aos centros urbanos emissores de turistas, o apelo de águas termais e medicinais e da própria urbanização no mundo desenvolvido.

Conforme sinaliza Pertejo (2003 *apud* Krahl, 2009), para compreender o início do desenvolvimento do turismo rural na União Europeia, quatro fatores são relevantes: o abandono do campo, ente 1950 e 1960, em consequência da crise produtiva do setor primário; o esgotamento do turismo de sol e praia, que teve grande triunfo nas décadas de 1960 e 1970, contudo, começou a declinar por volta da década de 1980; a melhoria do nível de vida, que proporcionou turistas mais conscientes e seletivos por qualidade, ao contrário do turismo em grande quantidade ou comumente denominado “turismo de massa”; e a quebra da sazonalidade, haja vista que pode ser praticado durante o ano todo.

As atividades de turismo no meio rural são conhecidas, nos Estados Unidos, desde a década de 1950. Na União Europeia, intensificaram-se com a criação do programa Ligações entre as Ações de Desenvolvimento Rural (Leader)³, em 1991. Destacam-se as iniciativas da Alemanha, da Espanha, de Portugal, da Suíça, da França, da Itália, da Áustria, entre outros, que passaram a implementar políticas de apoio ao turismo rural e a outras atividades não agrícolas, criadas como estratégias de revitalização dos territórios rurais. É importante ressaltar que o turismo de litoral não deixou de ser rentável, no entanto, o programa fez-se necessário para diversificar a oferta de turismo rural como complementar (Krahl, 2002, p. 27-28).

Há exemplo dos países citados anteriormente, outros têm sido motivados a esse tipo de turismo como fórmula de criação de postos de trabalho e valorização do patrimônio natural e histórico. Para a América Latina, citam-se: Chile, Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e República Dominicana, nos quais houve aumento de ocupações gerado pela produção de serviços turísticos no meio rural e, conseqüentemente, dos fluxos de turistas.

Na América do Sul, o turismo rural se destaca na Argentina, onde, no final da década de 1960, os proprietários de grandes estâncias, no período de baixa rentabilidade, abriram suas portas para hospedar turistas de caça e pesca. Ambas se apresentam como um negócio lucrativo (Graziano da Silva *et al.*, 2000, p. 27).

No Brasil, especialmente após 2003, ano de criação do MTur, houve o esforço do governo nas esferas federal, estadual e municipal, junto com organizações e/ou associações, para organizar e definir os denominados “segmentos turísticos”, entre eles turismo rural, conforme segue.

Turismo Rural é o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometidas com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade (Brasil, 2003b, p. 11).

De acordo com Dias (1996), até meados de 1970, quando o Brasil ainda era tido como um país rural por apresentar mais da metade de sua população vivendo no campo, o litoral era o principal atrativo turístico brasileiro.

Hoje, este contexto mudou, e o meio rural é procurado como destino de fluxo turístico, e o potencial para o desenvolvimento da atividade é praticamente ilimitado,

³ Trata-se de programa comunitário de desenvolvimento rural cujos fundos são administrados pelos respectivos Ministérios da Agricultura dos países-membros.

conforme pesquisa realizada a partir de dados gerais sobre turismo intitulada Caracterização e dimensionamento do turismo doméstico no Brasil, em 2007⁴, desenvolvida pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – Fipe (Brasil, 2010b, p. 26-29).

Os dados apresentados conforme tabela 1 indicam que 2,2% dos entrevistados apontaram o turismo rural como motivação para sua principal viagem. Vale ressaltar que a pesquisa abrange diferentes classes sociais, e os segmentos são indicados em proporção equivalente entre as três classes de renda selecionadas (Brasil, 2010b, p. 26).

TABELA 1
Principal motivação para realização de viagem doméstica
(Em %)

Motivos	Classe de renda mensal familiar			Total
	de 0 a 4 SM	de 4 a 15 SM	acima de 15 SM	
Visita parentes/amigos (lazer)	59,0	52,3	41,9	54,4
Sol e praia	26,5	38,1	49,3	33,8
Compras pessoais (lazer)	9,8	10,5	11,9	10,3
Negócios ou trabalho	9,2	9,0	9,1	9,1
Turismo cultural	6,2	8,6	12,7	7,9
Diversão noturna	7,2	8,3	8,8	7,8
Saúde	9,4	5,4	3,4	7,0
Visita parentes/amigos (obrigação)	6,2	3,3	2,6	4,6
Religião	5,1	3,0	1,4	3,8
Ecoturismo	2,2	4,3	5,2	3,4
Eventos esportivos/sociais/culturais	3,3	3,0	2,8	3,1
Estâncias climáticas/hidrominerais	1,1	3,1	3,6	2,2
Turismo Rural	2,2	2,2	2,3	2,2
Visita parentes/amigos (negócios)	2,4	1,7	1,8	2,0
Congressos, feiras ou seminários	1,6	2,3	2,6	2,0
Praticar esportes	1,4	1,7	2,3	1,6
Compras de negócios	1,2	1,6	2,3	1,5
Outros eventos profissionais	1,3	1,3	1,6	1,3
Cursos e educação em geral	1,1	1,4	1,3	1,3
Parques temáticos	0,7	1,5	2,2	1,2
Compras pessoais (obrigação)	1,0	1,3	0,9	1,1
Resorts/hotéis fazenda	0,4	0,8	1,8	0,7
Cruzeiros (se fez, mencione)	0,1	0,2	0,6	0,2
Outros	4,2	4,5	5,2	4,4
Total	162,9	169,1	177,8	167,1

Fonte: Brasil (2007b).

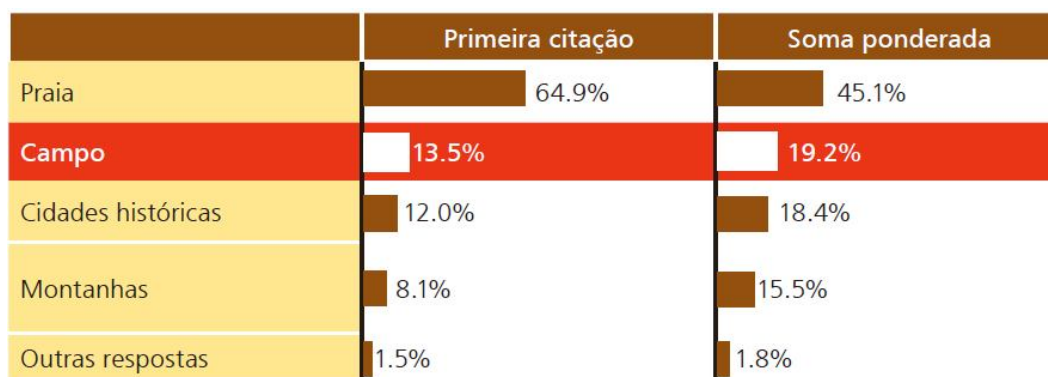
A partir da pesquisa anteriormente citada, o Ministério do Turismo (2010b) apresenta que, em virtude do alto grau de informalidade existente, poucas propriedades rurais dispõem de registro, não havendo dados acerca da quantidade de turistas que recebem, períodos de maior e menor visitação, tempo gasto com a atividade, perfil do turista, entre outros.

⁴ O universo da pesquisa corresponde à parcela da população brasileira residente em domicílios particulares permanentes, situados em áreas urbanas do país.

Embora ainda esteja em fase inicial do seu potencial de aproveitamento, observa-se que os fluxos turísticos para a periferia estão cada vez mais intensos, confirmando as tendências de crescimento desse segmento turístico.

A tabela 2 apresenta dados da pesquisa denominada Hábitos de consumo do turismo brasileiro, aplicada pelo Vox Populi em 2009 para o Ministério do Turismo. A pesquisa foi realizada por telefone, em onze capitais do país: São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ), Belo Horizonte (MG), Porto Alegre (RS), Curitiba (PR), Florianópolis (SC), Salvador (BA), Recife (PE), Fortaleza (CE), Brasília (DF) e Goiânia (GO), e enfatizou a importância do turismo rural. Entre as opções, “campo” é o destino preferido por 13,5% dos turistas abordados, perdendo apenas para “praias”, com 64,9% da preferência. Considerando a soma ponderada, ou seja, aquela que engloba não apenas a primeira mas as três primeiras opções respondidas pelos entrevistados, esta diferença cai, pois 19,2% dos entrevistados indicaram “campo” como destino preferido (Brasil, 2010b, p. 27).

TABELA 2
Lugares preferidos dos turistas brasileiros atuais⁵



Fonte: Vox Populi (2009).

Contextualizar a atividade turística no meio rural brasileiro é importante. Contudo, faz-se necessário algumas observações e reflexões acerca do que é oficialmente considerado rural no Brasil. É primordial, também, a análise dos aspectos de maior relevância, que interferem diretamente no desenvolvimento do turismo rural.

⁵ Consumidores que compraram serviços de turismo em pacotes ou em partes nos dois anos anteriores à realização da pesquisa.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), cerca de 84% da população brasileira é considerada urbana. Porém, a metodologia utilizada por este instituto é questionada por alguns pesquisadores, especialmente por Eli da Veiga (Veiga, 2001), no que se refere à definição de cidade e ao corte rural/urbano. Veiga desconstrói o conceito oficial de populações rural e urbana do IBGE, afirmando que deveriam ser apresentados como urbanos apenas 455 dos 5.507 municípios brasileiros (menos de 60% da população), sendo a maioria deles – 4.485 – rural, e os demais, entrariam como outras categorias. A classificação elaborada por Veiga baseia-se nos seguintes critérios: localização, tamanho da população e densidade.

Graziano da Silva *et al.* (2000), por sua vez, entende que a introdução de um parâmetro de corte com base nas atividades praticadas pelas pessoas (agrícolas e não agrícolas) para estabelecer a situação de rural ou urbano do aglomerado onde residem, não é adequada. De acordo com Graziano da Silva (Graziano da Silva *et al.*, 2000), sob este enfoque, a distinção entre rural e urbano parece ter cada vez menos a ver com o tipo de atividade praticada pelos residentes, pois justamente o acentuado crescimento das atividades não agrícolas tem se mostrado característico nas áreas denominadas rurais em diversos países.

Para fundamentar a construção e os instrumentos de políticas públicas voltadas para o meio rural, no âmbito do governo federal, algumas tentativas vêm sendo realizadas. Como exemplo, tem-se o MDA, que adota um conceito que pode referenciar as ações relacionadas ao turismo no espaço rural. Para o MDA, os territórios rurais são compreendidos como:

(...) um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidade e campos, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população, com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial. (Brasil, 2003c, p. 34).

A sociedade contemporânea concebe o meio rural com características gerais e predominantemente pela destinação da terra. Com base nesta referência, é válido ressaltar que os territórios rurais abrigam diferentes experiências e atividades, conforme Graziano da Silva *et al.*:

(...) a denominação “turismo em áreas rurais” para englobar não só aquelas atividades de serviços não agrícolas, tradicionalmente denominados de “turismo rural ou agroturismo” (aqui usados como sinônimos), como também as de lazer realizadas no meio rural, denominadas de turismo ecológico ou “ecoturismo”, turismo de negócios e turismo de saúde (Graziano da Silva *et al.*, 2000, p. 19).

Muitas práticas de lazer e atividades executadas no meio rural não são, necessariamente, turismo rural. Sendo assim, compreende-se o espaço rural como um recorte geográfico no qual o turismo rural ocorre.

O MTur (Brasil, 2010b), na revisão das orientações básica para turismo rural, compreende um detalhamento de ideias que descrevem as atividades de turismo rural constituídas da oferta de serviços, equipamentos e produtos turísticos, como: hospedagem; alimentação; operação e agenciamento; recepção à visitação em propriedades rurais; recreação, entretenimento e atividades pedagógicas vinculadas ao contexto rural; eventos; outras atividades praticadas no meio rural e que existam em função do turismo ou se constituam no motivo da visitação; além do serviço estratégico, que é o transporte de visitantes.

Ainda nessa revisão, o ministério destaca que a concepção de meio rural que adota baseia-se na noção de território, com ênfase no critério da destinação da terra e na valorização da ruralidade. Nos territórios rurais, os elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial manifestam-se, predominantemente, pela destinação da terra, notadamente focada nas práticas agrícolas e na noção de ruralidade, ou seja, no valor que a sociedade contemporânea atribui ao rural. Tal valor contempla as características mais gerais do meio rural: produção territorializada de qualidade, paisagem, biodiversidade, modo de vida, lógica familiar, cultura comunitária, identificação com os ciclos da natureza etc.

Assim sendo, apresenta ainda comprometimento com a produção agropecuária, revelando a existência da ruralidade, de um vínculo com as coisas da terra. Desta forma, mesmo que as práticas eminentemente agrícolas não estejam presentes em escala comercial, o comprometimento com a produção agropecuária pode ser representado por meio das práticas sociais e de trabalho, do ambiente, dos costumes e tradições, dos aspectos arquitetônicos, do artesanato, do modo de vida, considerados típicos de cada população rural (Brasil, 2010b, pp. 18-19).

Agregação de valor a produtos e serviços está relacionada à hospitalidade em ambiente rural, permitindo que as características rurais passem a ser entendidas sob

outra perspectiva, que não apenas a da produção primária de alimentos. Assim, práticas comuns à vida campesina, como o manejo de criações, o cultivo da terra, as manifestações culturais, a culinária e a própria paisagem – estejam elas caracterizadas por Cerrado, Amazônia ou Mata Atlântica –, passam a ser consideradas componentes relevantes do produto turístico rural e, conseqüentemente, sejam valorizadas por isso (Brasil, 2010b, p. 19).

Resulta desta consideração do ministério uma visão “tipificada”, do rural como atrativo, não incluindo as contradições existentes no campo, entre processo produtivo, por exemplo, e divisão social do trabalho.

Agregar valor também se faz presente pela possibilidade de verticalização da produção, ou seja, beneficiamento de produtos *in natura* (ovos, verduras e frutas), transformando-os para que possam ser oferecidos ao turista, sob a forma de conservas, embutidos, produtos lácteos, refeições e outros. Outra possibilidade é a transformação artesanal de resíduos e insumos do campo em utilitários e objetos decorativos carregados de história e tradições (Brasil, 2010b, p. 19).

O turismo rural, além do comprometimento com as atividades agropecuárias, caracteriza-se pela valorização do patrimônio cultural e natural como elementos da oferta turística. Assim, os empreendedores, na definição de seus produtos de turismo rural, devem contemplar com a maior autenticidade possível os fatores culturais, por meio do resgate das manifestações e práticas regionais (como o folclore, os trabalhos manuais, os costumes, os ofícios, as festas, os “causos”, a culinária etc.) e primar pela conservação do ambiente natural, da paisagem e cultura – o artesanato, a música, a arquitetura etc. (Brasil, 2010b, p. 19). Novamente, insere-se a visão do “exótico” na cultura do campo, numa clara dicotomia entre rural e urbano.

De acordo com o MTur (Brasil, 2010b), a expressão “turismo no espaço rural” se refere a todos os movimentos turísticos ocorridos no espaço rural, ao passo que o termo turismo rural se restringe às características próprias do meio rural: à paisagem, ao estilo de vida e à cultura rural, excluindo-se formas não ligadas à prática e ao conteúdo rurais. Importante observar que o fato de um estabelecimento turístico localizado no espaço rural se enquadrar ou não na definição de turismo rural adotada não o determina como gerador de postos de trabalho e benefícios para certa região.

É fato que a atual conjuntura tem gerado mudanças comportamentais no modo de vida das pessoas, não importando se rurais, se urbanas. Isso tudo vem influenciando, também, as necessidades de turismo ora demandadas. Assim, quando se pensa em opções de turismo, o retorno à tranquilidade da vida no campo como uma forma de aliviar as tensões provocadas pelo cotidiano dos grandes centros urbanos está em ascensão.

Diante dessa realidade, o turismo rural demonstra uma tendência de crescimento contínuo, tanto pelo aumento da oferta, devido às condições desfavoráveis no campo, quanto pela pressão da demanda, caracterizada pelas necessidades de voltar ao ambiente interiorano do campo da população urbana. Esta tendência crescente se deve, em parte, às transformações do perfil da população brasileira verificadas no último Censo, especialmente as que se referem ao envelhecimento e ao aumento da população adulta.

Essa população de idosos e adultos pode ser considerada um potencial turístico. Conforme dados e projeções da Organização das Nações Unidas (ONU) de 2001, a população idosa brasileira, acima de 65 anos, ampliou de 1,6 milhões para 8,7 milhões, entre 1950 e 2000, alcançando 44 milhões em 2050. Ainda de acordo com a ONU, a população em idade ativa, entre 15 e 64 anos, cresceu de 30 milhões para 112 milhões de pessoas, e alcançará 154 milhões em 2050.

O turismo, de forma geral, até poucas décadas, se apresentou como atividade econômica cuja base era a geração de divisas. Percebeu-se, contudo, que crescimento e desenvolvimento sem critérios de benefícios e com prejuízos aos atores envolvidos têm um espaço de permanência extremamente curto. Sendo assim, se procurou entender o território e o que há inserido nele, ou seja, a abordagem territorial endógena, conforme Zapata (2007).

Tal abordagem nasce na tentativa de beneficiar mais amplamente as populações e as comunidades. A partir da década de 1990, então, inicia-se a abordagem sustentada no desenvolvimento com base no território, da qual se origina uma nova temática, denominada desenvolvimento territorial endógeno:

Trata-se de uma estratégia e de um processo intencional dos atores, das pessoas de um determinado território, para, a partir de seus ativos, de suas potencialidades e vocações, construir um projeto de desenvolvimento com mais participação social, mais equidade e sustentabilidade (Zapata, 2007, p. 24).

Ainda sob a ótica dessa autora, o território passa a ser entendido além das dimensões de espaço; compreende e caracteriza-se por meio da identidade cultural, de seu patrimônio natural e da organização e capacidade de planejar. O endógeno refere-se à capacidade dos atores de se planejarem e definirem suas necessidades, pois são os mais capacitados para identificar e construir o desenvolvimento de seu território, evidenciando que são necessárias articulações com atores externos.

As decisões de implementação, contudo, são conduzidas e acertadas pelo poder local. A criação de redes é outro fator relevante neste tipo de abordagem, pois são estruturas com objetivos comuns que oferecem trocas de informações e experiências para o fortalecimento do desenvolvimento.

Para Zapata (2007), é fundamental a importância do capital humano e social, a atuação das pessoas por meio de suas habilidades e competências, de forma organizada e articulada. Outro fator importante para a promoção do desenvolvimento territorial é o fortalecimento das pequenas e microempresas e da agricultura familiar a partir dos arranjos e das cadeias produtivas, organizadas por atividades, que geram um produto ou serviço final. Estes pequenos empreendimentos unem-se para realizar compras mais acessíveis com um determinado fornecedor, ou para facilitar a venda de seus produtos, entre tantos outros elementos.

O desenvolvimento territorial busca, além de dinamizar os aspectos econômicos, valorizar a dimensão social, cultural, ambiental e político-institucional. A construção do território é realizada com a cultural local, com o ambiente natural, as ações políticas institucionais etc.

Segundo Zapata (2007), deseja-se desenvolver a democracia participativa, que não segregue, e sim inclua pessoas. As propostas e realizações são elaboradas de pessoas para pessoas, e a organização da comunidade é fundamentada com a efetiva participação nas decisões políticas.

A ideia de desenvolvimento territorial surgiu de forma a contemplar não apenas o desenvolvimento do território físico mas a sua comunidade. Trata-se de mobilizar o patrimônio territorial da comunidade. O chamado meio rural não é exclusivamente agropecuário, e a diversidade de atividades existentes nestas regiões deverá ser identificada e compreendida. Assim, a abordagem de desenvolvimento territorial se torna um instrumento importante para discutir a questão do turismo rural.

Ao analisar o território sob a ótica do endógeno, são encontrados elementos que norteiam a sustentabilidade do turismo em todas suas dimensões. Na dimensão econômica, pode-se afirmar que o desenvolvimento de atividades turísticas em áreas menos favorecidas rurais e agricultura familiar permite que a renda gerada fique nesta região. Na dimensão social, pode-se concluir que há geração de emprego e renda para a comunidade local e, por vezes, para comunidades do entorno.

A cultura também é fator de extrema sensibilidade, e se encontra em processo de constante transformação, seja por meio do resgate de tradições, seja mesmo para eliminar possíveis manifestações equivocadas. É fundamental que não se destrua a cultura com hábitos e tradições dos turistas. Muitas vezes, o fator motivador da visita será exatamente a manifestação cultural da comunidade. O meio ambiente, seja natural ou construído, é ferramenta de trabalho para o turismo, e sua conservação se vincula com sua garantia em longo prazo.

Cavaco (Cavaco, 1996,) relata ensinamentos a partir das experiências europeias de desenvolvimento local, mostram que se deve combinar propostas de valorização dos produtos agrícolas com desenvolvimento do artesanato e de atividades ligadas ao turismo e à cultura. O importante, além do crescimento econômico é simultaneamente o social, e também territorial, que permite mudança estrutural, produção social relevante, redistribuição mais igualitária da riqueza, melhoria dos rendimentos, das condições de vida e das expectativas, sobretudo dos grupos sociais mais vulneráveis.

A autora utiliza, com base no conceito de regeneração do rural utilizado por Leal (1995), um novo papel para o meio rural, após resolvida a questão do abastecimento alimentar, que para o mundo ocidental é função primária dos espaços rurais. Desta forma, Cavaco (*apud* GRAZIANO DA SILVA *et al.*, 2000) propõe novas funções não agrícolas do meio rural, entre as quais estão inclusas o equilíbrio territorial, de forma a compensar os efeitos do despovoamento; o equilíbrio biológico, mediante conservação dos ecossistemas e dos processos biológicos; a produção de paisagem de qualidade, aberta e natural; a produção de recursos, notadamente de água limpa, recurso natural cada vez mais raro; o suporte de atividades, distração e recreio ao ar livre; e o combate às contaminações do ar, da água e do solo.

Vê-se, então, que o turismo rural pode garantir sustentabilidade ambiental, como acrescenta a autora:

(...) perante os custos sociais e ambientais do turismo de massa, convencional, gregário, quase popular, próprio de uma sociedade de consumo, organizado "industrialmente", afirmam-se procuras diferentes, novas, responsáveis e sustentáveis, seletivas em termos econômicos e em valores e comportamentos pessoais, preferencialmente no próprio país e em regiões não muito distantes, prefigurando talvez o turismo do futuro: um turismo individualizado, de escala humana, bem integrado aos locais de destino, de estrutura familiar e artesanal, culturalmente rico, não necessariamente muito dispendioso, mas raramente com o cunho de turismo social (Cavaco, 1996, p. 104).

Entende-se que o espaço rural é a retomada do futuro mais harmônico entre o natural e o construído para os cidadãos de áreas urbanas. Vivenciar estas áreas mais isoladas, que possuem valores humanos imensuráveis, a custos, como cita a autora, não necessariamente dispendiosos, certamente proporciona benefícios a toda a sociedade.

Segundo Campanhola (1999) e Graziano (1999), a agricultura não poderá ser a única base econômica para o desenvolvimento do meio rural a longo prazo, por isso estratégias econômicas alternativas já são evidenciadas em muitos países para manter o homem no campo. O turismo como uso do território rural poderá ser um dos vetores do desenvolvimento local⁶, respeitando que as decisões sejam tomadas pela comunidade, que o controle sobre os processos de desenvolvimento seja desempenhado por atores sociais e que as comunidades locais se apropriem dos benefícios gerados.

Os argumentos de Campanhola (1999) e Graziano (1999) justificam-se, pois se tem assistido a ações de desenvolvimento orquestradas sem qualquer participação dos atores sociais locais, principais interessados em qualquer tentativa de melhoria para as áreas rurais. A atividade turística no meio rural poderá ser uma alternativa complementar às atividades já desenvolvidas, cabendo à própria organização local verificar se há na região vocação para tal atividade ou se é melhor optar por outra área de atuação.

Quanto ao agroturismo, Cals, Capell e Vaque assim o conceituam:

⁶ É um desenvolvimento desde a base, ou seja, de baixo para cima; é autocentrado, pois prioriza as decisões comunitárias nos planos gerais de desenvolvimento; e é endógeno, pois mobiliza os recursos disponíveis com o fim de promover o desenvolvimento (Pérez e Giménez, 1994, *apud* Campanhola e Graziano, 2000).

(...) prestação de qualquer serviço turístico, por motivos de férias e com preço, realizado no interior da exploração agrária, que se encontre em plena atividade agrícola, pecuário e florestal (Cals, Capell e Vaque, 1995, p. 54).

Conforme já se apresentou anteriormente e assinala o MTur (Brasil, 2010b), é preciso compreender as heterogeneidades regionais e as diferenças no estágio de desenvolvimento das diversas iniciativas de turismo empreendidas nos territórios rurais brasileiros. Em decorrência deste entendimento, sem o intuito de minimizar tais questões, o ministério constrói estratégias de consolidação do turismo rural, agrupando sob o mesmo conceito as definições de agroturismo e turismo na agricultura familiar.

Agroturismo, considerado uma derivação do turismo rural, é adotado em algumas regiões e pelo Ministério do Turismo, de acordo com a definição apresentada por Campanhola e Graziano da Silva:

(...) atividades internas à propriedade, que geram ocupações complementares às atividades agrícolas, as quais continuam a fazer parte do cotidiano da propriedade, em menor ou maior intensidade. Devem ser entendidas como parte de um processo de agregação de serviços aos produtores agrícolas e bens não materiais existentes nas propriedades rurais (paisagem, ar puro etc.) a partir do “tempo livre” das famílias agrícolas, com eventuais contratações de mão de obra externa (Campanhola e Graziano da Silva, 2000, p. 148).

Para a conceituação de turismo rural na agricultura familiar – a presença predominante da agricultura familiar no meio rural brasileiro – e o expressivo número de empreendimentos e atividades turísticas a ela vinculadas, aliados à necessidade de política de valorização deste tipo de agricultura, fez surgir um forte movimento em torno do turismo empreendido por agricultores familiares.

No enquadramento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf⁷) são considerados agricultores familiares os produtores rurais que atendam aos seguintes requisitos: sejam proprietários, posseiros, arrendatários, parceiros ou concessionários da reforma agrária; residam na propriedade ou em local próximo; detenham, sob qualquer forma, no máximo quatro módulos fiscais de terra, quantificados conforme a legislação em vigor, ou no máximo seis módulos, quando se tratar de pecuarista familiar; no mínimo 80% da renda bruta familiar deve

⁷ O Decreto nº 3.991, de 30 de outubro de 2001. dispõe sobre o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, e dá outras providências (Brasil, 2001).

ser proveniente da exploração agropecuária ou não agropecuária do estabelecimento e o trabalho familiar deve ser a base da exploração do estabelecimento (Brasil, 2001).

É possível concluir que o recente interesse pelo segmento, por parte do governo e do próprio setor privado, deve-se ao fato de esta atividade ser uma alternativa para manter os trabalhadores rurais no campo, junto com o significativo aumento do interesse de moradores de regiões urbanas em conhecer a ruralidade. Os contrastes entre as regiões a cada dia diminuem, contudo, é evidente que o contato com a terra e com a natureza sempre será um atrativo diferenciador.

Ao complementar a renda da agricultura familiar, o turismo rural pode garantir às comunidades rurais a sustentabilidade econômica, social e cultural, agregando valor ao patrimônio cultural, ao conservar a culinária local, as tradições de músicas, danças, costumes, entre outros, assevera o MTur.

Para a sustentabilidade social, é importante ressaltar a nova dinâmica dos estabelecimentos rurais que exercem atividades turísticas, com a inserção das mulheres rurais neste contexto sob novas condições sociais. Nesta pesquisa, houve a intenção de verificar quais os impactos sob as mulheres rurais diante do advento do uso do turismo no espaço rural e de sua produção associada.

1.5 O CONTEXTO DA AGRICULTURA NO BRASIL

A agricultura nacional sofreu mudanças em seu modelo de desenvolvimento agrícola a partir do fordismo⁸. Influenciada pela modernização dos meios de produção, pela crescente urbanização e pelo aumento da oferta de emprego não agrícola – corolário da intensificação da produção industrial –, ocorreu crescimento da demanda por produtos agrícolas nos centros urbanos. Surge, dessa maneira, a

⁸ É um modelo de produção em massa idealizado pelo empresário Henry Ford (1863-1947), no qual o ritmo do trabalho é imposto pelas máquinas, o trabalhador executa uma série de tarefas especializadas e participa mais do consumo. O empresário revolucionou a indústria automobilística a partir de 1914 nos Estados Unidos, aprimorou o modelo anterior denominado taylorismo, mas a rigidez na gestão foi a causa do seu declínio a partir da década de 1970. Desta forma, gradativamente, foi substituído pela produção enxuta, modelo japonês baseado no sistema da Toyota de produção. Faz-se necessário ressaltar que os modelos não são totalmente substituídos, por vezes são complementares e coexistem em determinados períodos.

prática intensiva da monocultura, a qual buscou atender às novas demandas do mercado exportador em detrimento da nutrição humana.

A modernização agrícola, de acordo com Delgado (1985), foi um processo de especialização industrial dos meios de produção focado na diversificação das exportações, estabelecendo-se uma interdependência entre agricultura e indústria. O modelo brasileiro de agricultura passou, dessa maneira, a ser baseado nos complexos agroindustriais, os quais fornecem insumos, máquinas e material genérico para o setor industrial, que os transforma e os comercializa.

O mito desenvolvimentista, amplamente adotado pela política nacional, constituiu-se, na agricultura, de medidas como a adoção de um pacote composto por sementes melhoradas, de estímulo à mecanização, à utilização de insumos químicos e biológicos, além da criação de uma estrutura de créditos para os grandes produtores. O objetivo era elevar a capacidade de cultivo e mitigar os prejuízos causados pelas intempéries da natureza.

Em resposta às drásticas mudanças no setor agrícola, intensificou-se, nas décadas de 1970 e 1980, o chamado êxodo rural, acarretando um aumento considerável da população urbana. Este crescimento não foi, unicamente, reflexo da adequação do campo ao novo modelo, pois contribuiu decididamente para a referida adequação. O aumento da oferta de trabalho não agrícola, em oposição à diminuição da oferta de trabalho no campo, tornou a agricultura propulsora de mão de obra destinada à industrialização.

A urbanização brasileira, em conjunto com os fluxos de migração do campo, contribui para o subemprego e para o desemprego nos grandes centros, pois, havendo excessiva oferta da mão de obra urbana, observa-se o conseqüente declínio dos níveis salariais médios. Nesse sentido, o modelo de urbanização e a migração proveniente do campo desencadeiam uma massa de marginais sociais cuja absorção produtiva, que hoje está restrita a trabalhos temporários, passa a ser ainda mais precária quando surge o chamado mercado de trabalho informal.

Entre outras conseqüências das mudanças do setor agrícola na realidade brasileira, além dos impactos socioeconômicos advindos do crescimento populacional, destaca-se a degradação dos recursos naturais, que afeta a qualidade do solo e da água, causando erosão, sedimentação, poluição química por pesticidas, destruição da biodiversidade por desmatamento e desertificação.

1.6 AGRICULTURA FAMILIAR

Devido às mudanças sofridas pelo setor agrícola nacional, configurou-se um cenário de exclusão dos pequenos produtores que não se enquadraram nas novas exigências globais. Estas mudanças provocaram focos de atraso tecnológico no meio rural, principalmente no tocante à pequena produção, que, em sua maioria, subsiste com técnicas ultrapassadas e vive em condições precárias, provocando a acentuação do quadro de atraso e de pobreza (Fernandes Júnior, 1986, p. 39).

A pequena unidade de produção agrícola caracteriza-se pela força de trabalho familiar, pelo baixo grau de aprimoramento técnico, pela gestão pessoal, pela moradia no local, pela posse das terras, parcial ou integralmente, e pela produção voltada ao autoconsumo ou ao atendimento das necessidades básicas do grupo familiar. Esta pequena unidade agrícola, no entanto, está sempre subordinada e vinculada ao capital tecnológico, financeiro ou mercadológico (Bovo, Logatto e Silva, 2006).

Pequenas propriedades atendem, ainda, às necessidades de consumo nas cidades e no campo. A agricultura familiar “assume uma posição de destaque e, em diversas regiões do Brasil, representa o maior percentual de pessoal ocupado na agricultura; paradoxalmente, apesar de possuírem pequenos estabelecimentos, respondem pelo maior percentual da produção agrícola” (Bracagioli, 1998, p. 179). As pequenas propriedades são peças importantes na engrenagem da agricultura contemporânea, mantendo uma relação de codependência com as grandes propriedades e cedendo mão de obra para estas, nos períodos de entressafra.

Para indicadores de mão de obra no campo conforme pesquisas do Censo Agropecuário realizado pelo IBGE (2006), 74,4% estão ocupados na agricultura familiar, gerando 38% do valor total da produção, mesmo ocupando apenas 24,3% (ou 80,25 milhões de hectares) da área dos estabelecimentos agropecuários brasileiros, é responsável pela produção dos principais alimentos consumidos pela população, entre eles: 87% da mandioca, 70% do feijão, 58% do leite, 38% do café, 46% do milho, 50% de aves e ovos e 59% dos suínos.

Para a geração de toda essa produção, existem 12,3 milhões de trabalhadores, ou seja, de cada dez ocupados no campo, sete estão na agricultura familiar, que emprega 15,3 pessoas a cada 100 ha. Dois terços do total de ocupados

no campo são homens, mas o número de mulheres é bastante expressivo: 4,1 milhões de trabalhadoras no campo estão na agricultura familiar. O Censo Agropecuário revela ainda que dos 4,3 milhões de estabelecimentos, 3,2 milhões de produtores são proprietários da terra.

A agricultura familiar tem importância não só no contexto econômico do setor agrícola mas também no socioambiental; mesmo que de forma tímida, é complementar nas políticas públicas e nos programas governamentais de incentivo e de fomento.

Dessa maneira, a agricultura familiar também é fundamental na segurança alimentar⁹, sustentabilidade ambiental, reforma agrária e desenvolvimento rural, além de contribuir para os temas novos ligados à agroecologia, à multifuncionalidade dos territórios rurais e à pluriatividade, consolidando sua participação no desenvolvimento sustentável da agricultura brasileira.

O conceito de multifuncionalidade da agricultura encontra-se em construção. Foi lançado no debate público há poucos anos, especialmente na União Europeia, mais precisamente na França. A questão central é que a agricultura não deve apenas produzir bens (alimentos e fibras), sendo ela responsável pela conservação dos recursos naturais (água, solo, biodiversidade, entre outros), do patrimônio natural (paisagens) e pela qualidade dos alimentos (Carneiro e Maluf, 2003, p. 18).

Carneiro e Maluf (2003) lançam uma nova noção de multifuncionalidade sobre a agricultura familiar, conforme segue:

Permite analisar a interação entre famílias e territórios na dinâmica de reprodução social. Isso implica considerar os modos de vida das famílias rurais na sua integridade, e não apenas seus componentes econômicos, como também incorporar à análise a provisão de bens públicos por parte destes agricultores relacionados com o meio ambiente, com a segurança alimentar e com o patrimônio cultural. Parece possível, portanto, ampliar o foco de análise indo mais longe do que o permitido pelo conceito de pluriatividade que se limita ao âmbito dos bens privados, enquanto a multifuncionalidade engloba a geração de bens públicos (Carneiro e Maluf, 2003, p. 21).

No Brasil, ao observar a agricultura familiar por meio das pesquisas do Censo Agropecuário realizado pelo IBGE (2006), existem 4,3 milhões de estabelecimentos

⁹ A definição clássica de segurança alimentar estabelecida pela FAO (Food and Agriculture Organization of United Nations) determina que haja “uma situação na qual todas as pessoas, durante todo o tempo, possuam acesso físico, social e econômico a uma alimentação suficiente, segura e nutritiva, que atenda a suas necessidades dietárias e preferências alimentares para uma vida ativa e saudável”.

familiares envolvidas diretamente com a atividade, que representam 84,4% dos estabelecimentos rurais do país.

O turismo aparece, nesse contexto, como atividade que favorece a diversificação das atividades rurais, incentivando e promovendo a permanência dos produtores no campo e fortalecendo, assim, a agricultura familiar. Ao abrir novas possibilidades, tanto de comercialização direta com o consumidor quanto de consolidação de uma marca ou produto, criam-se novas perspectivas para o turismo e para a agricultura.

Atividade transversal, global, de fronteiras fluidas, interfere nos tecidos econômicos e sociais, nas dinâmicas demográficas e do emprego, no patrimônio natural e cultural, nos comportamentos das populações e na ocupação, ordenamento e funcionamento dos territórios. Anima o mercado dos produtos e serviços locais, viabilizando microempresas de ramos diversos (Cavaco, 2001, p. 26).

Por esse caráter múltiplo e dinamizador, o turismo, como uso do território rural, pode ser considerado uma das alternativas aos problemas da agricultura familiar. A capacidade de gerar emprego e renda, de promover a criação de infraestruturas e de intensificar trocas entre o meio rural e o urbano leva o turismo a desempenhar um papel significativo no desenvolvimento de zonas desfavorecidas (Albuquerque, 2001).

Levando o contato direto entre produtor e consumidor final na venda dos produtos, melhorando os preços na transação e ainda agregando valor. Assim, esse tipo de turismo pode ser entendido como instrumento de interiorização do turismo, difusão de conhecimentos e técnicas agrárias, diversificação dos polos turísticos, diminuição do êxodo rural, melhoria da qualidade de vida da população rural, promoção de intercâmbio cultural, sensibilização quanto aos recursos naturais e ainda promover o reencontro com as origens. No entanto, o turismo não pode ser a única atividade da propriedade, mas uma fonte de renda complementar às tradicionais (Oliveira, 2001, p. 279).

As transformações ocorridas na área rural exigiram do agricultor alterações sociais e produtivas. A nova realidade do espaço rural coloca o agricultor em novas atividades e funções, a denominada pluriatividade¹⁰. O produtor procurou agregar novas atividades, como o turismo, e percebeu-se que atividades complementares,

¹⁰ Definida por Carneiro (1998) como uma múltipla inserção no mercado de trabalho, uma alternativa à migração, à exclusão do processo produtivo e de cidadania, possibilitando a permanência no campo e assegurando a continuidade da atividade agrícola e uma determinada identidade social e cultural.

por vezes, oferecem remuneração superior à própria atividade agrícola. Segundo Pires (2001):

O espaço rural não se define mais pela atividade agrícola, ou seja, o espaço rural já não é aquele tão somente tradicional, pois nele passou a ser introduzidas a produção de serviços e de bens não agrícolas, com grande ênfase para aqueles de natureza turística e voltada para o lazer, a exemplo das chácaras de recreio, condomínios rurais, pesca amadora, recreação em rios e represas, entre outros (Pires, 2001, p. 126).

Exposta essa questão, cabe uma abordagem sobre a diversificação das atividades e das transformações no espaço rural, compreendendo o turismo como um possível uso do território rural¹¹, é uma alternativa promissora, conforme a tendência mundial de anseio das populações dos grandes centros urbanos de “volta ao caminho da roça” (Krahl, 2002). Este processo mundial, já considerado por alguns estudiosos como uma necessidade da sociedade urbana atual, não ocorre diferentemente no Brasil, embora o movimento turístico rural brasileiro ainda seja pequeno, diante da ampla extensão de suas zonas rurais.

Para Pires (2001), no entanto, é exatamente o tamanho do país que proporciona uma correlação do turismo rural com a história e as culturas regionais, fazendo que ele assuma características de um turismo rural tradicional (aí incluídas as origens agrícola, pecuarista e de colonização europeia) e de um turismo rural contemporâneo (nas modalidades de hotel fazenda, pousadas rurais, *spas* rurais, residências campestres, entre outras).

A partir da consolidação da pluriatividade no Brasil, que vem impondo mudanças de caráter multidimensional ao espaço rural, novas possibilidades de exploração do meio, como oferecer à população citadina novas formas de lazer relacionadas à natureza e ao consumo de *produtos caseiros*, vêm sendo incorporadas, de acordo com Krahl (2002).

Aliadas ao desenvolvimento ocorrido nos últimos séculos por meio da industrialização, verificaram-se alterações socioculturais acentuadas decorrentes da proliferação de cidades e metrópoles, o que leva a pessoa que vive no denominado meio urbano a buscar em seu período de descanso alternativas distantes de sua realidade cotidiana.

¹¹ Steinberger (2009) argumenta que o turismo é apenas mais um uso entre os vários do território, ou seja, coexistem diferentes usos no território, e o turismo deve ser pensado englobando esses diferentes interesses.

Desse modo, a atividade turística inicia seu processo de diversificação da oferta em relação à demanda, e o uso do território rural torna-se um dos ambientes mais requisitados, razão pela qual o turismo vem sendo trabalhado de maneira segmentada. Assim, a segmentação é entendida como forma de organizar o turismo para fins de planejamento, gestão e mercado (Brasil, 2006c, p. 3).

Para organizar os segmentos turísticos, podem-se estabelecer dois enfoques: a partir dos elementos de identidade da oferta e também das características e variáveis da demanda. No que se refere à demanda, segundo o MTur (Brasil, 2008b, p. 33), o consumidor de turismo rural busca a possibilidade de aproximação com a natureza, deseja experimentar e vivenciar os valores e o modo de vida local atrelado aos elementos singulares da cultura, pela gastronomia típica, pela tradição e pelo modo como se dá a relação ser humano-natureza. No que tange à oferta, o território brasileiro se apresenta com recursos naturais e culturais únicos, os quais possibilitam o desenvolvimento de diferentes experiências.

Na revisão de suas orientações básicas, em 2010, o MTur, (Brasil, 2010b, p. 8), manteve o entendimento de segmentação nos dois enfoques de oferta dos destinos, conhecendo com maior profundidade seus atrativos, sua infraestrutura, seus serviços e produtos turísticos e a demanda, ou seja, os desejos e anseios dos turistas.

Na nova apresentação da agricultura, por sua vez, configura-se uma crescente diversidade de atividades desenvolvidas por membros da família, na qual a mulher tem função significativa. De acordo com Schneider, “é crescente o número de propriedades rurais em que a mulher tornou-se a principal responsável pela execução das operações agrícolas” (Schneider, 1994, p. 22).

O trabalho das mulheres rurais extra-agrícola tem aumentado, nos anos recentes, devido à busca de seu reconhecimento social, pois, no interior das propriedades agrícolas, sua importância é relegada à condição de “marginal” ou “secundária”, a chefia da propriedade, de forma geral, é responsabilidade do marido (Schneider, 1994, p. 25).

Pesquisas realizadas em três regiões dos Andes (por Deere e León de Leal, *apud* Presvelou, Almeida e Almeida, 1996), salientam a participação da mulher nos trabalhos agrícolas pelo manejo de animais, preparo e plantio da terra até a comercialização, esta em menor escala.

Além disso, a mulher é tida como uma das principais responsáveis pelo desenvolvimento de atividades não agrícolas, que, geralmente, mantêm um vínculo com as atividades domésticas. Ela também busca, por meio da criação de agroindústrias, cooperativas de artesanato e atividades turísticas, novas fontes de renda para as unidades familiares.

Algumas encontraram emprego como professoras primárias ou atendentes de creche (com salários equivalentes a meio salário mínimo), ou dedicam-se ao artesanato (bordados, cerâmica, costura) e à venda nas feiras”, e outras estão envolvidas com a atividade turística (Presvelou, Almeida e Almeida, 1996, p. 50).

A produção associada ao turismo inclui produtos e processos produtivos tangíveis e intangíveis. No território rural, a produção desenvolvida é um atrativo diferenciador, além do modo de vida e da própria interação com a natureza.

2 CAMINHO METODOLÓGICO: A CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

2.1 A CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

A utilização da pesquisa qualitativa deve-se pelo enfoque dos aspectos socioculturais, nos quais estão inseridas as famílias no espaço rural. Em consequência, a importância deste tipo de investigação não se conjuga apenas para o efeito multiplicador do turismo em relação à geração de renda, mas considera os seus efeitos sociais, culturais e ambientais. Desta forma, o ambiente social e a qualidade de vida da comunidade local são elementos de relevância estratégica da atividade turística no meio rural, os quais se acredita serem pouco estudados pelos pesquisadores de turismo.

A pesquisa qualitativa permite aprofundar a maneira pela qual as pessoas constroem o mundo à sua volta, como afirma Flick (2009):

(...) o que estão fazendo ou o que está lhes acontecendo em termos que tenham sentido e que ofereçam uma visão rica. As interações e os documentos são considerados como forma de construir, de forma conjunta (ou conflituosa), processos e artefatos sociais (Flick, 2009, p. 8-9).

O estudo foi de caráter exploratório-interpretativo, o qual permitiu compreender a problemática da mulher no espaço rural ao interagir com o turismo e sua produção associada. Escolha sustentada, por ser um tema novo, com pouca literatura de apoio, sendo os próprios documentos do Ministério do Turismo e do Ministério do Desenvolvimento Agrário as fontes existentes, proporcionando uma visão geral, do tipo aproximativo, acerca do objeto estudado.

A profundidade metodológica utilizada na pesquisa permitiu esclarecer que fatores e formas contribuem para explicar a ocorrência dos papéis sociais das mulheres no espaço rural a partir do turismo e sua produção associada no Projeto Talentos do Brasil Rural. Segundo Vergara (1998, p. 45):

A investigação explicativa tem como principal objetivo tornar algo inteligível, justificar-lhe os motivos. Visa, portanto, esclarecer quais fatores contribuem, de alguma forma, para a ocorrência de determinado fenômeno (Vergara, 1998, p. 45).

A investigação proposta possibilitou descrever um grupo humano representativo, por meio de suas representações, seus comportamentos interpessoais, suas produções materiais e suas crenças, utilizando análise das narrativas, entrevistas estruturadas e observações livres.

Para o desenvolvimento da pesquisa, o recorte espacial que permitiu evidenciar os dados para responder ao questionamento proposto contemplou três roteiros turísticos em diferentes estágios de comercialização, selecionados pelo projeto Talentos do Brasil Rural. São eles: Agroturismo de Gramado, da prefeitura municipal de Gramado-RS; *Trekking Travessia Leste*, da prefeitura municipal de Alto Paraíso-GO; e Caminhos da Roça, da prefeitura municipal de Socorro-SP.

O recorte temporal do estudo compreendeu o período de 2009, início da concepção e implantação do Projeto Talentos do Brasil pelo Ministério do Turismo e Ministério do Desenvolvimento Agrário, até o final de janeiro de 2013.

O objetivo geral desta dissertação foi analisar os impactos socioeconômicos produzidos pelo programa de produção associada no espaço rural em unidades de produção da agricultura familiar pertencentes aos programas do MTur, especificamente o Projeto Talentos do Brasil Rural, sobre os papéis sociais das mulheres no espaço rural.

Entre os objetivos específicos está o de analisar, sob a ótica de gênero, as práticas sociais familiares, as mudanças sociais, econômicas e culturais, devido à participação das famílias no projeto Talentos do Brasil Rural, e o de mapear as formas de inserção do trabalho realizado por mulheres no espaço rural com a produção associada ao turismo em unidades de produção da agricultura familiar, além de verificar a importância da produção associada ao turismo em unidades de produção da agricultura familiar na geração de emprego e renda no espaço rural e a inserção do trabalho realizado por mulheres, bem como o de analisar se ocorreram processos de ampliação de autoestima e nas posições de poder no âmbito familiar das mulheres camponesas, por sua atuação no projeto Talentos do Brasil Rural.

As questões de pesquisa orientadoras da investigação foram a bússola para a busca dos achados na construção das evidências empíricas, sendo elas:

a) A participação das mulheres no espaço rural nas atividades do turismo e sua produção associada provocam a desestabilidade das relações familiares pelo

novo lugar que as mulheres assumem, causada pela diminuição de sua dependência econômica da produção agropecuária, antes renda central da família?

b) As mulheres camponesas, ao participarem das atividades de turismo do Talentos do Brasil Rural, alteraram suas relações de poder internas na família ocasionando modificações dos papéis sociais?

2.1.1 Refletindo sobre as fontes escolhidas na construção do objeto de pesquisa

A construção do objeto de pesquisa foi um processo que, por vezes, não foi linear. Foi preciso idas e vindas para aproximação e distanciamento do objeto escolhido.

Para as ciências sociais, as construções são circulares, e os pesquisadores estão em constante troca com o outro e com os acontecimentos, que permitem e possibilitam “inquietações” e “incômodos”.

No caso desta pesquisadora, ela pertence à assessoria técnica do Ministério do Turismo desde 2006, em virtude de sua formação acadêmica. Como bacharelada em Turismo, percebia no discurso corrente que o “turismo” é a possibilidade de “salvação” de grande parte dos males econômicos das regiões mais pobres do Brasil.

Não saberia dizer em que momento a inquietação se iniciou, contudo, ao verificar que entre as políticas públicas nacionais de turismo, das quais derivam programas e projetos, não são mensurados, de forma qualitativa, os impactos de tais ações, seja em territórios, seja em cidades, seja em comunidades, seja em povoados, seja em pequenos empreendimentos rurais.

Os indicadores utilizados pelo Ministério do Turismo para aferir a importância das políticas públicas de turismo estão na esfera macro, ou seja, desembarque doméstico de passageiros, receita cambial, entre outros. Pouco é analisado sobre seus impactos sociais e culturais.

Dessa forma, durante a especialização da pesquisadora, em 2008, foi o estudo do papel da mulher no desenvolvimento do turismo rural no Brasil, em função do limitador “tempo”, deixado para o mestrado. Sendo assim, a dissertação

elaborada buscou desvelar os impactos socioculturais do Projeto Talentos do Brasil Rural sobre os papéis sociais da mulher campesina.

Como a pesquisadora também se insere na metodologia de pesquisa-ação, pois há envolvimento direto desta, por pertencer ao quadro de assessoria técnica do Ministério do Turismo, seu envolvimento no projeto Talentos do Brasil Rural reforçou seu interesse pelo objeto proposto na dissertação. Sendo assim, no mês de fevereiro de 2011, participou do comitê de seleção dos 24 roteiros turístico comercializados, os quais estão sendo diagnosticados, com a previsão de término para julho de 2013.

Em função da limitação orçamentária do Projeto Talentos do Brasil Rural e de algumas alterações na concepção inicial do programa, coube ao Ministério do Turismo planejar, organizar e operacionalizar o diagnóstico dos roteiros turísticos comercializados, além de qualificar os consultores contratados, o que foi considerado altamente relevante para a pesquisa, pois foi a possibilidade de aproximação da assessoria técnica do ministério com o que de fato ocorre no território.

A vivência permitiu observações que não são possíveis de ser compreendidas por meio de relatórios; assim sendo, além dos consultores contratados, a própria equipe técnica do Ministério do Turismo, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Nacional e do Rio Grande do Sul) auxiliaram no desenvolvimento da metodologia do diagnóstico, resultando em doze diagnósticos, entre os quais a observação direta pela pesquisadora em dois roteiros turísticos: Caminhos da Roça, que abrange o município de Socorro (SP); e *Trekking* Travessia Leste, no município de Alto Paraíso (GO).

Nas visitas aos empreendimentos de agricultura familiar que compõem os roteiros, foi realizado levantamento dos dados primários da pesquisa por entrevistas estruturadas e observações livres, com as mulheres no espaço rural pertencentes aos roteiros. No roteiro Caminhos da Roça, foram visitadas três propriedades, em junho e julho de 2012. No *Trekking* Travessia Leste, as visitas às propriedades ocorreram em setembro de 2012. Quanto ao Agroturismo, em Gramado (RS), este foi analisado por dados secundários, a partir de entrevistas filmadas em janeiro de 2012, além da entrevista estruturada realizada por telefone pela pesquisadora, em fevereiro de 2013.

A escolha do recorte espacial do objeto de análise – roteiros de agricultura familiar – baseou-se no diferente grau de comercialização que estes enfrentam e no que este grau significa em termos de exposição da mulher como protagonista no processo de hospitalidade, questão-chave diagnosticada como “porta de entrada” na relação estabelecida na alteração de seu possível papel do doméstico para o público.

Assim, a escolha foi a do roteiro Agroturismo de Gramado (Gramado-RS), que, segundo dados analisados, apresenta processos de comercialização e conta com a presença feminina no processo produtivo em uma região de consagrado valor turístico no espaço rural. O segundo foi o roteiro *Trekking* Travessia Leste, em Alto Paraíso (GO), que não está inserido numa região turística consagrada, mas de características rurais familiares. E o terceiro roteiro, Caminhos da Roça, no município de Socorro (SP), situa-se em uma região que reconstrói sua identidade rural visando à valorização pelo turismo.

Os procedimentos relacionados à investigação neste projeto foram pautados em fontes distintas de evidências, que convergem em relação ao mesmo conjunto de fatos, a partir da análise das entrevistas estruturadas e das observações livres.

As entrevistas foram realizadas em roteiro estruturado (anexo A), aplicado às mulheres no espaço rural pertencentes às propriedades que compõem os três roteiros selecionados como recorte. Houve o intuito de levantar informações sobre, por exemplo, quem administraria a propriedade; se houve aumento da renda familiar a partir do turismo; quem administraria tal renda; com que a renda seria gasta; que tipo de trabalho ela realizava antes do turismo; que tipo de trabalho ela realiza agora; qual a importância da produção associada ao turismo; o turismo possibilitou emprego; a partir do turismo, como ficou estabelecida as responsabilidades na propriedade; e sobre como se sente com a inserção do turismo, se melhorou sua autoestima.

Como técnica de coleta, foi utilizada a metodologia etnográfica, que possibilita estudar pessoas em grupos organizados e duradouros, que podem ser chamados de comunidades ou sociedades. Conforme sinaliza Angrosino (2009), a etnografia permite variadas abordagens, no entanto, os aspectos que são representativos partem de modelos que buscam a observação minuciosa dos comportamentos vividos, mediante entrevistas detalhadas com as pessoas da comunidade em estudo. Ao falar de cultura, sociedade ou comunidade, os etnógrafos estão falando

em termos que são abstrações gerais, pautadas em numerosas informações, pois têm uma visão geral do todo social ou cultural que os indivíduos que nele vivem podem obter, ou não.

O cotidiano e as atividades do dia a dia das pessoas são seu objeto de estudo. A coleta de dados ocorre com as experiências humanas vividas para conhecer distintamente e *in loco*, como alguém que participa subjetivamente na vida daqueles que estão sendo estudados, sendo este participante e observador. Requer um longo prazo, semanas ou até anos. Utiliza também a indução, ou seja, tem a função de se apropriar da reunião de descrições detalhadas para construir modelos gerais e teorias explicativas, e não com a intenção de testar hipóteses derivadas de teorias ou modelos existentes.

O método etnográfico auxilia nos estudos das questões ou comportamentos sociais que ainda não estão explicitamente compreendidos. É importante quando o estudo deseja conhecer as perspectivas das próprias pessoas sobre as questões, e não impor por meio da perspectiva externa do pesquisador; o mesmo vale para elaboração e aplicação de questionários e enquetes, a partir da literatura investigativa existente ou de pesquisa em outra comunidade supostamente similar. Diante disso, a etnometodologia, por meio da linguagem como ferramenta de comunicação, é fundamental na ordem social, pois é a fala que primeiramente a sustenta, mesmo que seja apenas para persuadir uns aos outros.

Ao definir etnometodologia a partir das contribuições de Harold Garfinkel, citado por Haguette (1987, p. 43-44), refere-se, ao buscar, dissecar, ver e sentir certa realidade, à fala como uma parte integrante do mesmo ambiente sobre o qual se fala. Dessa maneira, descreve:

A etnometodologia estuda e analisa as atividades cotidianas dos membros de uma comunidade ou organização, procurando descobrir a forma como elas as tornam visíveis, racionais e reportáveis, ou seja, como eles as consideram válidas, uma vez que a reflexividade sobre o fenômeno é uma característica singular da ação. Os estudos sobre o enfoque da etnometodologia, conseqüentemente, são dirigidos para a tarefa de detectar como as atividades ordinárias dos indivíduos consistem de métodos para tornar analisáveis as ações práticas, as circunstâncias, o conhecimento baseado no senso comum sobre as estruturas sociais e o raciocínio sociológico prático, assim como de entender suas propriedades formas vistas “de dentro” dos ambientes como parte integrante do próprio ambiente. Em outras palavras a etnometodologia procura descobrir os “métodos” que as pessoas usam na sua vida diária em sociedade a fim de construir a realidade social: procura descobrir também a natureza da realidade que elas constroem (Haguette, 1987, p. 43-44).

A pesquisa utiliza-se da orientação etnometodológica, haja vista que, o foco de análise recai sobre a mulher no espaço rural, desta maneira buscou alcançar o significado e a percepção que elas possuem sobre o processo de mudanças a partir do turismo e seus impactos em especial nas relações familiares e no seu protagonismo.

De acordo com Bruyne (1991, p. 209), “várias técnicas podem e devem frequentemente ser empregadas numa mesma pesquisa para reunir um feixe de dados ao mesmo tempo disponíveis, acessíveis a seu objetivo de investigação”. Assim, foi possível a utilização de duas modalidades de pesquisa de campo.

A primeira técnica foi a entrevista oral, por questionário estruturado, realizada com cinco mulheres camponesas participantes dos três roteiros selecionados. A segunda técnica foi a observação direta, por meio da verificação do comportamento. Durante a permanência nos dois roteiros visitados, foi possível aproximação por meio da interação com o objeto, a fim de compreender melhor os atores. Desta maneira, foi possível um contato pessoal, face a face com as mulheres no espaço rural, estabelecendo uma relação não artificial com elas, permitindo a coleta de explicações pessoais a partir de diálogos.

Ressalta-se que a observação direta somente foi possível devido ao acolhimento e à receptividade das entrevistadas, e também porque a pesquisadora realizou o diagnóstico de dois roteiros.

A escolha da observação direta se deve ao fato de que, como servidora do Ministério do Turismo, a pesquisadora participou do diagnóstico do Projeto Talentos do Brasil Rural nos roteiros *Trekking* Travessia Leste e Caminhos da Roça, otimizando tempo e custos; assim, além das visitas e do diagnóstico, foi possível deslocamento para Alto Paraíso (GO) e Socorro (SP); o primeiro, pela proximidade espacial com Brasília, onde mora a pesquisadora, e o segundo, pela proximidade espacial com São Paulo, segunda residência desta.

A observação direta permite investigação empírica, que consiste em observar um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites estabelecidos entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos (Yin, 2005); sendo assim, justifica-se, neste trabalho, pois o turismo e sua produção associada como uso do espaço rural são uma possibilidade recente para países da América Latina e especialmente no Brasil, e o estudo de

seus impactos socioculturais são pouco abordados, e menos significativos ainda quando se trata das questões da mulher e suas relações socioculturais.

A análise proposta nesta dissertação tem a finalidade de compreender como está estabelecido o papel social da mulher na propriedade rural. Por meio das entrevistas estruturadas e das observações diretas, tentou-se verificar se há acúmulo ou extensão de funções desde os afazeres domésticos, passando pelo atendimento ao turismo, até a colaboração na produção.

Verificou-se também a jornada de trabalho, a posse das terras, a composição familiar, o grau de instrução, a administração da propriedade, o que levou a trabalhar como turismo, a renda, entre outras questões.

A estratégia foi identificar como é a participação da mulher no turismo rural e se ela é protagonista ou não neste cenário, e os possíveis impactos sociais, econômicos, e culturais advindos a partir da inserção da atividade turística na propriedade, especialmente na vida desta mulher. Desta forma, foi possível compreender seu papel social.

O uso de várias fontes de evidências na análise permitiu que a pesquisadora obtivesse uma ampla diversidade de questões históricas, comportamentais e de atitudes, sendo de extrema relevância o uso de fontes múltiplas de evidências, conforme orienta Yin (2005). A partir do desenvolvimento de linhas convergentes de investigação, é possível a triangulação de dados, uma vez que várias fontes de evidências fornecem essencialmente várias avaliações do mesmo fenômeno.

2.2 A ARQUITETURA DAS EVIDÊNCIAS POR CATEGORIAS ANALÍTICAS

As categorias exprimem formas e modos de ser, determinações de uma existência, frequentemente aspectos isolados de uma sociedade determinada – ou seja: elas são objetivas, reais (pertencem à ordem do ser, são categorias ontológicas; mediante procedimentos intelectivos, basicamente mediante abstração).

O pesquisador reproduz as categorias e, teoricamente, assim, também pertence à ordem do pensamento, pois são categorias reflexivas (Netto, 2011, p. 46-47).

A apreensão do concreto é possível pela identificação das “múltiplas determinações e relações dos fenômenos” e pela investigação das categorias gerais (partes do todo), para, por meio da análise da estrutura interna do fenômeno, chegar a sua síntese (Boschetti e Behring, 2011, p. 42), o que permitiu desvelar as representações existentes no fenômeno estudado.

A investigação por categorias se faz necessária, haja vista a impossibilidade de conhecimento do todo, sem particioná-lo pelo que lhe é mais distintivo. Também se reconhece a importância de conjugar “a análise diacrônica (da gênese e desenvolvimento) com a análise sincrônica (sua estrutura e função na organização atual)” (Netto, 2011, p. 49), pois a apreensão das categorias necessita ser situada temporalmente e historicizada, portanto não eternizadas, pois são históricas e transitórias, adquirindo validade somente no seu marco. Transcorrer a investigação pelo conhecimento das categorias objetivas, intelectivas, reflexivas, históricas e transitórias do objeto proposto, reconstruir sua realidade em sua concretude, e não apenas em sua hipótese neste estudo transcorrerá em gênero, *habitus*, poder, micropoderes e papel social.

O objetivo é desvelar os significados de experiência vivida (comportamento, reações, atitudes) e revelar novas perspectivas de um papel como mulher. Foram utilizadas categorias analíticas, *a priori*, como: poder, micropoderes, *habitus*, gênero, impactos socioculturais e papel social. Na definição de categorias analíticas, mesmo tendo-as pré-definidas, considerou-se a flexibilidade de novas categorias e/ou articulações entre elas a partir dos dados pesquisados.

Já utilizando Foucault (1987), na perspectiva de compreensão da questão do poder, que de acordo com o autor poderá ser concebido como uma estratégia, e seus efeitos de dominação são manobras, táticas, técnicas, estruturas, inseridas em rede de relações que sempre serão tensas. Em suma, o poder se exerce mais que se possui, não é uma obrigação ou uma punição; as relações dentro de uma sociedade são profundas e serão também inúmeros os pontos de luta, disputa, o que ele chama de micropoder.

Na categoria de *habitus*, foram priorizados os estudos de Pierre Bourdieu (1990-1998). Para Bourdieu, o aprendizado social, formal ou informal, deixa obscuros modos de percepção e de comportamento dos atores sociais. São

adquiridos no contexto e momento sociais reservados, contudo, o *habitus* permite inclusão de novas práticas, exteriorizando-as de diferentes maneiras.

Para as análises da questão de gênero, utilizou-se Scott (1989; 1999); para o estudo dos impactos socioculturais, foram consultados os estudos de Swarbrooke (2000), Krippendorf (1984), Mathielson e Wall (1982), Beni (1998; 2006), Santana (1997), Archer e Cooper (2001) e Burns (2002). Serão abordadas categorias de empoderamento, autoestima, relações familiares e outras construídas a partir dos achados das falas das personagens num estudo exploratório prévio, conforme citado anteriormente.

2.2.1 Poder

Para a temática em estudo é relevante a compreensão do conceito de poder, que permite observar configurações estabelecidas de superioridade ou inferioridade entre pessoas, grupos, comunidades. Conforme sinaliza Elias e Scotson (2000), tem-se que superar teorias que expliquem os diferenciais de poder tão somente por meio da posse monopolista de objetos não humanos, tais como armas ou meios de produção, que seja desconsiderado os aspectos figuracionais dos diferenciais de poder, que se devem puramente a diferenças no grau de organização dos seres humanos envolvidos.

O grau de coesão interna e de controle dos grupos desempenha papel crucial na relação de forças entre um grupo e outro. Construindo, assim, novas significações sociais (Elias e Scotson, 2000). Os membros de um determinado grupo estigmatizam os de outro não por suas qualidades individuais como pessoas, mas por eles pertencerem a um grupo coletivamente atribuído como diferente e inferior ao próprio grupo.

No estudo proposto nesta dissertação, as relações de força já são evidenciadas, a exemplo do roteiro Caminhos da Roça, em Socorro-SP, no qual, por meio das observações preliminares, foi possível notar admiração de uma empreendedora em relação à outra, por sua força de articulação com os demais membros do grupo rural.

Os conceitos de preconceito social, racial, étnico, entre outros, têm como questão-problema o indivíduo, no entanto, a configuração somente será estabelecida ao formar dois (ou mais) grupos interdependentes. É preciso entender e realizar um exame minucioso do papel desempenhado pela imagem que cada pessoa faz da posição de seu grupo entre outros e, conseqüentemente, de seu próprio *status* como membro desse grupo.

Normalmente se busca a superfície na perspectiva de desvelar uma questão, e acaba-se desviando o olhar para as questões que são essenciais, ou mesmo central, como os diferenciais de poder e de exclusão do grupo menos poderoso dos cargos de maior potencial de influência. Estes, por sua vez, por meio da posição que ocupam, conseguem propagar a estigmatização, ao passo que a inferioridade permanece no imaginário.

Elias e Scotson (2000) apresentam, em seu estudo, que um grupo estabelecido possui, em pequena escala, um autocontrole individual que permite às opiniões grupais ficarem articuladas entre si. Os autores citam Freud, que auxiliou na compreensão dos processos coletivos de autocontrole do homem, reconhecendo a capacidade humana de controlar e, por vezes, moldar os impulsos libidinais maleáveis nas experiências vividas dentro das normas grupais.

Acrescenta, ainda, que deveríamos indagar como surge o hábito de perceber as pessoas como de um grupo diferente, assim, engloba e coloca em foco o longo processo durante o qual os grupos se desenvolveram em diferentes partes da Terra, adaptaram-se às condições físicas diferentes e, mais tarde, após longos períodos de isolamento, entraram em contato uns com os outros, não raro como conquistados e conquistadores, ou para a realidade da dissertação em questão, contato das mulheres camponesas com os turistas.

Para que sejam superadas as limitações de estudos sociológicos, será necessário aprender a observar e conceituar sistematicamente a forma como os indivíduos se agregam, como e por que eles formam entre si uma dada configuração ou como e por que as configurações que já estavam consolidadas são modificadas.

A classificação familiar como elemento de atributo de valor nem sempre corresponde à configuração apresentada. É fundamental analisar os itens como poder, coesão, anomia (perda da identidade social) e seu inverso. Muitos estudos sociológicos desejam responder aos problemas de conflitos e tensões encontrados em uma localidade simplesmente por aspectos geográficos, ou seja, os que

utilizavam o território e os que chegaram depois e necessitam dele também; é preciso observar a configuração inteira, não se pode estudar isoladamente o que é interdependente.

Em um estudo de caso apresentado como parte da conclusão, foram indicadas as seguintes observações: os mais “antigos” lutavam por sua superioridade, seu status e poder, seus padrões e suas crenças, e utilizavam quase as mesmas armas, os mexericos humilhantes, as crenças estigmatizantes sobre o grupo como um todo, com base em observações sempre no pior setor, o que não correspondia à realidade do grupo inteiro, os estereótipos realizados de forma verbal, degradante e, sempre que possível, a exclusão de qualquer acesso ao poder (Elias e Scotson, 2000).

A força de tal organização é surpreendente, pois até mesmo os *outsiders*¹² eram induzidos a acreditar na imagem criada para ela. Os autores destacam que as abordagens sociológicas atuais são reflexos desses problemas, pois fica implícito que as comunidades “estáveis” ou “imóveis” são o tipo normal e desejável de comunidade, o que não caberia para sociedades dos séculos XX e XXI. A configuração social exerce limitações de decisões do indivíduo e certo grau de indução, conforme Elias e Scotson:

Talvez, através de uma melhor compreensão das forças coercitivas que atuam numa configuração como a dos estabelecidos-outsiders, possamos conseguir, no devido tempo, conceber medidas práticas capaz de controlá-las (Elias e Scotson, 2000, p. 186).

Para compreensão do pensamento de Elias e Scotson, é fundamental o entendimento do conceito de configuração, que significa a rede de interdependências formada pelos indivíduos. Estas configurações, que podem ser internas ou externas a um determinado grupo, são consequências inesperadas das inúmeras possibilidades de interações sociais vividas pelo indivíduo, ou pelo grupo, sendo o poder elemento indispensável.

É relevante também que culturalmente as identidades masculina e feminina foram construídas por caminhos diferentes. Ao homem coube perpassar os caminhos da força, poder e autodeterminação; para a mulher, coube o percurso de

¹² Denominação utilizada por (Elias e Scotson, 2000) para referenciar moradores que não se diferenciam quanto a seu tipo de ocupação, religião, educação, nacionalidade, classe social, cor, raça, mas sim no que se refere ao tempo em que residiam na comunidade.

complementar, assumindo o papel de frágil e submissa. Conforme Bourdieu (1995), gênero é uma construção sociocultural e política que opera por meio das representações (estereótipos) de masculino e feminino, instituído no processo educacional organizado e formalizado.

Para a dissertação em questão, utilizaremos as considerações de Foucault (1999) para as relações de poder, que no contexto das relações familiares no espaço rural estão dominadas por micropoderes, pelos quais especialmente as mulheres são impactadas.

(...) não há um poder, mas que dentro de uma sociedade existem relações de poder – extraordinariamente numerosas, múltiplas, em diferentes níveis onde umas se apoiam sobre as outras e onde umas contestam as outras. (...) Mesmo de um ponto de vista estritamente político, a maneira pela qual, em alguns países do ocidente, o poder, o poder político, é exercido por indivíduos ou classes sociais que absolutamente não detêm o poder econômico. Essas relações são sutis, múltiplas em diversos níveis, e não podemos falar de *um* poder, mas sim descrever as relações de poder (Foucault, 1999, p. 154 grifo do autor).

Conforme Foucault (1999), é relevante destacar que as relações de poder ultrapassam o nível do Estado, estando imbricadas por toda a sociedade. Dentro da noção apresentada anteriormente, não há um poder, e sim relações de poder. Tais relações são dinâmicas e possibilitam aos indivíduos o direito de tomar decisões e exercer sua liberdade, de forma consciente ou até mesmo inconsciente.

Foucault também analisou as múltiplas relações de poder existentes no corpo social, a partir das relações existentes nas instituições e entre as instituições e os indivíduos, as quais denomina de micropoderes: “(...) Trata-se de alguma maneira de uma microfísica do poder posta em jogo pelos aparelhos e instituições” (Foucault, 1987, p. 30).

De acordo com a historiadora Michelle Perrot (1998) para compreensão da participação e importância da mulher no escopo social, faz-se necessário entender que ela é detentora de “poderes” (Perrot, 1988, p. 167). A autora argumenta que não é correto pensar a história de forma linear, na qual a história da dominação masculina é enfatizada. As relações são relativas entre homens e mulheres, assim sendo, a possibilidade das mulheres de exercerem “poderes”, sendo sujeitos da história, e não excluídas.

A vontade de superar o discurso miserabilista da opressão, de submeter o ponto de vista da dominação, procurando mostrar a presença, a ação das mulheres na plenitude de seus papéis, e mesmo a coerência de sua “cultura” e a existência dos seus poderes. Caminho que é preciso reencontrar. Uma história outra. Uma outra história (Perrot, 1988, p. 169-170).

Ainda, segundo (Perrot, 1988), a presença da mulher foi restrita por muito tempo nos espaços públicos e privados, até mesmo sua participação na própria história. O lar foi o espaço destinado a elas, contudo, no final do século XIX especialmente com a ampliação do processo de industrialização, inicia-se os movimentos feministas e são recorrentes as lutas contra a restrição da participação feminina especialmente nos espaços produtivos e na esfera política.

2.2.2 Empoderamento

Empoderamento, nas últimas décadas, vem sendo utilizado como categoria, especialmente em investigações ligadas às formas de desenvolvimento – humano, sustentável, local, ou outros. Contudo, sua utilização exacerbada é recente.

O termo deriva do inglês *empowerment*, no sentido de processo, no entanto, foi nas línguas espanhola (*empoderamiento*) e portuguesa que ocorreu ampliação do seu uso.

De acordo com León (1998), empoderar corresponde à ação de conceder a alguém o exercício do poder, ou seja, o sujeito é o protagonista de suas ações, ativo no processo de resoluções concretas. Para Amartya Sen (Sen, 2000), é o fortalecimento dos atores sociais. Eles necessitam de oportunidades para colocar em prática suas capacidades como ser humano e sua própria liberdade. De acordo com o autor, não se deve focar apenas na renda para justificar o desenvolvimento mas também nas capacidades individuais, com igualdade de oportunidades.

Sen (2000) não utiliza a denominação empoderamento, no entanto, abrange a noção de processo. As mudanças dos atores sociais influenciam e sofrem influência do seu entorno; desta forma, há empoderamento individual e coletivo. Para as mulheres no espaço rural, percebe-se que, ao assumir um papel de provedora e ao

contribuir efetivamente para orçamento familiar, sua percepção como ser humano ativo é modificado, bem como seus sentimentos e sua autoestima.

Além da segurança econômica, segundo Cattani (1997), empoderamento é um processo de reconhecimento social, individual e coletivo, sobretudo de aumento da autoestima, da liderança, da tomada de decisões e da autonomia.

No que tange à questão da mulher, Deere e Léon (2002) expõem que é preciso uma transformação no acesso da mulher tanto aos bens econômicos quanto ao poder, a qual deve estar atrelada a um processo de empoderamento.

Para os processos de empoderamento, alguns fatores são relevantes para as mudanças estruturais das pessoas e de suas comunidades: participação ativa e efetiva, equidade, tomada de decisão, capital humano e social, valorização da identidade local, entre outros. No que tange à tomada de decisão, Jaquette (1984) enfatiza que para as mulheres as limitações de acesso e exercício de poder estão internalizadas; sendo assim, o grande desafio do empoderamento é que elas tenham consciência de suas capacidades e mecanismos para transformação efetiva de seu papel social.

Ao entender empoderamento enquanto um processo das relações de pessoas, instituições ou comunidades, elas estão no comando de seus assuntos e plenamente conscientes de suas capacidades de criação, gerenciamento e produção. Tais processos geram situações de conflito e dominação, por vezes, de forma explícita ou velada.

As relações de poder estão conectadas no processo de empoderamento. De acordo com Foucault (1994), o poder não se estabelece de uma só forma, nem está conectado a um espaço predeterminado, mas funciona em rede, de modo que seu exercício, não importa sua magnitude, encontra amparo em outro ponto da rede, podendo, assim, se potencializar e potencializar outros poderes.

Ressalte-se ainda a importância e a necessidade de alguns atores sociais que são instrumentos no processo de empoderamento. No caso estudado, percebe-se claramente que a atuação de associações locais e do poder público exerce influência no modo de vida das pessoas, em suas perspectivas, suas expectativas, seus direitos e suas capacidades, modificando, assim, as relações de poder estabelecidas.

2.2.3 Autoestima

Para compreender as mulheres do espaço rural participantes dos roteiros desta pesquisa, coube incluir a ideia de autoestima. No dicionário Houaiss da língua portuguesa (Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa, 2001, p. 349), a palavra autoestima é definida como “qualidade de quem se valoriza, se contenta com seu modo de ser e demonstra, conseqüentemente, confiança em seus atos e julgamentos”.

O termo tem sido amplamente utilizado no cotidiano, especialmente vinculado ao bem-estar individual, à qualidade de vida, entre outros.

Inicialmente, deve-se considerar autoestima como um constructo complexo, dinâmico e relacional, por vezes também contraditório; deste modo, não iremos reduzi-lo a determinações comumente utilizadas, como “alta” ou “baixa”, “positiva” ou “negativa”. Este estudo partiu da compreensão de que autoestima resulta de uma autoavaliação, ampla e plural, construída a partir das trocas sociais. Assim sendo, a percepção das mulheres, no espaço rural, de si mesmas é o resultado de suas interações com as pessoas.

Estima é uma derivação do verbo latino *aestimare*. Entre suas acepções, está “prezar”, “apreciar”, “valor de” (Ferreira, 1999, p. 836). Segundo Coopersmith (1967), pode ser entendido como um conjunto de valores pessoais que internalizamos a respeito das nossas próprias atitudes, identificadas por meio do reconhecimento de capacidades ou incapacidades, sucessos ou fracassos, aceitação ou rejeição, reforçando, assim, o aspecto de valorização e ligação aos polos negativo ou positivo.

Stanley Coopersmith, com o trabalho intitulado *The antecedents of self-esteem*, foi um dos primeiros autores que iniciou o estudo da autoestima. No que tange aos fatores que poderiam aumentar ou diminuir o nível de autoestima, a partir do construto desenvolvido em crianças, definiu-a como:

(...) a avaliação que o indivíduo faz, e que habitualmente mantém, em relação a si mesmo. Expressa uma atitude de aprovação ou desaprovação e indica o grau em que o indivíduo se considera capaz, importante e valioso. Em suma, a autoestima é um juízo de valor que se expressa mediante as atitudes que o indivíduo expõe aos outros por relatos verbais e expressões públicas de comportamentos (Coopersmith, 1967, p. 4-5).

A autoestima relaciona-se com todos os aspectos da existência do ser humano, pois é uma experiência do indivíduo e um fator primordial para uma vida satisfatória.

Os acontecimentos cotidianos resultam em reações do indivíduo que são determinadas por meio do que pensamos que somos e pelo que sentimos acerca de nós mesmos. Desta forma, o encontro com o outro e as trocas estabelecidas são fatores de sua construção.

Os estudos relacionados à autoestima no exterior têm apontado problemas sociais vinculados, entre os quais: violência, desempenho escolar, drogas e crimes.

No Brasil, apesar de não haver estudos mais abrangentes, alguns autores também relacionam violência e desempenho escolar à autoestima do indivíduo.

Segundo Mruck (1998), autoestima deve ser estudada no enfoque científico, pois é complexo e relacionado a aspectos de personalidade, saúde mental e bem-estar psicológico. O autor acrescenta ainda que, para os pesquisadores da perspectiva sociológica, ela é muito relevante.

Para Wells e Marwell (1976), autoestima está surgindo como um dos indicadores sociais-chave na atual análise de crescimento e progresso sociais. Constitui-se como ferramenta de compreensão no escopo do desenvolvimento social.

Autoestima tem sido pouco estudada como tema na sociologia, sendo objeto de estudo quase sempre da psicologia, a partir da dinâmica do indivíduo; no entanto, conforme indica Nunes (2005), se faz necessário o diálogo entre as duas áreas do conhecimento.

Para Nunes (2005, p. 17), “(...) autoestima decorre, em grande parte, da forma como se estruturam as relações sociais”. Ainda segundo a autora, autoestima é uma forma de luta que passa pela socialização indivíduo-grupo e grupo-grupo contra a dominação. É o reconhecimento da fluidez da identidade e dos papéis.

A sociedade e o indivíduo estão em constante interação, e o comportamento individual é influenciado pela própria organização social estabelecida. As interações, conforme argumenta Nunes (2005), poderão ser compreendidas por meio da submissão (violenta) ou de uma interação que favoreça a autonomia dos sujeitos. Para que a autonomia ocorra, é necessário que o sujeito experimente sua criatividade, que consiga interiorizar uma autoimagem positiva e passe a agir a partir desta.

Para que haja mudanças sociais, primeiramente é preciso entender, ou ainda, reconhecer as diferenças, especialmente de gênero. Nesta dissertação, tanto as mulheres do espaço rural quanto as suas condições de trabalho são desiguais. A construção de sua autoestima parte do olhar do outro, que as reconhece. Dessa maneira, trata-se de uma questão pessoal que se entrelaça com a esfera social.

2.2.4 Impactos sociais e culturais

O turismo, no decorrer de toda a história registrada, de alguma maneira, impactou tudo e todos os que estiveram em contato com ele (Archer e Cooper, 2001, p. 81). Os impactos do turismo não são restritos à esfera econômica, no entanto, são mais facilmente perceptíveis por meio de mensuração e quantificação.

Como gerador de emprego e renda, ao longo dos anos, o turismo teve destaque, mesmo acarretando impactos ao território, às pessoas e suas relações sociais estabelecidas e modificadas a partir de sua inserção. Dessa maneira, a esfera social também foi afetada. É evidente que não podemos atribuir todas as mudanças sociais ocorridas ao turismo, mas o impacto do encontro (visitante e visitado) não deve ser desprezado. Novas dinâmicas são estabelecidas, além dos hábitos, costumes e das alterações na rotina das famílias receptoras, entre outras.

Dogan (1989) expõe que as mudanças e reações da comunidade local ao turismo são muito diversas e dependem da natureza sociocultural da comunidade e da magnitude das próprias mudanças ocorridas.

Ressalte-se, ainda, que todas as formas de análise de impactos devem observar quando o evento é induzido pelo turismo e quando o agente de mudança é outro, permitindo, assim, considerar os efeitos secundários e terciários do turismo (Archer e Cooper, 2001, p. 86). Ainda neste sentido, Mercer declara que o "(...) o turismo surge sob milhares de aspectos e pode ter consequências sociais, ambientais, econômicas e políticas, boas e más, dependendo de seu tamanho e forma, (...) o que é mais importante – a perspectiva de quem está analisando" (Mercer, 2001, p. 117).

Burns (2002) apresenta três fatores que podem ser utilizados como possíveis explicações para as mudanças no estilo de vida e costumes dos moradores das

comunidades anfitriãs: a mercantilização das tradições da comunidade, o efeito da demonstração e a negociação cultural. Para mercantilização, afirma que, ao transformar tradições culturais e espirituais em espetáculos, ocorre uma crise de significados, o que enfraquece os próprios vínculos da comunidade. No efeito demonstração, os turistas tornam-se modelos para os moradores, que passam a adotar seus estilos de vida. No que tange à negociação cultural, é a atividade que os moradores exercem sobre um determinado valor, bem cultural ou comportamento que é introduzido pelos turistas.

Ao pensar impactos do turismo, normalmente os relacionamos ao meio ambiente natural, no entanto, conforme Swarbrooke (2000, p. 75), o certo é que “pensemos em termos de ecossistemas ao invés de meio ambiente, e reconheçamos que o homem é um elemento importante e válido dentro do ecossistema”.

Os impactos sociais do turismo têm recebido menos atenção em função do tempo que levam para ocorrer e pela dificuldade em mensurá-los, parecendo, por vezes, invisíveis e intangíveis. Swarbrooke (2000) afirma que devemos ter uma visão mais ampla dos aspectos sociais do turismo e observar alguns excessos na proteção da comunidade local dos efeitos negativos do turismo. Todos os envolvidos que investem no turismo têm direitos e responsabilidades.

A mensuração dos impactos socioculturais é complexa, haja vista que seus resultados são de natureza qualitativa. Vale ressaltar também que outros fatores exercem influência, entre eles, os meios de comunicação, o que dificulta avaliar os efeitos advindos do turismo de forma isolada, pois há muitos componentes permeando tais mudanças (Beni, 2006, p. 45).

Os efeitos negativos do turismo podem ser observados, em especial, nas relações sociais e na qualidade de vida da população, por meio das mudanças rápidas ocasionadas por ele. O autor destaca que “as mutações sociais decorrentes do turismo se fazem principalmente pela passagem das atividades de pesca ou agrícolas para as do setor de serviços” (*op. cit.*, p. 46).

Ainda segundo esse autor, as mudanças sociais provocadas pelo turismo desencadeiam conflitos e, de certa maneira, traumatizam os indivíduos, acarretando também modificações das instituições. Ele declara também que as localidades receptoras passam, normalmente, por três estágios de desenvolvimento. No primeiro

estágio, não há estrutura básica desenvolvida, no entanto, o charme dos nativos e a natureza são o principal atrativo.

No segundo, há um fluxo de turistas intenso e grande investimento em equipamentos turísticos, no entanto, os investimentos na infraestrutura básica afetos ao poder público não acompanham os investimentos privados do setor. No terceiro e último estágio, os investimentos são intensos, no entanto, caso a localidade seja pequena, geralmente há degradação ambiental e efeitos significativos na qualidade de vida da comunidade.

Por fim, expõe que a “a independência financeira de alguns agentes (jovens e mulheres) motivam mudanças nas instituições sociais e alterações nas posições de prestígio e poder” (*op. cit.*, p. 49). Diante dessas reflexões, conclui-se que tais modificações nas sociedades tradicionais podem provocar alterações e até mesmo um novo modo de vida para as sociedades afetadas pela atividade turística. Neste ponto, cabe destacar o caso das mulheres do espaço rural, cujas relações com seus pares são transformadas pelo turismo, bem como seus papéis.

Para a esfera psicológica, Beni destaca que a cultura das comunidades receptoras e a autoestima de seus membros poderão ser elevadas a partir do reconhecimento da singularidade e do valor de sua cultura, de seus recursos naturais e de suas tradições. Nesse sentido, preservar a herança cultural e manter os valores tradicionais e as experiências autênticas é fundamental para o turismo, tendo em vista que os impactos sobre a cultura resultam das relações comerciais ou não comerciais entre os turistas e a comunidade local (Beni, 1998, p. 307).

Destaca-se que os impactos sociais sobre a comunidade referem-se:

(...) às mudanças de comportamento e de relacionamento que ocorrem na comunidade em decorrência do contato do habitante local com as pessoas de fora, de outro país ou de outras regiões. Esse tipo de impacto é um dos mais complexos, uma vez que ocorre latente, o que dificulta o estabelecimento de uma relação direta entre essas questões e o Turismo (Beni, 1998, p. 307).

O turismo pode também trazer consequências adversas para as comunidades receptoras, entre as quais podem-se citar as sociais e culturais. Conforme Krippendorf (1984), a população local pode gradativamente perder a autonomia do processo de decisão, sendo este dos mais altos valores do ser humano, junto com a liberdade, fundamental e natural.

Além de Krippendorf, pesquisadores como Mathielson e Wall (1982), Lage e Milone (2000) e Fletcher (1989) realizaram identificação dos impactos negativos e positivos do turismo. Eles destacam que os impactos sociais podem ser diversos, entre os quais: prostituição, criminalidade e destruição da cultura e da língua.

Os impactos do turismo no espaço rural sobre as mulheres campesinas ainda são pouco conhecidos, mas é possível destacar os principais – em função de seu desenvolvimento neste espaço e de seu volume –, a saber: econômicos, sociais e culturais, cujas consequências poderão afetar um grupo de pessoas, uma região, um território, ou mesmo um país.

As sociedades são grupos que desenvolvem suas próprias tradições e estilo de vida. No caso estudado, as mulheres no espaço rural possuem, em grande parte, vínculo com o lugar em que residem, com a terra, com os animais e com a natureza.

Turismo é o encontro com o outro, que, por vezes, possui comportamentos e valores sociais distintos. Estes fatores poderão provocar transformações de hábitos sociais locais e modificá-los, alterando, assim, as normas estabelecidas dos grupos ou das populações receptoras.

Para Lickorish e Jenkins (1997), o turismo, por essência, é uma interação humana; assim sendo, possivelmente surgirão conflitos entre os visitantes e as comunidades visitadas. A aceitação da comunidade receptora para o turismo depende da sua estrutura social e profissional, do nível de vida, da força e do poder de articulação de suas instituições e de sua cultura.

É importante observar que sempre teremos fatores de impacto tanto positivo quanto negativo; valorização da cultura e tradição locais; e proteção do patrimônio material e imaterial; bem como resgate de costumes, hábitos, artesanatos, peças que remetam a memória, entre outros; além da criação de uma cultura “inventada” para agradar os turistas. Os turistas que buscam o território rural, de forma geral, procuram o mais autêntico, o modo de vida singular, a simplicidade e o artesanal.

Os impactos culturais e sociais apresentam um tempo muito maior para serem percebidos e são de difícil mensuração, pois não são controlados de forma cartesiana. É fundamental para as localidades que venham a inserir o turismo, especialmente em territórios rurais, que haja planejamento envolvendo setor público, privado e terceiro setor, para que os envolvidos direta e indiretamente sejam capazes de discernir e escolher o que é mais adequado para cada realidade, como forma de proteger os interesses da comunidade local.

Ao abordar os impactos sociais e culturais do turismo, cabe ressaltar que para cada grupo social será diferente, pois as pessoas, os costumes, os hábitos e as histórias são distintas. Desta maneira, o turismo, para um determinado grupo, poderá ser visto como positivo, enquanto para outro, em condições semelhantes, como uma ameaça à ordem estabelecida.

Os impactos socioculturais do turismo são sobre as pessoas – ou seja, os efeitos sobre os residentes habituais e a comunidade anfitriã – associadas direta ou indiretamente com os visitantes, são eles que sofrem os efeitos do turismo (Lea, 1988 *apud* Santana, 1997, p. 90).

Para Santana (1997), o turismo representa somente uma forma de exposição dos residentes a elementos de sociedades com uma cultura diferente; assim sendo, não poderemos considerá-lo responsável por todas as alterações, tampouco único fator de mudanças.

Ressalta-se que é fundamental o empoderamento da comunidade local para o turismo que deseja ou não desenvolver; assim, por meio da participação, certamente compreenderão as alterações e mudanças advindas, com seus respectivos impactos, envolvendo todo o tecido social.

2.2.5 *Habitus*

A partir das concepções do sociólogo francês Pierre Bourdieu, tenta-se compreender o que o autor denominou *habitus*, que não devemos considerar e/ou associar tão somente a situações negativas.

a) *Modus operandi*: por meio da repetição, cria-se uma conaturabilidade entre sujeito e objeto, assegurando-se a realização de uma ação determinada. Sistema de disposições socialmente constituídas de um grupo de agentes e princípio unificador e gerador de todas as práticas.

b) *Habitus*: predisposto a operar como princípio de geração e funcionamento de montagens práticas que se constituíam em meio à obediência transgressora de regras ajustadas às suas condições de ocorrência, sem dispensar a mobilização de estratégias criativas por parte dos agentes.

Nesse contexto, *habitus* permeia a política, a religião, o esporte, a família, as sociedades modernas ou primitivas, entre outros. É o princípio que constrói nossas escolhas e condutas e que antecede as práticas. Assim, é “(...) entendido como um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma *matriz de percepções, de apreciações e de ações*” (Bourdieu, 1994a, p. 65).

Expõe ainda que, por meio da noção de *habitus*, percebe-se que é preciso “insistir nas capacidades geradoras das disposições, ficando claro que se trata de disposições adquiridas, socialmente construídas” (Bourdieu, 1990, p. 25).

As relações entre preferências e comportamentos são compreendidas a partir do conceito de *habitus* elaborado por Bourdieu (2007). Ele sugere que cada classe social possui um sistema de classificação, instrumentalizado abaixo do nível da consciência individual e que constitui as práticas que orientaram as pessoas nos arranjos corporais, nos gostos e nas próprias aversões. Tal sistema pertence ao nível inconsciente do grupo social, sendo produto das condições materiais as quais foi submetido e de seu posicionamento no campo social.

Dessa forma, o comportamento, suas práticas, seus gostos e suas aversões são atribuídos às diferentes classes, e suas próprias frações de classe, que possuem *habitus* distintos. É preciso reconhecer que dentro destes grupos existem características ligadas aos fatores econômicos e culturais. As denominadas classes dominantes apresentam maior quantidade de capital econômico e cultural em comparação às classes dominadas, o que gera *habitus* diferentes em relação às posições sociais ocupadas.

A partir da estrutura social, cada ator, desde sua primeira infância, tem no *habitus* uma lei, são as marcas das posições e de sua situação dentro das classes. São as práticas sem razões explícitas e sem intenção significantes. Ainda conforme Bourdieu (1974), “É a posição presente e passada na estrutura social que os indivíduos trazem consigo em forma de “*habitus*” em todo tempo e lugar que marca a relação” (Bourdieu, 1974, p. 18).

Para esta dissertação, foi fundamental distinguir o hábito de *habitus*. O primeiro refere-se há algo repetitivo, mecânico, quase automático, sendo até considerado uma espécie de costume adquirido por meio de repetições de certos atos. Enquanto *habitus* constitui-se e incorpora-se ao longo de toda a trajetória do indivíduo, conforme definição de Bourdieu (1983, p. 105): “aquilo que se adquiriu,

mas que se encarnou no corpo de forma durável [mas não imutável] sob a forma de disposições permanentes”, algo inerente ao indivíduo, natural.

Por meio da noção de *habitus*, Bourdieu (1994b) explica que as estruturas sociais, entre elas a própria família, têm influência direta no comportamento do indivíduo, construindo e incorporando crenças, valores e na forma de percepção de sua própria autoestima. Desta forma, as experiências de cada indivíduo, ao longo da vida, são bases para sua percepção, apreciação e ação.

2.2.6 Sujeito social: papéis das mulheres

Para iniciarmos o entendimento do papel social da mulher, é preciso retomarmos a célebre frase de Simone de Beauvoir: não se nasce mulher, torna-se mulher. Sendo este o ponto crucial ao compreender que a formação do sujeito é um processo social envolto pela cultura e pelas relações que são estabelecidas pelo indivíduo na sociedade na qual se encontra inserido. O aprender a ser “homem” ou “mulher” vincula-se ao contexto histórico e social ao qual se pertence; com base neste entendimento, a autora contraria a crença da essência biológica e inicia a construção e fundamentação do que se denomina conceito de gênero (Saffioti, 2004).

No que tange ao aspecto biológico, homem e mulher pertencem a categorias distintas de sexo, sendo este fato inegável; contudo, faz-se necessário indagar a respeito da desigualdade estabelecida a partir da ordem social, que condiciona ao homem a figura do dominante e à mulher, dominada. Cabe ressaltar que diferença não é sinônimo de desigualdade, ou seja, há diferenças genéticas entre homem e mulher, no entanto, as desigualdades estão atreladas aos aspectos sociais, políticos e culturais, que os distinguem na construção de seus respectivos papéis sociais (Saffioti, 2004).

Conforme Scott (1989), para definição de gênero, tem-se de compreender a conexão integral de duas proposições. A primeira refere-se a gênero como um elemento constituído de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos. A segunda, por sua vez, afirma que gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder (*op. cit.*, p. 16).

Segundo Scott (1989) as relações sociais são imbricadas por elementos que se relacionam e agem simultaneamente. Os símbolos culturais, que são representações ou estereótipos, revelam-se importantes para compreender as concepções e contradições da sociedade, entre os quais se pode citar Eva e Maria, a pecadora versus a pureza. A doutrinação a partir da religião, da própria educação e da esfera política, entre outras, reforça a construção da interpretação e normatização de tais símbolos. As instituições, em diferentes esferas, conceituam gênero de forma binária; a subjetividade da identidade e sexualidade do sujeito, por seu turno, está diretamente atrelada à construção do processo social ao qual pertence.

O poder permeia as relações de gênero, e para a mulher foi imposto o “segundo sexo”, o “sexo frágil”, permitindo, assim, controle de sua presença na vida pública, reforçando e naturalizando papéis femininos e masculinos. A autora coloca, ainda, que alterar tal aspecto ameaça todo o sistema e as relações de poder (Scott, 1989).

Para Bourdieu (1995, p. 41), a conduta das mulheres é definida pela própria visão masculina que elas possuem, “dando assim aparência de um fundamento natural a uma identidade que lhe foi socialmente imposta”. Ainda segundo o autor, o dominado, por ter como referência a visão do dominante, não percebe a submissão, contribuindo para que a adesão à dominação ocorra de forma naturalizada.

As diferenças biológicas são aplicadas no intuito de explicar as desigualdades nos corpos sexuais; entretanto, estas são construções sociais, conforme Bourdieu:

Ao se aplicar todas as coisas do mundo, a começar pela natureza biológica do corpo (...) este programa social naturalizado constrói – ou institui – a diferença entre os sexos biológicos de acordo com os princípios de uma visão mítica do mundo, princípios que são eles próprios o produto da relação arbitrária de dominação dos homens sobre as mulheres, a qual está inscrita na realidade do mundo, enquanto estrutura fundamental da ordem social (Bourdieu, 1995, p. 145).

A função reprodutiva reafirma as desigualdades de gênero por meio do corpo da mulher, naturalizado para o papel feminino (Cardoso, 1994, p. 13). O enquadramento na categoria de subordinada e a atribuição do papel secundário estão envolvidos por questões de poder e são permeados de construções sociais, políticas e culturais passíveis de alterações. Entretanto, para que estas mudanças

ocorram, é necessário compreender as relações a partir das diferenças, e não das desigualdades, no intuito de desconstruir o prisma da inferioridade e da opressão sob o qual as mulheres são concebidas na atualidade.

A sociedade define papéis para homens e mulheres com base em diferenciações biológicas, conforme Angulo-Tuesta (1997). É a posição binária que divide o mundo, excluindo e reforçando ainda mais as desigualdades, cabendo ao homem a esfera produtiva e à mulher, a reprodução. Tais atribuições, por conseguinte, geraram um grande dilema social após a necessidade do trabalho da mulher na esfera pública.

A mulher, na família contemporânea, em especial após a Segunda Guerra Mundial, apresenta mudanças em seu papel social e uma crescente mobilidade na cultura do Ocidente. Estas mudanças estão associadas ao surgimento de contraceptivos e às alterações significativas na esfera pública e privada (Leite, 1994).

A construção do papel da mulher na sociedade remete aos contextos histórico e cultural. Conforme Scott (1989), no final do século XVII, do ponto de vista da mulher, a diferença sexual não era relevante para a participação na vida pública ou política, contudo, a construção do papel social da mulher como “ser frágil” e a diferenciação entre os sexos no tocante à reprodução e às atividades domésticas deixavam evidente que não há igualdade entre homem e mulher. Desta forma, os embates sociais e políticos, no decorrer nos séculos, foram se renovando.

Ao longo da história, o papel social da mulher sofreu transformações que favoreceram a divisão de papéis femininos e masculinos, tanto na esfera pública quanto privada. A partir dos avanços, econômicos, tecnológicos, entre outros, houve a necessidade de inserção da força de trabalho feminina no mercado, expondo novos paradigmas sociais e culturais referentes aos papéis masculino e feminino na sociedade.

De acordo com Bruns (2004), a participação da mulher no mercado de trabalho e os métodos anticoncepcionais modificaram a dinâmica dos relacionamentos; neste contexto, a renda advinda do trabalho da mulher, para a família, torna-se cada vez mais necessária e relevante. A autora aponta ainda que, a partir da revolução feminista, na década de 1960, a mulher torna-se atuante em uma esfera até então dominada pelo homem; no entanto, a mulher atual, por vezes, sente-se confusa em relação ao seu papel.

As condutas feminina e masculina são uma construção social, estando, portanto, incorporadas na sociedade. Segundo Bourdieu (1995), este *habitus* reflete-se na reprodução social da ideologia da dominação masculina, favorecendo as desigualdades e reforçando a dificuldade que as mulheres têm de superar os valores antigos, ainda tão vigentes, apesar de conflitantes com os novos paradigmas impostos.

Apesar das transformações ocorridas no papel e na posição social da mulher, não podemos superestimar a profundidade das mudanças e concordar que as desigualdades nos espaços públicos e privados tenham sido superadas (Rocha-Coutinho, 2004).

A mulher, apesar da autonomia sobre a própria fertilidade, de poder obter formação profissional e possuir liberdade civil, ainda hoje é a principal responsável pelo cuidado com os filhos e a família (Nogueira, 2001).

Para as mulheres entrevistadas, foram considerados os impactos sobre as relações familiares, ou seja, de mãe e filho, marido e esposa, filho e pai, netos, entre outras, as quais abordaremos durante análise dos dados. Além dos impactos sobre as relações familiares, também foram considerados os impactos sobre as atividades desenvolvidas por elas no âmbito familiar – por exemplo, cuidados com a casa, os filhos, o marido, os netos, os turistas e com os variados tipos de produção na propriedade rural –, bem como aqueles que afetam as relações com os diferentes grupos e o gerenciamento de tais relações.

A inserção das práticas turísticas nas propriedades de agricultura familiar analisadas transformaram estes territórios, até então espaços privados, de certa maneira, em espaços públicos. Alteraram também, por conseguinte, o papel da mulher e as relações familiares.

Nesse contexto, a análise a partir deste ponto será embasada na ideia de que todo sujeito é um ser social, portanto, a forma de participação e atuação vinculam-se ao que socialmente é estabelecido para o ser homem e o ser mulher.

Nesse sentido, Scott (1989) afirma que as relações sociais de gênero são pautadas nas diferenças percebidas entre os sexos. O ser homem e o ser mulher, portanto, são construções sociais permeadas pela cultura. Na figura 1, apresentam-se os diferentes papéis assumidos pelas mulheres após a inclusão das práticas turísticas nas propriedades.

O papel “materno”, vinculado ao afeto e ao cuidado, especialmente com os filhos e os idosos, de acordo com Bruschini (2006), é essencialmente desenvolvido por mulheres, mas não é contabilizado no sistema econômico, permanecendo na informalidade, gratuidade e invisibilidade. A ideologia patriarcal, muito presente no espaço rural, reforça o estigma de inferioridade do papel feminino na sociedade, restrito ao lar, imposto por sua natureza biológica de cuidadora. Para as personagens entrevistadas, não é diferente, pois o cuidado com a saúde dos membros da família é tarefa do seu cotidiano.

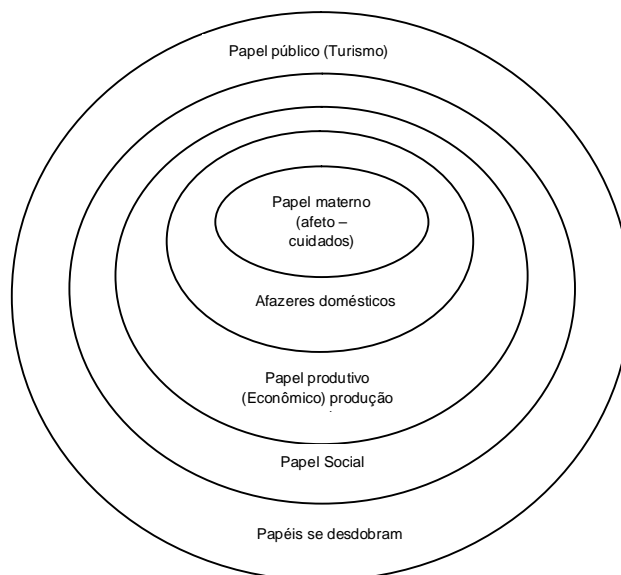
Para Beauvoir (1980), os afazeres domésticos são naturalizados como atividades de responsabilidade da mulher desde a infância, e com as personagens analisadas não foi diferente. Nesse sentido, quando não têm disponibilidade para realizar as tarefas domésticas, delegam a outras mulheres. Ressalte-se que, a partir dos relatos, em alguns casos, os filhos homens e os maridos auxiliam em algumas tarefas; contudo, é inteiramente sua a responsabilidade pela organização da esfera doméstica.

A atuação das mulheres-alvo deste estudo, contudo, não se limita ao lar, mas se estende à produção rural e ao atendimento ao público externo. Na esfera extradoméstica, se destacam nas atividades que envolvem as práticas turísticas.

O seu papel na comunidade ou no espaço público, de forma geral, também é impactado, pois é exposta a novos contatos – por exemplo, na participação em associações, cursos, eventos, entre outros. A participação na esfera religiosa e o lazer sofreram mudanças, até mesmo pela falta de tempo, ocasionada pelo excesso de atribuições assumidas em decorrência das práticas turísticas na propriedade.

A análise proposta nesta dissertação procurou demonstrar que o desdobramento de papéis assumidos por essas mulheres após a inserção das práticas turísticas gerou um acúmulo de atividades, produtivas e reprodutivas, sobrecarregando-as.

FIGURA 1
Inserção privado-público – sujeito social – diferentes papéis da mulher campesina



Elaboração da autora

Para compreendermos as relações de gênero, em especial a posição da mulher na família e na sociedade brasileira, será preciso retomarmos o histórico de sua constituição. Conforme apresenta Saffioti (1976), a colonização portuguesa impôs uma estrutura de dominação pautada no patrimônio. Contudo, por dificuldade de comunicação entre a Coroa e os funcionários patrimoniais e em decorrência da crescente expansão do capitalismo industrial, volta-se para a propriedade e sua exploração lucrativa. Por conseguinte, os conflitos entre empresários e Estado patrimonialista não tardaram a surgir.

A própria constituição da economia colonial brasileira, voltada que era para o mercado externo, levaria ao fortalecimento do patrimonialismo mais próximo do tipo patriarcal em detrimento de um patrimonialismo estamental, que oporia maiores obstáculos ao desenvolvimento de relações capitalistas de produção, já em formação (Saffioti, 1976, p.162).

No Brasil, a estrutura social do período escravocrata, em especial na época colonial, apresenta configurações que Saffioti (1976) denominou exóticas, uma vez que carregam traços de estruturas feudais europeias desintegradas e articuladas com a estrutura que favorecia o comércio exterior e a exploração da força de trabalho escrava.

A divisão da sociedade em castas, no Brasil, se configurou de forma contraditória com as questões culturais, tendo em vista que houve impedimento dos casamentos inter-raciais; no entanto, não foi possível impedir a miscigenação, o que evidencia:

(...) a miscigenação, deixava transparecer que o econômico, e não o racial era o verdadeiro fundamento da divisão da população em castas. (...) No que tange os papéis femininos, essa inconsistência cultural do sistema de castas no Brasil teve consequências de ordens diversas (Saffioti, 1976, p. 162-163).

Os papéis das mulheres de uma e de outra casta estão vinculados às diferenças de posição econômica e de posição social, justificadas pela raça e cor. Uma representada pela mulher negra, de caráter corrosivo, que, além de escrava do sistema produtivo de bens e serviços, desempenhava um papel sexual, mero instrumento de seu senhor. Isso é o que Saffioti (1976, p. 164) denominou “processo de *coisificação* o papel que lhe cabia como pessoa”.

Para as mulheres brancas, cabiam as funções de esposa e mãe dos filhos legítimos. Na época escravocrata, possuíam os requisitos necessários para a submissão, sem contestação ao poder do patriarca, unindo ignorância e enorme imaturidade, pela pouquíssima idade: “Educadas em ambiente rigorosamente patriarcal, essas meninas-mães escapavam ao domínio do pai para, com o casamento, caírem na esfera de domínio do marido” (Saffiotti, 1976, p. 168).

Vale destacar também que as mulheres da camada dominante raramente tinham permissão de sair à rua, exceto para as obrigações religiosas, mas sempre acompanhadas. Para a mulher branca da casa-grande, foi imposta a rigidez da educação, a falta de instrução e as sucessivas maternidades, além da submissão ao pai ou ao marido. Muitas tinham poder de mandar nos escravos domésticos, e sua autoridade era restrita e distinta do patriarca na esfera doméstica. Por sua condição de inferioridade em relação ao homem, a mulher, na família patriarcal, arcava também com os resultados do desregramento sexual dos homens, tendo que solucionar os problemas de filhos ilegítimos, ou seja, fora do casamento (Saffioti, 1976, p. 169).

Evidencia-se que, no Brasil, a família patriarcal diferenciava significativamente o grau de liberdade e de posição social conferido ao homem e à mulher, sendo o

casamento a única carreira possível para mulher, exceto o convento, por vezes também empregado, por imposição do pai ou do marido.

Saffioti (1976) expõe ainda que a castidade das mulheres brancas deve-se, em grande parte, após a abolição, à prostituição de outras mulheres, geralmente filhas de brancos pobres, que vendiam o corpo para subsistência.

Importante também era o papel que a mulher branca desempenhava no comando e na supervisão das atividades do lar, que não eram apenas os serviços domésticos que consideramos atualmente. Além da cozinha, atuavam:

(...) na fiação, na tecelagem, na costura; supervisionava a confecção de rendas e o bordado, a feitura da comida dos escravos, os serviços do pomar e do jardim, o cuidado das crianças e dos animais domésticos, providenciava tudo para o brilho das atividades comemorativas, que reuniam toda a parentela (Saffioti, 1976, p. 172-173).

Conforme indica a autora, a vida dessas mulheres não tem a ver com mães indolentes, nem com a passividade, pois exerciam, em sua maioria, uma vida árdua; no entanto, há exceções para as que exerciam papéis úteis ou ociosos. Na sociedade escravocrata, o elemento feminino permite compreender a supremacia do homem sobre a mulher no grupo familiar e na sociedade de modo geral. Desta forma, o processo de socialização da mulher leva à submissão, não podendo escolher o marido nem levantar a voz na presença dos mais velhos.

No século XIX, entretanto, há alterações na vida da mulher, sendo-lhe permitido adentrar esferas até então proibidas, como festas sociais e teatros; em relação a sua instrução, era permitida para que tivesse assunto; além disso, podia dedicar-se à família, à igreja e às festas.

Após a abolição da escravidão, evidencia-se que foi reduzido o desconforto das esposas brancas, haja vista que não precisariam conviver com as mulheres negras dos maridos; dessa maneira, a mulher negra ganhou a liberdade formal.

A organização da família sofreu mudanças significativas também a partir da década de 1930, devido à industrialização. Contudo, no meio rural, mesmo com a dinamização da economia, não foi significativa a modernização da família, apesar de a mulher poder escolher, de certa forma, o marido. Ainda assim, as barreiras para a proteção da moralidade são inúmeras.

Vale ressaltar também que o casamento é o destino social atribuído para as mulheres, tanto nas zonas urbanas quanto nas rurais. O meio rural brasileiro

conserva a família nitidamente com traços da organização patriarcal da época colonial, apesar de serem famílias conjugais.

As transformações econômicas impuseram novos papéis para as mulheres na família urbana do tipo conjugal – especialmente nas relações entre os cônjuges. A possibilidade de instrução permitiu abrir os horizontes culturais da mulher – destaque-se que não apenas as mulheres são afetadas pelas mudanças socioeconômicas. No entanto, os papéis femininos têm sofrido mais com as transformações, em especial por meio do entrave com as questões religiosas e morais, sendo a mulher mais exigida neste sentido.

Beauvoir (1980) indica que, desde a infância, grande parte do trabalho doméstico pode ser realizado por uma menina, e os meninos são dispensados de tais tarefas: “Mulher antes da idade, ela conhece cedo demais os limites que essa especificação impõe ao ser humano; e chega adulta à adolescência, o que dá à sua história um caráter singular” (Beauvoir, 1980, p. 27).

Conforme Beauvoir (1980), o destino da mulher na sociedade tradicional é o casamento, contudo, a evolução econômica da condição feminina acarretou mudanças na instituição casamento, sendo uma união constituída livremente por indivíduos, cujas obrigações são recíprocas. Assim sendo, a mulher não está mais destinada à reprodução, e também perdeu, em parte, o caráter de servir de forma naturalizada.

Na esfera social, o homem é visto como indivíduo autônomo e completo, é um produtor, “sua existência justifica-se pelo trabalho que fornece à coletividade” (Beauvoir, 1980, p. 166). A mulher, em virtude especialmente do papel de reprodutora e doméstica, não é considerada da mesma forma.

Beauvoir (1980) expõe que a maternidade, para a mulher, é a realização integral do destino fisiológico. Por esta declaração, foi altamente criticada por feministas. Posteriormente, relatou que a função reprodutora não é mais um fator meramente biológico, mas um controle realizado pela vontade do indivíduo, que também sofre grande influência da religião.

No que tange também à questão da divisão social do trabalho, a socióloga brasileira Helena Hirata apresenta suas contribuições no livro *Nova Divisão Sexual do Trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade*. Apresenta o resultado de vinte anos de pesquisa, realizada no Brasil, na França e no Japão. Informa que a divisão social do trabalho em todas as sociedades não pode ser

separada das relações sociais entre homens e mulheres, e que por sua vez são relações desiguais, hierarquizadas e antagônicas.

(...) relação significa contradição, antagonismo, luta pelo poder, recusa de considerar que os sistemas dominantes (capitalismo, sistema patriarcal) sejam totalmente determinantes. Em resumo, o que é importante na noção de relação social – definida pelo antagonismo entre grupos sociais – é a dinâmica que ela introduz, uma vez que volta a colocar a contradição, o antagonismo entre os grupos sociais no centro da análise, e que se trata de uma contradição viva, perpetuamente em via de modificação, de recriação (Hirata, 2002, p. 244).

O turismo rural, apesar das profundas modificações que tem sofrido nas últimas décadas no Brasil, utiliza o cotidiano rural das produções, em especial as artesanais, e a hospitalidade das famílias envolvidas na agricultura familiar, impondo à mulher deste contexto uma série de novas e velhas atribuições, que integra o conceito do MTur de produção associada ao turismo (Brasil, 2011a). Cujas definições engloba as produções artesanais, industriais, ou agropecuárias, que contêm atributos naturais e/ou culturais das comunidades e regiões às quais pertencem e que são diferenciais para incrementar o produto turístico.

3 PRODUÇÃO ASSOCIADA AO TURISMO

Esta seção visa oferecer subsídios para compreender as especificidades da realidade do campo por meio do estudo da problemática sobre a pluriatividade da produção associada ao turismo rural como forma de promoção e inclusão sociocultural das mulheres no espaço rural, a ser analisada posteriormente neste trabalho.

Para alcançar tal objetivo, esta seção, bem como a próxima, vai buscar identificar os impactos da produção associada ao turismo tanto sobre a identidade da mulher, enquanto ser produtivo e social, quanto das relações familiares das unidades de produção participantes dos roteiros do Projeto Talentos do Brasil Rural.

Nesse sentido, esses impactos serão observados a partir de algumas perspectivas, como o poder, a autoestima, o empoderamento e o protagonismo das mulheres, visando auxiliar a compreensão do *novo* lugar que elas ocupam na estrutura familiar, e, por conseguinte, os reflexos desta nova posição no núcleo familiar como um todo. Entre as transformações desta nova mulher do campo, podem-se citar o maior poder aquisitivo; o aumento, ou percepção, da autoestima; os cuidados com a aparência; as mudanças no comportamento com familiares e vizinhos; o maior engajamento, entre outras.

Antes de adentrarmos no estudo desses impactos, entretanto, faz-se necessário conhecer o conceito de produção associada, uma das atividades relacionadas a atendimento ao turista. Esta expressão foi criada pelo MTur, a partir da elaboração do Plano Nacional de Turismo, em 2003, e está diretamente relacionada ao planejamento e à implementação da política pública de turismo, considerando a necessidade de identificar e destacar segmentos econômicos que possibilitem a ampliação e a diversificação da oferta turística. Essencialmente, compreende:

Qualquer produção artesanal, industrial ou agropecuária que detenha atributos naturais e/ou culturais de uma determinada localidade ou região, capazes de agregar valor ao produto turístico. São as riquezas, os valores e os sabores brasileiros. É o *design*, o estilismo, a tecnologia: o moderno e o tradicional. É ressaltar o diferencial do produto turístico para incrementar sua competitividade (Brasil, 2011b, p. 18).

A produção associada ao turismo, portanto, tem o intuito de fomentar a diversificação da oferta de produtos para aumentar a permanência do visitante no destino e, conseqüentemente, seus gastos. Ela valoriza especialmente a produção artesanal, que contém traços culturais acentuados.

Acrescente-se à definição apresentada que os produtos e seus processos produtivos podem ser intangíveis, como a sabedoria popular, e atemporais, como uma festa religiosa. Neste sentido, as denominadas manifestações culturais estão inclusas na produção associada ao turismo, à medida que auxiliam na identificação das memórias e das histórias das comunidades e regiões (Brasil, 2011b, p. 18).

A produção associada ao turismo, busca, portanto, valorizar os aspectos sociais e culturais do espaço rural, na tentativa de mostrar às pessoas do próprio espaço rural a importância do seu modo de vida, bem como a dimensão de sua cultura. Para Geertz (1988), a cultura é um conjunto de símbolos, com diferentes sentidos e significados, no qual interpretamos e compreendemos uma ideia. Não existe materialidade, sendo, em sua essência, pública e coletiva; no entanto, sua compreensão e seu entendimento não serão para todos.

Outra peculiaridade da realidade no campo, a cultura permeia a vida, pois, segundo Sahlins (2003), cada sociedade, etnia ou grupo social possui diferentes significações para seus hábitos, vestimentas, alimentação, entre outros. Neste sentido, por vezes, estes elementos serão atrativos de uma localidade, à medida que são exóticos, incomuns e desconhecidos do visitante. Neste ponto, há que se tomar cuidado para que o exótico não seja artificial, apenas para atrair visitantes, o que acarreta, por vezes, em perda da autenticidade.

Um elemento fundamental da cultura é a história. E uma das possibilidades de reconstruí-la é por meio da memória e da identidade. Segundo Diehl, (2002), memória não é buscar informações do passado, tendo em vista sua reconstituição, mas deve ser entendida como um processo dinâmico de memorização; ou seja, não é um “resgate”, como erroneamente a entendemos, no sentido de ser socorrida. Enquanto um movimento psíquico para lembrar-se do passado no tempo presente, esta lembrança é uma imagem reconstruída, parte de uma experiência vivida. Um traço constitutivo da memória é o esquecimento: por vezes lembramos para não esquecer e esquecemos para não lembrar; sendo assim, é seletiva, na medida em que busca elementos que foram significativos ou importantes emocionalmente.

A memória que nossas personagens apresentam da vida no campo antes do turismo foi passada de geração para geração. A memória coletiva que norteia o relacionamento entre as pessoas é a identidade que se constrói por meio dela, favorecendo, deste modo, a significação dos objetos simbólicos. É por meio da construção da identidade coletiva que os indivíduos se sentem pertencentes a um grupo (Barth, 2000).

3.1 TALENTOS DO BRASIL RURAL: TURISMO E AGRICULTURA FAMILIAR A CAMINHO DOS MESMOS DESTINOS – OBJETO DE ESTUDO

O Projeto Talentos do Brasil Rural: Turismo é Agricultura Familiar a Caminho dos Mesmos Destinos (TBR), resultado do Acordo de Cooperação Técnica assinado entre MTur e MDA em outubro de 2009, durante a Feira Nacional da Agricultura Familiar, no Rio de Janeiro, tem por objetivo implementar ações conjuntas que visem identificar, ordenar, promover e fortalecer a relação entre a agricultura familiar e a atividade turística.

Além desses ministérios, responsáveis pela concepção do projeto, são parceiros o Ministério do Meio Ambiente (MMA), o Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas (Sebrae) e a Agência de Cooperação Alemã (GIZ). No âmbito da execução do projeto, se encontra o Sebrae do Rio Grande do Sul, mediante convênio com o MDA, órgão financiador do projeto.

A contrapartida do MTur tem se dado por meio de assessoria técnica e apoio logístico para gestão, qualificação, promoção dos roteiros e formas de promoção e comercialização.

O projeto tem ainda o objetivo de inserir produtos e serviços da agricultura familiar no mercado turístico, agregando valor à oferta turística brasileira. Dessa forma, serão identificados e qualificados produtos da agricultura familiar a serem ofertados nos empreendimentos turísticos, como bares, restaurantes, meios de hospedagem e lojas de artesanato. Além disso, será apoiada a estruturação de empreendimentos rurais, para que os turistas possam vivenciar a produção da agricultura familiar.

A estrutura do projeto tem dois eixos principais: produtos e serviços. Para o primeiro eixo, por meio de chamada pública, foram selecionados 88 empreendimentos (associações e/ou cooperativas), com, no mínimo, 70% de agricultura familiar. Para o segundo eixo, foram selecionadas instituições e entidades representativas de 24 roteiros turísticos *comercializados*, compostos por, no mínimo, 10% de empreendimentos da agricultura familiar, em que propriedades/atrativos tenham esta característica, como estarem acessíveis em até 3 horas, por via terrestre ou aquaviária, de uma das doze cidades-sede da Copa de 2014: Belo Horizonte (MG), Brasília (DF), Cuiabá (MT), Curitiba (PR), Fortaleza (CE), Manaus (AM), Natal (RN), Porto Alegre (RS), Recife (PE), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA) e São Paulo (SP).

No tocante aos produtos da agricultura familiar – *amenities* (cosméticos), decorativos e utilitários (artesanato) e alimentos e bebidas –, estes devem ser inseridos em meios de hospedagem, restaurantes, bares, lojas de artesanato e suvenires. No que diz respeito aos serviços, o intuito é preparar a propriedade familiar para receber turistas, dotando-a das condições necessárias para o desenvolvimento da atividade turística.

O Projeto Talentos do Brasil Rural prevê a realização de estudos para conhecimento da oferta e da demanda, a qualificação de empreendimentos da agricultura familiar e ações de promoção e comercialização dos produtos da agricultura familiar em todas as regiões do país. Almeja-se trabalhar com empreendimentos da agricultura familiar que estejam minimamente estruturados e organizados.

Para os empreendimentos turísticos participantes do projeto, é a possibilidade de agregar imagem de responsabilidade social e ambiental, estabelecer relações mais diretas com produtores e ofertar produtos saudáveis e de qualidade, que permitem a diferenciação do equipamento.

Pretende também iniciar a preparação dos agricultores familiares para a prestação de serviços aos turistas e oferta de produtos diferenciados ao mercado turístico – em hotéis, bares, restaurantes, lojas de artesanato – na Copa do Mundo de 2014, agregando valor socioambiental e sustentabilidade ao produto turístico.

As vantagens para os agricultores familiares serão acessar um novo mercado, estabelecer relações mais diretas com compradores, diversificar e aumentar a renda das famílias. Espera-se beneficiar 112 empreendimentos da agricultura familiar

minimamente estruturados e organizados (24 de serviços turísticos, 61 de alimentos e bebidas, 24 de decorativos e utilitários e 5 de *amenities*). Para os turistas, é a possibilidade de ter acesso aos produtos diferenciados, com identidade regional, saudáveis e com responsabilidade social e ambiental.

Para o eixo serviços, após a seleção dos roteiros da agricultura familiar, está em execução a realização de diagnósticos dos selecionados e elaboração de planos de ação. Os diagnósticos são compostos por etapas distintas. A primeira é a aplicação do questionário, realizado pelo articulador local, somente nas propriedades da agricultura familiar do roteiro, com a finalidade de conhecer de forma mais minuciosa os empreendimentos; assim sendo, diagnosticar as principais forças e fraquezas e verificar como o turismo está estruturado e como ele é comercializado.

A segunda etapa é realizada pelo técnico/consultor de diagnóstico antes de ir a campo. Tem a função de entender como o roteiro esta sendo comercializado, se há divergências ou alterações da proposta realizada na candidatura deste. Verificam-se aspectos ligados à promoção do roteiro, se houve alterações desde a candidatura, se há promoção conjunta com outros roteiros, se é promovido na internet por órgãos governamentais, como prefeitura ou representante estadual de turismo. Além de compreender como é a participação da agricultura familiar no roteiro, com participação mínima de 10% dos componentes do roteiro, e sua efetiva atuação neste como atrativo principal ou base de apoio.

Ainda na segunda etapa, é iniciada a preparação do cliente oculto, a fim de verificar os principais atrativos do roteiro, os componentes da agricultura familiar que necessitam ser visitados – se possível todos, a depender do tempo de permanência no destino e dos dados preliminares das entrevistas dos articuladores. A partir destas informações, define-se a logística para realizar o roteiro, além das sugestões do articulador local, que conhece de forma mais detalhada a região e os empreendimentos.

A próxima etapa denomina-se cliente oculto, sendo necessária para fazer que o técnico sinta as sensações e as dificuldades de um turista, sem qualquer preparo anterior, visando, assim, comprar o roteiro e realizá-lo como qualquer outra pessoa o faria. Ao se tenta comprar o roteiro como um todo, percebe-se claramente os que são comercializados, os entraves, as ausências de respostas, as alterações deste à candidatura, entre outros.

A filmagem é uma etapa para demonstrar e explicitar, da forma mais real possível, os principais pontos observados no diagnóstico, sem focar em um empreendimento específico. No entanto, em algumas localidades, não foi possível realizá-la, por questões operacionais e orçamentárias, sendo o caso dos dois roteiros que são analisados nesta dissertação, a saber: *Trekking* Travessia Leste, da prefeitura municipal de Alto Paraíso (GO), e Caminhos da Roça, da prefeitura municipal de Socorro (SP).

O intuito da filmagem é entender a composição do roteiro e a participação da agricultura familiar apenas como fornecedora de insumo, ou presente na hospitalidade, hospedagem, alimentação, passeios, entre outros. Destaca-se os principais atrativos do roteiro e a infraestrutura (acessos, sinalizações, serviços de transporte, acessibilidade, limpeza, iluminação, estacionamento, centro de informações para turistas), além dos aspectos culturais e da produção associada ao turismo; se possível, filma-se também depoimentos, para se ter as percepções dos visitantes. A ideia é mostrar o roteiro como um todo, ainda que para isso pegue exemplo de algum equipamento específico, no entanto, sem identificá-lo.

Posteriormente ao cliente oculto, ocorrem as entrevistas com os componentes do roteiro, realizadas pelo técnico/consultor de diagnóstico, com o intuito de conhecer a percepção dos principais agentes.

O Workshop é o momento de apresentação dos pontos fortes e fracos do roteiro, e de elaboração do plano de ação, que será construído no workshop. Após estas etapas, estão previstas as intervenções e o monitoramento.

Em seguida, ocorre a qualificação dos roteiros e empreendimentos da agricultura familiar para prospecção de mercado, promoção e apoio à comercialização de produtos e serviços da agricultura familiar no mercado turístico, bem como para o monitoramento e a avaliação das ações.

A figura 2 representa a estrutura da equipe para executar e gerenciar o Projeto Talentos do Brasil Rural.

FIGURA 2
Estrutura da equipe do Projeto Talentos do Brasil Rural



Fonte: Ministério do Turismo (Brasil, 2012).

O projeto TBR é uma iniciativa de valorizar o pequeno produtor familiar, auxiliar na preparação dos empreendimentos para o turismo e, possivelmente, provocar mudanças nos atores envolvidos.

4 A CONSTRUÇÃO ANALÍTICA DO OBJETO DE ESTUDO DOS ROTEIROS DO TALENTOS DO BRASIL RURAL: ESTUDO ETNOGRÁFICO

As propriedades visitadas nos três roteiros do TBR, utilizados para a análise desta dissertação, tinham sua produção inicialmente voltada para as necessidades da família e para a comercialização, no entanto, cada empreendimento, mediante estímulos diferentes, percebeu no atendimento aos turistas uma possibilidade de aumentar a renda. Durante as visitas às propriedades, observou-se que os envolvidos, especialmente as mulheres, não tinham noção das alterações que a inclusão da propriedade em um roteiro turístico acarretariam. Além da melhoria da estrutura do empreendimento, da produção e dos produtos direcionados ao turista, elas próprias sofreriam mudanças, tanto em seu comportamento quanto em suas expectativas, especialmente no tempo e no cotidiano.

4.1 ESTUDO ETNOGRÁFICO 1: *TREKKING* TRAVESSIA LESTE

O município de Alto Paraíso, onde está situado o roteiro *Trekking* Travessia Leste, pertence à região denominada Chapada dos Veadeiros, localizada no nordeste goiano, o qual abriga riquíssimas fauna e flora do cerrado e possui formações rochosas das mais antigas, além de abrigar as mais importantes bacias brasileiras. Os outros municípios que compõem a região são: Campos Belos, Cavalcante, Colinas do Sul, Monte Alegre de Goiás, Nova Roma, São João D'Aliança e Teresina de Goiás. A economia local de Alto Paraíso se baseia no turismo, por meio do comércio, da prestação de serviços e da exploração dos atrativos naturais, distribuídos em áreas particulares e no Parque Nacional.



Fonte: Acervo pessoal.

O roteiro proposto na seleção do TBR sofreu alterações, confirmadas a partir da busca realizada nos portais de promoção e comercialização disponibilizados na internet. Com duração de cinco ou oito dias, ele foi criado por meio da agência de turismo local Travessia Ecoturismo com objetivo inicial de atender um grupo de turistas ingleses, cuja finalidade era testar a própria capacidade de desafiar sua resistência e interagir com a natureza. Durante alguns anos, o grupo esteve visitando a região, no entanto, este enfoque do grupo foi alterado.

O roteiro é divulgado e comercializado, no entanto, o custo operacional é alto, e sua demanda não é muito significativa. Foram evidenciados entraves no roteiro, entre os quais as dificuldades nas estradas para acesso a alguns atrativos naturais relevantes; conflitos com fazendeiros da região, que não querem presença humana próximo às propriedades. Tais entraves acarretaram alterações no percurso original do roteiro.



Fonte: Acervo pessoal.



Fonte: Acervo pessoal.

Os atrativos naturais, além de riquíssimos, são suficientes para os dias propostos e, certamente, são capazes de motivar o deslocamento e a permanência dos turistas, cujo perfil geralmente é de ecoturista¹³. Vale ressaltar também que

¹³ “Geralmente, os turistas desse segmento querem ver, sentir, cheirar, tocar e comer o inusitado; leem muito sobre o destino antes de planejar a viagem; anotam perguntas e querem respostas dos guias de do pessoal que os atendem; querem um tratamento personalizado e prezam pela segurança” (Brasil, 2008c, p. 30).

outras agências e guias locais realizam-no, e a Travessia Ecoturismo disponibiliza-o para operadoras e agências do Brasil e exterior.



Fonte: Acervo pessoal.



Fonte: Acervo pessoal.

As propriedades rurais incluídas no roteiro são bases de alojamento e alimentação. O empreendimento de agricultura familiar no qual foi realizada a entrevista, em 24 de setembro de 2012, com a personagem 1 (Alto Paraíso/GO), informou que dispunha de uma área grande para *camping*, no entanto, os equipamentos – como barracas, colchão e lâmpadas – não são fornecidos, ficando normalmente sob responsabilidade da agência receptiva. Informou, ainda, que foram

construídos banheiros e, atualmente, oferece alguns quartos para hospedagem e alimentação, sempre por meio de reserva prévia.



Fonte: Acervo pessoal.



Fonte: Acervo pessoal.

Na segunda propriedade rural visitada, segundo informações da proprietária, por não receber turistas há cerca de um ano, não fez maiores investimentos na propriedade. Por falta de movimento e disponibilidade financeira, oferece uma área de *camping* embaixo de árvores (com reserva prévia); os banheiros e a alimentação

são muito precários. Por não viver da produção agrícola nem do turismo, optamos por não entrevistá-la para a dissertação em questão. Precisaria, portanto, de melhorias.

O atendimento ao turista, de forma geral, pareceu satisfatório, embora alguns empreendimentos não tivessem visitantes no momento da visita como cliente oculto, além da pesquisadora, que foi bem tratada¹⁴. São receptivos, oferecem informações adicionais da dificuldade das trilhas e sobre as condições das estradas. As propriedades rurais do roteiro necessitam de intervenções significativas, especialmente o segundo empreendimento visitado, que, infelizmente, não se enquadrava na definição de empreendimento da agricultura familiar estabelecido pela legislação atualmente em vigor.



Fonte: Acervo pessoal.

Quanto à hospitalidade, o diferencial é a própria agricultura familiar, a forma de receber do agricultor, pois eles abrem suas casas para receber os turistas. Muitos oferecem o seu espaço privado, como a mesa de refeições, de certa forma como espaço público. Acredito também que seus costumes sejam um diferencial à parte, enriquecedores da proposta deste roteiro, pois evitam que eles atendam como pessoas treinadas, que exercem uma função específica.

¹⁴ É uma das etapas do diagnóstico do Projeto Talentos do Brasil Rural, sendo necessária para fazer que o técnico sinta as sensações e as dificuldades de um turista, sem qualquer preparo anterior. Tenta-se, portanto, comprar o roteiro e realizá-lo como qualquer turista.



Fonte: Acervo pessoal.



Fonte: Acervo pessoal.

O Centro de Atendimento ao Turista (CAT) do município se encontra no centro da cidade. A Secretaria de Turismo do Município gerencia o espaço e os funcionários. O atendimento em idioma estrangeiro é deficitário, e o horário de funcionamento também é restrito.



Fonte: Acervo pessoal.

O público que visita o roteiro, em geral, é formado por aventureiros que gostam de caminhadas e passeios diferenciados, sem privilegiar o conforto. São indivíduos que buscam histórias e paisagens que possibilitem este tipo de experiência. A faixa etária dos brasileiros está acima de 30 anos, e geralmente são casais – com e sem filhos; quando os têm, são adolescentes e não passam de dois por casal – com renda alta. A média de idade dos visitantes estrangeiros, por sua vez, varia de 40 a 60 anos; casados e solteiros. A renda média destes gira em torno de R\$ 10 mil. Quanto à origem, os dados relatados pela agência receptiva do local confirmam que é bem variada: paulistas, ingleses, alemães, franceses etc.

Apesar das considerações que o roteiro já se encontra à venda por diversos operadores nacionais e internacionais, o que ficou evidente é a falta de procura deste. Alguns motivos são apontados: o alto custo de operação, sendo um produto caro para venda no mercado nacional, bem como de baixa estrutura para atender o mercado externo. O roteiro foi elaborado com a finalidade de atender um público específico, mas atualmente tenta se adaptar ao perfil da demanda.

Percebe-se que há certo incomodo com a venda do roteiro realizada diretamente por meio de guias locais. Há uma tensão e concorrência – o que a noção *focaultiana* denomina de relações de poder – entre guias e receptivos.

Apesar de ser uma região de grande potencial turístico, com belezas naturais imensuráveis, o roteiro propriamente dito ainda não tem a comercialização esperada. Alguns dos empreendimentos comercializados, por vezes, são

promovidos de forma individual, devido à alta procura, ocasionada pela proximidade com o centro de Alto Paraíso, das condições de acesso e sinalização e pela possibilidade de realizar as trilhas sem auxílio de guias, entre outros.



Fonte: Acervo pessoal.

O roteiro é comercializado por operadores e agências do Brasil, constatação realizada por meio de visitas de familiarização com agentes e jornalistas, no entanto, alguns empresários consideram o fluxo de visitantes baixo. Apesar de oferecer uma grande interação ser humano-natureza, são inúmeras caminhadas que permitem muito mais que contemplação, é a possibilidade de ouvir/ver/sentir/tocar/observar animais, plantas, rochas, paisagens, entre outros. É um roteiro que desperta o sentido físico e espiritual, haja vista que exige do aventureiro o desprendimento do conforto e da comodidade para aproximação com o ambiente natural, quase que intocado pelas mãos humanas.

As atividades de vivências e manifestações culturais devem representar o contexto da região, especialmente que valorize o rural, as raízes da chapada, como os calungas; e as memórias e histórias, como o Povoado Moinho. São aspectos que diferenciam o roteiro, e devem ser oferecidos, e incorporados ainda mais no empreendimento de agricultura familiar deste.

Os equipamentos de alimentação existentes no roteiro, em parte, compram e utilizam os insumos de agricultores da região, mas é preciso incentivar tal aspecto. Houve relato de que os produtores locais não têm acesso ao Selo de Inspeção Municipal (SIM), pois não há no município órgão para realizar inspeções e liberação para venda de produtos; sendo assim, muitos dos produtos comercializados são de forma totalmente clandestina, a exemplo das compotas de agricultores familiares.

A natureza é o cenário principal do roteiro; assim sendo, as trilhas e suas surpresas são as principais vivências e interações. Já são oferecidos momentos de música, história, massagens, o que agrada, e muito, o visitante que caminhou durante horas e quilômetros por trilhas de difícil acesso.

O roteiro requer um operacional com profissionais de diversas áreas, e um agendamento é indispensável para viabilizá-lo. O que se percebe é que há potencial para se explorar muito mais a parte de vivência e interação, pois esta poderá ser um ponto de destaque do roteiro. No entanto, o que está em funcionamento deverá manter as características, especialmente as propriedades de apoio na área rural, com tanta hospitalidade e simplicidade.

O artesanato não foi identificado no roteiro, contudo, podemos encontrar inúmeras opções, como pedras da própria região, à venda no centro do município. É muito interessante oferecer uma visita às lojas, ou que haja uma articulação também de venda nas propriedades rurais, de forma consignada. Parte considerável das peças possui identidade local.

A agricultura familiar é um apoio logístico no roteiro, sendo representada apenas por um empreendimento, mais precisamente a casa e o acolhimento da personagem 1 (Alto Paraíso/GO). É evidente que se trata de pequeno empreendimento familiar. Infelizmente, o outro empreendimento, com características similares, não vive de agricultura, é uma senhora que adora receber turistas; e quando eles chegam, mobiliza a família para ajudá-la. Relatou que após a morte de seu irmão e a mudança das filhas para a cidade, deixou de produzir para vender. É relevante comentar que é o empreendimento que necessita de muitas intervenções,

infelizmente, conforme relatado anteriormente, não se caracterizando como agricultura familiar.

Há, por questões políticas e históricas da região, problemas de articulação entre empresários e poder público, das diferentes esferas do próprio poder público municipal, estadual e federal. Houve inicialmente interesse da própria prefeitura de Alto Paraíso e dos empresários em tratar de forma mais profissional o turismo. O município, apesar do apelo turístico, se encontra em uma das regiões mais pobres do estado de Goiás; assim sendo, aumentar o fluxo de turista e a possibilidade de utilizar a mão de obra ociosa local, criando oportunidade para jovens de se especializarem, como muitos já estão fazendo, exercendo a atividade de guia ambiental. Vale ressaltar também a retomada das atividades do Conselho Municipal de Turismo, que ficou estagnada após a saída do secretário municipal de Turismo.

Foi possível perceber que a cultura, para atender a demanda turística, está em processo de desenvolvimento. Os pequenos empreendimentos têm restrições orçamentárias para investir nas propriedades, por isso as melhorias serão realizadas de forma lenta. Esta reforma deverá abarcar desde o painel de identificação da propriedade até os banheiros. Para promover o roteiro, é preciso algo mais específico, talvez repensar a formatação e iniciar ações no âmbito nacional.

As contribuições mais relevantes que o projeto TBR pode oferecer ao roteiro são as consultorias nas áreas de posicionamento de mercado, especialmente para um roteiro que precisa ser formatado de forma comercial e, para tanto, necessita de orientação até mesmo para oferecer aos receptivos existentes no município, agências que atuam com o segmento rural. A consultoria poderá ajudar na elaboração dos produtos e no mercado que eles desejam atingir.

Os especialistas em turismo poderão orientar os empreendimentos nas adequações necessárias. Alguns já estão preparados no quesito atendimento, no entanto, outros necessitam de orientações básicas, especialmente para as pequenas propriedades localizadas na área rural do município, com as quais realizamos a entrevista para esta dissertação. Tal orientação, no entanto, não poderá acarretar perda de suas características de agricultores.

Fundamental também é o quesito gestão, seja por meio de cursos de formação de preços, controle de receitas e despesas e técnicas de gerenciamento básico do empreendimento, especialmente para as agricultoras.

Por fim, para potencializar a produção associada existente no roteiro, ou mesmo a criação de novas oportunidades, seria relevante a contratação de um especialista na área.

Diante da dificuldade de aumentar o fluxo turístico, notou-se que a forma de promoção e comercialização do roteiro precisa ser repensada, e que o TBR tem muito a contribuir com o município de Alto Paraíso, que possui grande potencial.

Percebeu-se certa desconfiança quanto ao Projeto, especialmente por parte da prefeitura, como ocorreu mudança de governo na esfera municipal, há certa desmotivação da gestão atual, e incerteza do processo de continuidade das ações.

Há consciência que não receberão dinheiro do projeto TBR, e que muito depende da articulação deles mesmos para superar os desafios que o turismo exige. O fortalecimento do roteiro é uma possibilidade de proporcionar benefícios para os envolvidos e até mesmo para a região. Apesar de a prefeitura apoiar o turismo, em virtude de problemas de estrutura, recursos e pessoal, há inúmeras limitações. Além da própria dificuldade de mobilização e articulação dos empresários locais, há muitos conflitos pessoais, que são entraves para o diálogo, desta maneira, não conseguem pensar juntos os problemas e as soluções para o roteiro específico.

O município tem um forte apelo para aventura e esoterismo. O turismo é a principal fonte de receita do município, sendo assim, é primordial conhecer os entraves e propor/operacionalizar soluções de curto, médio e longo prazo, mas é preciso, acima de tudo, interesse, vontade e disposição dos envolvidos para o desafio proposto.

Foi relevante entender os problemas do roteiro, contudo, para a dissertação em questão, o interesse recai sobre os papéis das mulheres no espaço rural participantes do TBR, especialmente vinculados com a produção associada ao turismo.

A propriedade com características rurais familiares do roteiro pertence a uma mulher, a personagem 1 (Alto Paraíso/GO), responsável pelo turismo na propriedade. Além do agendamento das visitas, ela é quem cozinha, elabora os doces e biscoitos, organiza a limpeza, contrata suas filhas, noras e netas, quando os grupos de turistas são maiores.

Para resguardar a identidade das mulheres no espaço rural, foi utilizada a denominação personagem. Conforme relatos da personagem 1 (Alto Paraíso/GO),

ela cuida dos “produtos”¹⁵ que são oferecidos para venda aos turistas. Desta maneira, ela continua no zelo com o pomar e a horta, no entanto, pela própria idade, e a nova dinâmica estabelecida, por receber visitantes na sua casa, não tem disposição física nem tempo para cuidar da roça propriamente dita, da plantação, do cultivo e da colheita de milho, mandioca, feijão, entre outros, que são produzidos, e dos animais. As tarefas mais pesadas estão sob a responsabilidade do filho mais velho, que eventualmente contrata outros agricultores para auxiliá-lo nas atividades que exigem força física. A personagem 1 (Alto Paraíso/GO) relata a dificuldade de conseguir mão de obra, pois são raros os que querem trabalhar na área rural e, menos ainda, no serviço pesado.

Ao receber os turistas em sua casa, ocorreram alterações também na dinâmica familiar. Apesar de ser viúva, a personagem 1 (Alto Paraíso/GO) diz que não pode sair mais de casa, pois sempre ligam ou aparece algum grupo pedindo para preparar um café, um almoço etc.

Como ficou viúva ainda jovem, a personagem 1 (Alto Paraíso/GO) tinha o sustento da família sob sua responsabilidade. No início, as coisas foram muito difíceis. Os filhos cresceram e tomaram caminhos diferentes, como ela relata. As filhas mulheres estudaram e conseguiram melhorar de vida, contudo, a maior parte dos filhos homens não, por isso acabaram ficando na roça. Ela diz que, depois que começou a receber os turistas, tudo melhorou, e recebe as pessoas com prazer.

A administração do dinheiro é de sua responsabilidade, sendo o filho o responsável pelas entregas e pela venda dos produtos para os mercados da região, bem como na feira do agricultor.

Para a entrevista com a personagem 1 (Alto Paraíso/GO), a pesquisadora foi recebida em sua casa, mais precisamente, na sua cozinha, que possui fogão à lenha, um cano de água, que atravessa a cozinha e oferece água fresquinha, direto de uma nascente. O tempo todo houve-se o barulho da água, como um riacho a correr de forma lenta.

A personagem 1 (Alto Paraíso/GO) é uma senhora de 72 anos, viúva, extremamente ativa e que não para de trabalhar. Enquanto conversávamos, fez o café, serviu os biscoitos e atendeu ao telefone. Ela cuida dos bichos, do pomar da propriedade, da horta e das compotas de doces, que são vendidos aos visitantes da

¹⁵ “(...) compreende tudo aquilo que pode ser fabricado e inserido como produção associada: doces, geleias, queijos, cachaças, bijuterias, dentre outros” (Brasil, 2011b, p. 18).

propriedade e que ficam disponíveis para compra na Feira do Agricultor, no centro de Alto Paraíso, duas vezes por semana. Ressalta, ainda, que sua nora reside no centro da cidade, e que se desloca para propriedade para de ajudá-la a preparar os doces.

A propriedade foi herança do marido, e a divisão das terras e dos bens já foi concretizada. Apenas um filho não quis vender sua parte na propriedade, os demais venderam e investiram em casas e apartamentos em Alto Paraíso e Goiânia. O filho mais velho permaneceu cuidando de sua parte na propriedade, e auxilia a mãe, junto com sua esposa.

A entrevista transcorreu de forma agradável. Ela tem muita história para contar, desde o casamento, os filhos naturais e adotivos, as dificuldades para sobreviver. Em uma região pobre e com muito pouco estudo, teve a roça como seu principal aliado para criar nove filhos (quatro adotivos e cinco biológicos). Possui convicções religiosas bastante claras, no entanto, permanece aberta para as novidades do mundo e adora receber as pessoas em sua casa; gosta de interagir e faz de tudo para agradar. Vislumbra no turismo uma possibilidade para melhorar a sua renda e ajudar os filhos e netos.

4.2 ESTUDO ETNOGRÁFICO 2: CAMINHOS DA ROÇA

O roteiro Caminhos da Roça está localizado no município de Socorro (SP), o qual pertence à região denominada Circuito das Águas, em virtude de estar cercada por rios e inúmeras nascentes.



Fonte: Acervo pessoal.

Na agricultura, o plantio do café e a produção de leite, especialmente, são atividades econômicas de destaque. Além destas, o comércio em geral, as malharias e o turismo também têm papel de destaque, sendo cada atividade responsável por aproximadamente 25% da economia do município, segundo informações da prefeitura local.



Fonte: Acervo pessoal.

Durante o diagnóstico do TBR, foi evidenciado que o roteiro foi organizado para o projeto a partir da demanda da prefeitura para a Associação Comercial e Empresarial de Socorro, que desde 2009 criou um Núcleo de Turismo Rural, e

definiu os empreendimentos mais bem estruturados, e que poderiam oferecer atrativos e produtos dentro de um roteiro predefinido. Como houve um longo tempo entre a seleção dos roteiros e o diagnóstico efetivo destes, muitas articulações e alterações ocorreram.

No momento do diagnóstico do TBR, teve-se a seguinte percepção do roteiro, cuja duração era de dois dias: apesar de ser uma região de grande potencial turístico, o roteiro rural propriamente dito ainda não era realidade, os empreendimentos eram comercializados de forma individual, alguns com alta procura, em virtude da proximidade com clubes de lazer e grandes hotéis-fazenda.

Saindo de Guarulhos, com destino a Socorro, por meio da Rodovia Fernão Dias, não encontraremos, no início da via, placas indicativas direcionadas ao município, e sim de municípios que estão no decorrer na estrada, como Mairiporã e Atibaia, até a saída de Bragança Paulista, que faz a ligação com o município de Socorro. Não é possível afirmar que haja sinalização no padrão internacional, muito menos bilíngue; no entanto, as placas, de forma geral, encontram-se em bom estado de conservação e são de fácil visualização no decorrer do caminho.



Fonte: Acervo pessoal.

Durante o diagnóstico do TBR, houve visita a todas as propriedades rurais do roteiro, no entanto, para a dissertação, escolhemos três mulheres como personagens para realizar as entrevistas.

A propriedade da personagem 2 (Socorro/SP) encontra-se em reforma, para adaptar banheiros, no entanto, vale ressaltar que são pequenas propriedades e a estrutura de atendimento tem limitações.

Conforme relato da personagem 2 (Socorro/SP), uma das proprietárias do empreendimento, quando se trata de grupos grandes, especialmente idosos, é preciso agendamento prévio, pois não é possível atender com qualidade a todos.

A propriedade da personagem 3 (Socorro/SP) encontra-se também em reforma para receber mais hóspedes e também possuem o cuidado de atender pessoas com necessidades especiais e mobilidade reduzida, apesar de algumas adaptações ocorrerem sem orientação especializada.

No empreendimento da personagem 3 (Socorro/SP), grande parte das visitas são de alunos da rede municipal, sem qualquer cobrança, e não há local para recepcionar os visitantes. O café da manhã é servido na sede da fazenda, e o número de hóspedes é reduzido, haja vista que no momento estão prontos apenas dois quartos, com capacidade para, no máximo, dez pessoas. Já foram iniciadas as obras em duas casas de colonos para hospedagem. Muitas áreas da propriedade se encontram em ruínas, contudo, tem um grande potencial no roteiro, e o entusiasmo de sua proprietária é contagiante.

As condições de vias de acesso para alguns empreendimentos, especialmente os que possuem maior trajeto de terra, são ruins, apresentando dificuldade para trafegar com carro rebaixado, vans, micro-ônibus e ônibus. São necessárias melhorias nas estradas, durante a visita, como não era época de chuva, apesar da quantidade de buracos, foi possível chegar aos empreendimentos; contudo, a partir dos relatos das personagens entrevistadas, já aconteceu de carros ficarem atolados e até mesmo parados na estrada por longas horas.



Fonte: Acervo pessoal.

As proprietárias dos empreendimentos disseram já ter desembolsado recursos próprios para compra de cascalho e pagamento de mão de obra, com a finalidade de melhorar a estrada, contudo, por não haver manutenção periódica, por parte da prefeitura, os problemas persistem.

No quesito sinalização, são regulares, além disso, o perímetro rural não tem iluminação, o que dificulta ainda mais a visualização das placas. A sinalização existe, mas não podemos afirmar que segue padrão internacional, tampouco bilíngue, no entanto, acredito que são necessários alguns ajustes para facilitar o deslocamento dos turistas, especialmente em Socorro, que tem vocação para turistas autoguiados¹⁶.

No período do diagnóstico, a pesquisadora teve dificuldade de encontrar alguns empreendimentos, e como são muitos caminhos, todos cheios de subidas e descidas, foi preciso solicitar auxílio dos moradores locais, que são, em sua maioria, prestativos, contudo, não conhecem os empreendimentos pelo nome comercial – normalmente reconhecem pelo nome da família –, o que dificulta a comunicação.

Transporte público e transporte turístico ainda são um problema no município de Socorro. Atualmente, tem-se implantada uma linha de ônibus circular no município, sendo a única. Houve relatos de problemas entre taxistas locais e

¹⁶ “(...) o turista se desloca para consumir o produto ou serviço turístico, sem utilizar dos serviços de nenhum intermediário que faça a venda. O turista autoguiado compra os serviços de transporte e hospedagem diretamente e, muitas vezes, compra produtos e serviços das agências de receptivo (serviços de guias de turismo, passeios turísticos etc.) durante a viagem.” (Brasil, 2010c, p. 114).

hoteleiros. Os hotéis disponibilizaram para o turista transporte até a rodoviária local, e vice-versa. Para visitar o roteiro, é preciso condução própria, caso contrário, será inviável.

A cidade, de um modo geral, tem um bom paisagismo e uma boa arborização. No quesito estacionamento, é relevante melhorias, especialmente na propriedade da personagem 3 (Socorro/SP), pois o acesso é restrito a carros de passeio. Há pretensão desta de receber grupos que provavelmente utilizarão vans e micro-ônibus; desta forma, teriam de estacionar antes da porteira, na estrada, que impossibilitaria o tráfego da via.

Os bairros no município de Socorro estão crescendo muito e de forma desordenada, os índices de criminalidade anteriormente eram muitíssimo baixos, e aumentaram significativamente nos últimos anos segundo as entrevistadas.

A limpeza pública foi indicada como problemática, especialmente a coleta de lixo e a higienização de lixeiras. Foi criado um aterro sanitário e iniciou-se projeto de tratamento de esgoto, como o município é cercado de rios e nascentes a questão do lixo é primordial. De modo geral na região urbana não foi evidenciado problemas de iluminação, no entanto, na área rural a iluminação pública é quase inexistente.

Foi evidenciada a preocupação na questão de acessibilidade, em função da própria exposição, como cidade-referência. Atualmente, no roteiro, alguns empreendimentos já realizam pequenas reformas para adaptação, contudo, foi relatado que é preciso maior comprometimento do poder público na aplicabilidade da legislação e das melhorias necessárias nas áreas públicas. De modo geral, observa-se que acessibilidade é um item de inteira relevância para grande parte dos componentes do roteiro e dos demais envolvidos.

A cidade foi um piloto na questão de acessibilidade, e as adaptações foram realizadas de forma correta, conforme previa a legislação à época. Atualmente, no entanto, há outras possibilidades para as áreas públicas, em moldes mais modernos. Nesse sentido, é preciso comprometimento dos gestores públicos para a questão, tendo em vista que houve reclamação de que a prefeita não tem o devido cuidado e preocupação com este tema. Nos atrativos, a lei em vigor exige tal adaptação, no entanto, os equipamentos são de alto custo, e para o pequeno empreendedor é uma despesa muito onerosa.

Assim sendo, realizam adaptações por conta própria, sem a devida orientação, para reduzir custos. Como exemplo, foi relatado que tampas de vaso não

abrem, que cadeiras de roda não passam pelas portas, que barras são colocadas em material e altura inadequadas, entre outros.

O atendimento ao turista, de forma geral, pareceu satisfatório, alguns empreendimentos não tinham visitantes no momento do diagnóstico, no entanto, a pesquisadora foi bem atendida. São receptivos, oferecem informações adicionais do modo de produção, da origem dos produtos, e contam muitas histórias da região.



Fonte: Acervo pessoal.
Obs.: Descanso dos queijos.

Dessa forma, é uma região que possui relação com a agropecuária, e são oferecidas vivências e interações no roteiro: cavalgadas, colheita de frutas, tirar leite de vaca, passear em charrete, moagem da cana para produção de cachaça, licores, produção de laticínios etc.



Fonte: Acervo pessoal.

Há patrimônio arquitetônico e cultural que poderá ser mais bem utilizado, bem como manifestações e vivências, pois este poderá ser um ponto forte do roteiro. No entanto, o que está em funcionamento deverá manter as características rurais e a simplicidade. Especialmente a forma hospitaleira das agricultoras, que são o diferencial neste roteiro.



Fonte: Acervo pessoal.



Fonte: Acervo pessoal.
Obs.: Peças centenárias.

O artesanato foi identificado em parte dos empreendimentos visitados, no entanto, nenhum deles de agricultura familiar. Têm pouca representação da região; a articulação também é necessária para expor as peças de uma propriedade em outra, como forma de divulgação e comercialização.

A agricultura familiar tem grande participação no roteiro, ficou evidente que se trata de pequenos empreendimentos familiares. O roteiro localiza-se a cerca de duas horas e meia de São Paulo (capital), e a cidade de Socorro, na qual estão contemplados todos os empreendimentos do roteiro pertencente ao Circuito das Águas, região turística reconhecida no Estado de São Paulo.



Fonte: Acervo pessoal.
Obs.: Alambique.

Vale ressaltar o interesse da própria prefeitura de Socorro, dos empresários, do Conselho Municipal de Turismo (Comtur) e da associação comercial em tratar de forma mais profissional o turismo rural. Socorro já é reconhecida como cidade de aventura, sendo extremamente valorizada também pela questão da acessibilidade. Foi nítida a vontade de seus envolvidos em potencializar o roteiro.



Fonte: Acervo pessoal.
Obs.: Núcleo de Turismo Rural.

A criação do Núcleo de Turismo Rural, no qual estão contemplados todos os empreendimentos do roteiro, foi sem dúvida um ponto importante, e a expectativa dos envolvidos é bastante alta, e anseiam pela chegada de mais turistas.

Relevante também é a paisagem da região, possibilidade de vivenciar as características rurais, hospitalidade e o contato com a terra.



Fonte: Acervo pessoal.

Por fim, alguns dos empreendimentos já possuem uma considerável demanda turística, de forma individual.

Apesar de Socorro já ser uma cidade turística, percebe-se que o turismo rural na agricultura familiar está em processo de desenvolvimento, em função da própria restrição orçamentária dos agricultores para investir na propriedade e realizar melhorias, além das dificuldades com receptivo local para operacionalizar o roteiro.

O perfil do visitante de aventura nem sempre é o mesmo do rural, então seria necessário conhecer melhor o público-alvo, as necessidades, forma de abordagem, entre outros.

Foi possível notar nas personagens deste roteiro, que a dinâmica da família sofreu alterações. A personagem 2 (Socorro/SP) conseguiu delegar as atribuições domésticas para sua cunhada, haja vista que precisa atender os grupos de turistas que visitam o comércio da propriedade.

Já a personagem 3 faz (Socorro/SP) um verdadeiro malabarismo para conciliar as atividades domésticas com as demandas do turismo. Como em sua propriedade oferece o café da manhã, sua família (marido), eventualmente filhos e netos, realizam a refeição junto com os hóspedes, que são tratados como da própria família.

A personagem 4 (Socorro/SP) divide as atribuições domésticas com a mãe, que fica na casa preparando licores e as refeições enquanto ela permanece na lojinha para atender os visitantes e explicar o processo de produção da cachaça, entre outros. Quando vai realizar entrega de pedidos, a mãe é quem realiza o atendimento – e eventualmente o pai. Muitas vezes, tem de correr da casa para o comércio, em função de ter de preparar refeições ou limpar algo.



Fonte: Acervo pessoal.

Neste roteiro, entre as personagens entrevistadas, o atendimento aos turistas é atribuição quase exclusiva da mulher, e eventualmente, quando necessitam se ausentar – geralmente para resolver problemas na esfera doméstica – acaba por delegar tal função para outro familiar. Desta forma, no processo de hospitalidade, foi evidenciado que elas são as protagonistas neste cenário, sendo os maridos, filhos e noivos apenas auxiliares, agindo quando necessário.

No preparo das refeições para os turistas, elas são as responsáveis; já no processo de elaboração de produtos para venda, há uma divisão maior de responsabilidades, especialmente as propriedades que possuem pequenas agroindústrias. A personagem 4 (Socorro/SP) trabalha efetivamente na produção, pois, devido aos problemas econômicos da própria família, não podem contratar outras pessoas. As propriedades das demais personagens conseguem realizar contratações, e as produções já são de escala maior.

De forma geral, as personagens dizem que seus maridos e noivos gostam do trabalho delas, de “atender turistas”, e chegam até mesmo a cobrar uma postura adequada no atendimento, conforme relato da personagem 2 (Socorro/SP). Como o roteiro de turismo rural de Socorro encontra-se em processo de desenvolvimento, apesar de relatos de falta de tempo para si mesmas e para a família, os parceiros das personagens ainda não consideram tal trabalho como algo negativo, e a ascensão da esposa, mãe e noiva é recebida de forma positiva.

O cuidado com a aparência e o contato com o outro também alteraram a forma de ser das personagens, que tiveram que enfrentar outros desafios. Entre eles, participar de reuniões e expor sua opinião, delegar atribuições a outras pessoas, articular com os outros componentes do roteiro, realizar parcerias para expor e vender produtos em outros empreendimentos, participar de feiras e eventos.

No roteiro Caminhos da Roça, em Socorro (SP), foram realizadas entrevistas com três personagens, conforme relatado a seguir.

Em 2 de julho de 2012, foi realizada visita à personagem 2 (Socorro/SP). Ela tem 49 anos, é casada e tem dois filhos homens. A pesquisadora já havia estado na propriedade no dia anterior à entrevista, em função do diagnóstico do TBR. Em seu relato, disse que antes realizava atendimento direto aos clientes do bairro e aos turistas na porta de sua casa, contudo, com o aumento da produção e do interesse dos turistas, foi criado e posteriormente ampliado o estabelecimento, e as reformas não pararam mais. Relatou que tinha medo de errar nas contas do caixa, mas com o passar do tempo tornou-se mais segura e também mais vaidosa, pois atende muita gente, então precisa ter uma boa aparência. Relata que era muito mais tímida, e acabou melhorando, pois tem de conversar com o público.

Ela nunca trabalhou efetivamente na produção, na ordenha de animais, por isso sempre ficou como responsabilidade dos filhos e do marido. Vale ressaltar ainda que as terras são herança que o marido recebeu.

Com os rendimentos do turismo, ela conseguiu comprar até uma motocicleta, e a dirige sem carteira de habilitação, e diz conhecer todos os guardas da cidade. O tempo é curto, pois não tem descanso. Atender turistas é sua principal atividade, contudo, diz que não deixou de cuidar da casa e da família. E diz que não tem muito tempo para passear, trabalha de segunda a segunda depois do turismo.

A gravação da entrevista tem aproximadamente 16 minutos e 49 segundos, contudo, a entrevista na íntegra teve duração de cerca de duas horas, em função das interrupções de filhos, netos, e turistas.

Na mesma data, foi realizada entrevista com a personagem 3 (Socorro/SP), que tem 70 anos, é casada e tem disposição de uma garotinha, “vive a mil por hora”, e cuida de tudo e de todos a sua volta. A pesquisadora ficou hospedada na sua propriedade. Oferece um café da manhã maravilhoso, tem muita história e muitíssima hospitalidade. Não é agricultora, contudo, após a aposentadoria de professora, foi viver com o marido (engenheiro agrônomo) na fazenda e precisava

de atividades, então realizou uma revolução na família para construir quartos e reformar tulha, casa dos colonos e a casa principal, para alojar visitantes.

Articuladora por natureza, consegue organizar e delegar atribuições para os membros do roteiro, da família, entre outros. Fez redução de estomago, cuida da aparência e relatou que gostaria de dirigir motocicleta para facilitar a locomoção até o centro da cidade.

Ela tem três filhos (dois homens e uma mulher). Um dos filhos ajuda o pai a cuidar da propriedade e a filha mulher ajuda a mãe com as novas necessidades a partir do turismo. Durante a entrevista, elogiou a iniciativa de compreender um pouco o universo da mulher no espaço rural, contudo, não se considera como tal, pois foi professora durante muitos anos, e somente agora após aposentadoria é que efetivamente vive em uma fazenda. Gosta de interagir com as pessoas. Foi professora de história, então já catalogou muitas peças centenárias da propriedade, que foi adquirida por meio de herança do marido.

Em continuação, no mesmo roteiro, em 3 de julho de 2012, foi realizada entrevista com a personagem 4 (Socorro/SP), que fugiu um pouco do perfil que estava no imaginário da pesquisadora. Ao visitar a propriedade, depara-se com uma jovem de 24 anos, pós-graduada, que atende no comércio da família, que fica no interior da propriedade, a qual chama de “sítio”.

Neste roteiro, a propriedade foi visitada anteriormente pela pesquisadora. A personagem 4 (Socorro/SP) lembrou-se da visita e comentou que naquele dia estava quase fechando o estabelecimento, pois precisava se arrumar para um casamento.

Foi iniciado o procedimento da entrevista, ela relata que auxilia quando necessário – plantar cana-de-açúcar, na venda e na negociação de preço com compradores e fornecedores, atende os turistas, dirige e realiza a entrega dos pedidos, enfim, é a administradora do empreendimento familiar. É solteira, sendo a filha mulher de três filhos.

O irmão mais velho, de 26 anos, não quer trabalhar na roça, então a personagem 4 (Socorro/SP) acabou deixando seu trabalho anterior na cidade para auxiliar seus pais no campo, na produção de cana-de-açúcar e seus derivados (cachaça, licor, açúcar mascavo, melado).

Apesar de se apresentar um pouco tímida no início da entrevista, acabou relatando as dificuldades financeiras que estão sofrendo, correndo risco de perder o

sítio, em função de dívidas adquiridas anteriormente pelo pai. No município, os salários são baixos, então resolveu ficar e ajudar a família. O irmão mais velho não quer saber do sítio, então ficou sob sua responsabilidade. Já o irmão mais novo encontra-se em idade escolar.

Ela é bem vaidosa, mas simples. Ficou evidente que tem uma relação muito próxima com o pai, sempre dizendo que ele precisa de sua ajuda. Disse com entusiasmo que ficou noiva e quer se casar o quanto antes. Como é muito tímida, não permitiu que a entrevista fosse gravada, e ficou um pouco desconfortável, pois seu pai acabou permanecendo próximo ao local da entrevista, e algumas coisas ela não queria relatar na sua frente.

4.3 ESTUDO ETNOGRÁFICO 3: AGROTURISMO DE GRAMADO

Já no município de Gramado, que tem como base a colonização europeia, imigrantes portugueses, alemães e italianos. O resultado deste multiculturalismo pode ser encontrado ainda hoje, na culinária variada e na arquitetura do município.

As belezas naturais formam as paisagens serranas, com florestas de araucárias, pássaros, animais silvestres, além do nevoeiro característico da serra, que proporcionam um ar todo especial para este lugar.



Fonte: Talentos do Brasil Rural, 2012.

Por meio de seu ar puro e temperaturas amenas, não passando de 30° C no verão e com ocorrência de neve no inverno, é um local muito agradável para visitar, e é propício para o turismo.

A localização do município é privilegiada, pois está a aproximadamente 106 km de Porto Alegre, na Serra Gaúcha. Em função de chuvas e do clima variado durante o ano, as vias de acesso sofrem alterações, especialmente parte da estrada de acesso às propriedades rurais que possuem trechos de terra.

A sinalização existente, de modo geral, encontra-se em estado regular de conservação e não seguem o padrão internacional, não sendo bilíngue.



Fonte: Talentos do Brasil Rural, 2012.

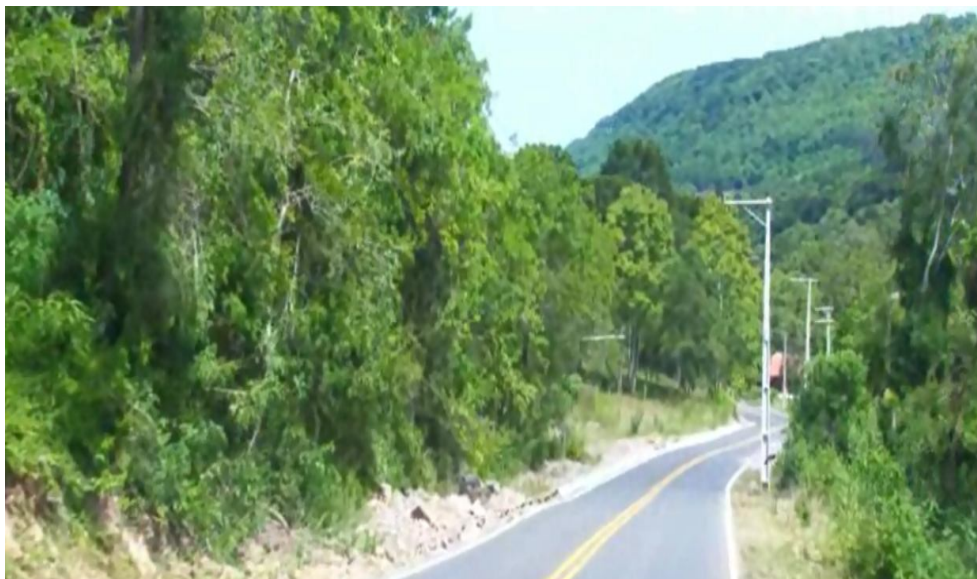
É um destino turístico muito procurado. Gramado encanta com suas ruas floridas, com os detalhes da arquitetura e com sua hospitalidade. As quatro estações do ano proporcionam verdadeiros espetáculos da natureza. O romantismo do outono, o aconchego da lareira, do vinho e das comidas no inverno, a alegria e o colorido das flores na primavera e a energia e as belas paisagem do verão fazem da cidade um lugar especial.

O roteiro Agroturismo de Gramado é composto por três roteiros distintos, sendo eles: Tour do Vale, O Quatrilho e Raízes Coloniais.

O percurso total é de, no mínimo, doze horas e possibilita a contemplação das belas paisagens naturais da Serra Gaúcha, bem como a vivência do processo de colonização, especialmente a italiana e alemã, bem como a história e o cenário do filme O Quatrilho.

O público-alvo, segundo percepção dos administradores do roteiro, é o turista nacional. Na maioria das vezes, são casais com idade acima de 35 anos e pessoas acima de 60 anos, e com uma renda média mensal aproximada acima de oito salários mínimos.

As vias são limpas e bem cuidadas, sem presença de lixos no centro da cidade. Na área rural, o recolhimento de lixo ocorre uma vez por semana, e ficam a aproximadamente 7 km a 10 km do centro da cidade.



Fonte: Talentos do Brasil Rural, 2012.

Há transporte coletivo interno no município, as paradas são temáticas e dispõem de livros para a leitura. Há vários pontos de táxi. O transporte denominado “Princesa” são ônibus disponibilizados pelas agências receptoras locais, que diariamente realizam os roteiros rurais de Gramado.



Fonte: Talentos do Brasil Rural, 2012.
Obs.: Ônibus denominado Princesa.

Como se trata de um roteiro em vias rural, necessitam de locais próprios para estacionamento, além de em muitos locais não haver acostamento, dificultando o acesso às propriedades rurais. De forma geral, percebe-se que os turistas sentem-se seguros nas visitas ao roteiro, pela tranquilidade que o meio rural proporciona.



Fonte: Talentos do Brasil Rural, 2012.

Foi observado que os empreendimentos, de modo geral, não estão aptos para a questão de acessibilidade. Apesar de receber grupos que necessitam deste

cuidado, apenas em alguns locais de acesso público há pequenas adaptações, em especial no centro da cidade. Diferentemente do município de Socorro (SP), que a questão da acessibilidade é prioritária, percebe-se que em Gramado está em processo para realizar tais adaptações, que exigem disponibilidade financeira elevada, especialmente para os empreendimentos rurais.



Fonte: Talentos do Brasil Rural, 2012.



Fonte: Talentos do Brasil Rural, 2012.

Parte considerável dos empreendimentos trabalha com apresentações artísticas, ou com atendimento padronizado, com ótima explicação da história; a temática e decoração apresenta fotografias de antepassados, móveis e utensílios antigos dos primeiros imigrantes; e a gastronomia local caracteriza a produção e valorização do ambiente natural.



Fonte: Talentos do Brasil Rural, 2012.



Fonte: Talentos do Brasil Rural, 2012.

Percebeu-se que, diferentemente de Alto Paraíso, por questões do contexto histórico, da própria descendente europeia, a personagem 5 (Gramado/RS) já tem o entendimento do turismo de forma diferente. Ela prepara os produtos para servir aos

turistas e também para venda utiliza-se a música italiana ao vivo para interagir e contar um pouco da história da propriedade e do roteiro como um todo. Eles recebem os turistas na cozinha ampla da casa, que está bem localizada. Atendem somente com reservas, pois é necessário preparar com antecedência o café colonial.

Durante a entrevista com a personagem 5 (Gramado/RS), foi relatado que por meio da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) do estado, recebeu um convite, junto com outros agricultores da região, para realizar um curso de turismo rural. Após o curso, começou a pensar na possibilidade de abrir sua propriedade para visitação e iniciou o processo de articulação com propriedades da vizinhança, contando também com a assistência do extensionista rural disponibilizado pela Ematur/RS, sendo este o início do roteiro rural.



Fonte: Talentos do Brasil Rural, 2012.

Como foi relatado anteriormente, a personagem 5 (Gramado/RS) e sua filha são as responsáveis por agendamentos do roteiro, além das tarefas diárias com os produtos. Atualmente tem repassado para outras famílias da região a produção de embutidos (salames, linguiças, entre outros), pois não tem mais tempo para produzir. Está restrita à produção de geleias e dos pães. Mesmo assim, acaba trabalhando quinze horas por dia, então fica sem tempo até para a própria família. Ressalta-se que não tem empregadas, todas as atividades domésticas também são de sua responsabilidade, está sobrecarregada, portanto.

A última entrevistada, a personagem 5 (Gramado/RS) é muito articulada, casada, mãe de três filhos e avó de cinco netos. Sua propriedade iniciou as atividades de turismo há aproximadamente doze anos.

Ela não trabalha na roça, no plantio e colheita de milho e frutas. Ela elabora os doces, os pães e alguns embutidos para vender aos turistas. Com a renda proveniente do turismo, disse que comprou uma casinha no litoral, um carro melhor, fez pequenas reformas na propriedade e ajuda uma neta estudiosa a pagar sua faculdade.



Fonte: Talentos do Brasil Rural, 2012.

Diferentemente dos outros dois roteiros, a pesquisadora não realizou o diagnóstico do TBR neste roteiro, a entrevista ocorreu por telefone, no dia 15 de fevereiro de 2013, com duração de uma hora. No entanto, a partir dos relatos dos técnicos que realizaram o diagnóstico e das imagens e gravações obtidas por eles, foi possível verificar seu papel diante do roteiro e da propriedade.

A personagem 5 (Gramado/RS) foi a responsável pelo agendamento das reservas do roteiro, com o auxílio de sua filha, que segundo ela ajuda com o computador e atende os telefonemas também.

Relata que gosta de receber os turistas em sua casa, faz os produtos, canta e dança. É descendente de italianos. Reclama que muitos turistas chegam sem horário marcado, e acabam não tendo tempo nem mesmo para realizar as refeições. Disse que o marido tem reclamado por não ter mais privacidade e tempo, pois estão

trabalhando muito e conseguem se ausentar apenas uma vez ao ano para viajar. Os filhos tomam conta da propriedade neste período. Por vezes, o marido tem pedido para eles deixarem de atender a público, mas ela diz que gosta e que já ficou muito envolvida, mas é muito cansativo.

4.4 PAPÉIS SOCIAIS DAS MULHERES NO TURISMO RURAL

Trataremos de desvelar como estão sendo reinventados os papéis das mulheres no espaço rural pela produção associada ao turismo nas famílias participantes dos roteiros do projeto TBR. Os impactos causados nas relações familiares a partir da mudança dos papéis das mulheres, especialmente vinculados à hospitalidade turística. Por último, buscaremos identificar as alterações de posições de poder e na autoestima das mulheres no espaço rural inseridas nos roteiros do projeto TBR.

Para atingir tais objetivos, serão analisadas as falas e representações observadas nas famílias pertencentes aos roteiros estudados, especialmente a percepção das mulheres para determinadas questões. Na perspectiva de entender como o turismo impacta diretamente o cotidiano e a vida da mulher no espaço rural, analisaremos este processo tendo como referência a divisão sexual do trabalho, a autoestima, o *habitus*, as relações de poder, o empoderamento e o papel social que revelará se há ou não protagonismo da mulher neste novo cenário, com a inclusão do turismo e sua produção associada.

No estudo apresentado, utilizou-se o conceito de gênero ora no sentido empírico, descrevendo uma relação, ora no sentido analítico, quando tentamos analisar de maneira minuciosa como e por que tais relações foram estabelecidas. É relevante informar que, durante o desenvolvimento da pesquisa, nem sempre conseguimos aprofundar como e por que determinado comportamento foi adotado, o que é limitante para abordagem analítica de gênero.

4.4.1 Contexto do trabalho da mulher no turismo rural

O histórico do trabalho feminino é extremamente diferente do trabalho masculino, especialmente durante a revolução industrial, no qual enquanto uma minoria de mulheres exercia atividades produtivas, outra maioria se dedicava ao cuidado do lar, ou seja, o trabalho reprodutivo ou doméstico (Yannoulas, 2008, p. 90-91).

De acordo com Yannoulas (2008), no decorrer da própria industrialização, a divisão sexual do trabalho ficou latente: o trabalho produtivo remunerado, público e masculino era fora de casa, enquanto o trabalho reprodutivo não remunerado, privado e feminino ficou restrito ao lar.

No Brasil, a partir da década de 1970, foi iniciado um momento favorável para a condição feminina, a partir das relações entre os movimentos feministas e o avanço acadêmico sobre estudos das mulheres. No final da década de 1960, por seu turno, o debate sobre o feminismo tinha como principal referência a esfera da produção, no entanto, vale ressaltar que, de acordo com Bruschini (1996), ocorreu de forma lenta a sensibilização para os fatores simbólicos ou culturais, necessários para entender e explicar a subordinação feminina, tanto quanto para a inserção das mulheres no espaço de reprodução familiar.

A ótica da produção permeará os estudos da primeira geração, os quais não compreendem a mulher e sua posição na sociedade, que é determinada também por meio do lugar que ocupa na família. Posteriormente, surgem novas pesquisas, que incluem discussões a respeito do trabalho doméstico, e outras que iniciam a articulação entre o espaço produtivo e a família, pois a mulher permeia as duas esferas, de forma harmoniosa ou por meio da sobreposição de uma em relação à outra.

No desdobramento dos estudos, foi construído o conceito de gênero. Segundo Bruschini (1992), gênero, como uma categoria analítica, é uma forma de se referir à organização social das relações entre os sexos. Em rejeição total ao determinismo biológico, que parte de explicações para a subordinação da mulher em sua capacidade procriativa, o gênero evidencia as qualidades fundamentalmente sociais das diferenciações pautadas no sexo.

Para Kergoat (1986), o movimento social impôs as categorias de sexo como variável social, abarcando a diversidade das duas ordens, produtiva e reprodutiva, alterando a concepção tradicionalista do conceito de trabalho. Desvelar o campo de produção/reprodução no mundo do trabalho é uma possibilidade de verificar as práticas sociais que comumente não são explicitadas.

Bruschini (1992) ressalta que gênero é uma categoria relacional, que define homens e mulheres uns em relação aos outros. Para Suárez (2000), é um conceito de grande utilidade para delimitação de objetos de pesquisa e análise das mais diversas situações sociais, além da palavra *gênero* ser erroneamente utilizada como sinônimo de mulher.

Para entender as relações de poder, faz-se necessário primeiramente compreender gênero. Conforme Scott (1989), para definição de gênero, tem-se de compreender a conexão integral de duas preposições. A primeira refere-se a gênero como um elemento constituído de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos. A segunda, por sua vez, concebe gênero como uma forma primeira de significar as relações de poder (*op. cit.*, p. 16).

A categoria gênero, para sua conceituação, exigiria um rico debate a partir dos estudos feministas, e, posteriormente, na própria academia. Para a dissertação em desenvolvimento, não seria possível. Entretanto, é imprescindível definir sobre qual conceito me refiro neste estudo. Scott (*apud* Lopes, 1996) conceitua gênero como categoria analítica que se assenta nas construções sociais e culturais das diferenças sexuais. Ao permitir abarcar o processo de produção de conhecimentos, ao considerar a historicidade de valores e crenças que permeiam o ser homem e o ser mulher. Dessa maneira, o mundo do trabalho também é reflexo das determinações sociais e culturais, conforme se apresenta a seguir.

Na denominada sociedade pós-industrial, o trabalho das mulheres tem importância no aspecto formal e regulamentado. Conforme dados PNAD (IBGE, 1999), entre 1985 e 1995, ingressaram no mercado de trabalho do Brasil 12 milhões de novas mulheres, cujo perfil é muito diferente da década de 1970 – que apresentava mulheres jovens, solteiras e sem filhos, e segundo Guimarães (2001) “(...) Hoje ela é mais velha, casada e mãe. (Guimarães, 2001, p. 89).

No cenário agrícola nacional, a partir da importância das pequenas propriedades e da inserção do turismo nestes territórios, não apenas como gerador de emprego e renda, e sim responsável por alterações socioculturais, esta

dissertação elege o enfoque de gênero com o intuito de analisar os papéis sociais da mulher, seu cotidiano, as novas formas de relacionamento humano, seja com ela mesma, com filhos, vizinhas, ou companheiros, após a inclusão do programa de produção associada ao turismo, reconhecendo as diferentes e múltiplas ocupações do meio rural.

Normalmente, quando agricultoras, as mulheres participam de quase todas as etapas do processo produtivo dentro do empreendimento familiar, e após o turismo, como estão divididas as tarefas, sejam domésticas ou não? Como é sua percepção em relação ao seu companheiro, com seu novo trabalho de atender turistas? O tempo, o dinheiro, as decisões? Portanto, o objetivo principal deste estudo é apresentar os impactos socioculturais causados no seu papel social e demonstrar a importância da mulher no espaço rural no desenvolvimento do turismo.

Conforme afirma Bourdieu (1995) sobre a posição das mulheres na sociedade, a dominação masculina é resultado daquilo que define como violência simbólica, como o conhecimento e a comunicação, que, por vezes, não é perceptível para suas vítimas.

A socialização, para Bourdieu (1995), ocorre por meio dos ensinamentos sobre formas de pensar, vestir, sentir, agir masculino e feminino, naturalizando, assim, a divisão sexual. Desta forma, a própria ordem social, a partir das vias simbólicas, reforça a dominação do masculino sobre o qual estão enraizadas a divisão social do trabalho e a estrutura do tempo e espaço, reservado às mulheres o espaço doméstico, o lar.

A estrutura familiar também sofreu alterações no meio rural, a partir da desconstrução dos papéis desempenhados por cada um de seus integrantes. Na agricultura, cabia à mulher manter a organização do lar e dos afazeres ligados ao cuidado com filhos e com animais, entre outros, sem qualquer tipo de remuneração financeira. As tarefas, compreendidas como próprias do sexo feminino distinguem o papel social da mulher em relação ao do homem.

Quanto ao papel social da mulher em relação ao homem, tendo em vista os aspectos históricos nas primeiras etapas das sociedades, os recursos produtivos pertenciam igualmente às comunidades, os alimentos eram cozidos diariamente. A produção ocorria unicamente para consumo, para as necessidades de subsistência. Não havia sobras para trocas. A família como conhecemos na era moderna não existia, mas já havia distinção de gênero pela divisão das tarefas:

(...) em famílias comunitárias primitivas, que abrangiam numerosos casais e seus filhos, sua administração, que era confiada às mulheres, era tanto uma atividade pública socialmente necessária, quanto o fortalecimento de alimentos feitos pelos homens (Engels, 1891 *apud* Sacks, 1979, p. 187).

Segundo Engels (Engels, 1891, *apud* Sacks, 1979), a principal transformação da mulher, de membro igualitário da sociedade para esposa *subordinada*, inicia-se com a domesticação de animais de grande porte. Estes animais domésticos, por sua vez, eram considerados posse “privada”, o que significa dizer propriedade de um indivíduo, de uma família, onde os direitos de conduzi-lo cabe a um dos proprietários. Neste momento, se inicia o processo de apoderamento dos homens como “gestores” das propriedades.

A partir da domesticação de animais de pequeno porte, o homem estabelece relação de troca com as demais propriedades do entorno. Sendo assim, seu papel social se transforma: antes meramente atuante para subsistência, agora efetivamente gestor de trocas comerciais. A propriedade e tudo que compreende seus limites possuem um dono.

Engels (Engels, 1891, *apud* Sacks, 1979) coloca a subordinação da mulher a partir de um contexto materialista, afastando-a do domínio da natureza e incluindo-a no da história, e, como tal, capaz de uma prática política.

A mulher praticamente só passará a desempenhar atividades vinculadas ao lar e ao *auxílio/ajuda* de seu pai, de seu filho ou de seu marido. Dessa forma, a propriedade privada transformou as relações entre homens e mulheres dentro da família, pois as relações sociais sofreram alterações. A possibilidade de excedentes de bens para trocas e o avanço do capitalismo industrial deixou o trabalho da mulher para uso familiar.

Ainda no cenário rural, Butto (2010) indica que a economia rural sempre esteve vinculada à divisão sexual do trabalho. Aos homens, às atividades econômicas geram emprego, ocupação e renda; para as mulheres, as atividades associadas ao autoconsumo familiar, com pouca possibilidade de renda e salário.

De acordo com Bruschini (2006), no sistema econômico, o trabalho desenvolvido por mulheres aparece no aspecto formal e regulamentado, enquanto o trabalho informal, ou seja, as atividades do lar, o cuidado com os filhos, idosos e outras atividades, como lavar, passar e cozinhar, não são contabilizadas, permanecendo na gratuidade e invisibilidade.

É relevante compreender também que as famílias são diferentes, mesmo na contemporaneidade, sendo elas: família do assalariamento, centrada na reprodução dos indivíduos; família patrimonial, a produção e reprodução do patrimônio e das pessoas (Chaubaud e Fougeyrollas-Schwebel, 1986, p. 115-116).

Ao observar as famílias de agricultores, percebe-se que suas especificidades são ainda maiores, especialmente para as mulheres. No espaço rural, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD (IBGE, 2006), elas se aproximam de 15 milhões. Em grande parte, não têm acesso aos direitos básicos, como direitos previdenciários, saúde e educação, além de receberem remuneração inferior ao do sexo masculino Butto (2010).

O trabalho das mulheres no espaço rural é invisível, sendo caracterizado de complementar, de ajuda, de acessório (Beck *et al.*, 1983 *apud* Castro e Lavinias, 1992, p. 227-228). A possibilidade para desvelá-lo consiste em identificar os espaços sexuais dentro das próprias unidades, onde produção e reprodução permanecem integradas.

Segundo Carneiro (1981 *apud* Castro e Lavinias, 1992, p. 228), a subordinação da mulher na pequena produção do campo se deve a sua própria posição de subordinação na família, na qual sua participação na lavoura ocorre em momento de necessidade, sendo a roça prioridade sobre a casa, o trabalho feminino é julgado secundário em relação ao do homem.

Conforme se apresenta a seguir, o trabalho das mulheres no espaço rural não se resume às atividades domésticas:

(...) apoiando-se na experiência do colonato, onde o trabalho da mulher não se resumia às lides domésticas. Inexistiria o trabalho doméstico. Havia sim, o “trabalho para a gente”, carregado de um conteúdo sexista em virtude da submissão da mulher às decisões e controle (dominação patriarcal). A criação do trabalho doméstico, concomitante à generalização do assalariamento, redefine os papéis sexuais e segrega os espaços. Nesse processo, as mulheres são confinadas ao doméstico. E sua permanência maior ou menor na casa estaria muito mais ligada às necessidades de reprodução da família, degradadas pelo capitalismo, do que ao ciclo de vida familiar (Silva, 1985; 1987 *apud* Castro e Lavinias, 1992, p. 228).

Instalada a desigualdade, esta começou a ser percebida como um problema social. Por meio das mulheres organizadas em movimentos sociais, que se intensificaram na segunda metade do século XX, delineou-se o pensamento

feminista, provocando inúmeras inquietações na sociedade, entre as quais a exigência de igualdade de direitos entre homens e mulheres.

Segundo Bruschini (1996), no Brasil os estudos de gênero privilegiaram o tema trabalho, em virtude de a temática ser predominantemente embasada na teoria sociológica. É o tema de grande importância para o feminismo, que conceitua o trabalho como um potencial transformador.

No relatório elaborado para o Banco Mundial, Pena e Correia (2003) analisam a questão do gênero no Brasil, verificando tendências gerais de profundas mudanças nos papéis sociais; apontam o trabalho feminino como resultado de transformações demográficas, socioeconômicas, políticas e culturais que ocorreram durante as duas últimas décadas. Este processo tem suas raízes na década de 1950. Uma queda importante na fecundidade reduziu a taxa nacional de 6,2, em 1960, para 2,3, em 1999; e para 1,95, em 2011 segundo dados da PNAD 2011 (IBGE, 2012).

Essas mudanças apresentadas na pesquisa acima, embora tenham ocorrido especialmente nos centros urbanos e nas regiões mais desenvolvidas, afetaram também o campo. No espaço rural, os filhos são a força de trabalho, e a redução da fecundidade reduziu a quantidade de mão de obra disponível, cabendo às mulheres, além das tarefas reprodutiva e doméstica, a incorporação da força de trabalho assalariada. Outro aspecto é a própria saída dos filhos para os centros urbanos, em virtude de oportunidade de trabalho e/ou estudo.

De forma geral, sejam mulheres do campo, sejam urbanas, a inserção das mulheres no mercado de trabalho trouxe, segundo Küchemann (2008), também, o acúmulo de atribuições, pois elas trabalham nas tarefas do lar, consideradas sem potencial produtivo, ou delegam a outras mulheres tais atribuições. A esfera doméstica e reprodutiva continua em grande parte sendo tratada como responsabilidade feminina e dissociada da esfera produtiva. No contexto rural não é diferente, pois a mulher, mesmo trabalhando na produção agropecuária e/ou no turismo, não deixa suas atribuições de “cuidado”.

Ainda segundo Küchemann (2008), entre os fatores que contribuíram para inserção da atividade feminina extradomiciliar, estão o aumento no nível de escolaridade, a mudança no padrão de reprodução biológica, além de incremento no nível de industrialização e de urbanização, fatores que geraram demanda por mão de obra, absorvendo novos trabalhadores na força de trabalho, em especial as

mulheres. No entanto, não sem continuar acentuando a desigualdade entre homens e mulheres no mundo do trabalho.

Para Küchemann (2008), no limiar do século XXI, o Brasil revela o seguinte diagnóstico para mulher no mundo do trabalho: a taxa de participação das mulheres continua inferior; há forte segregação ocupacional (segmentos menos valorizados, baixos salários e condições precárias, especialmente nos denominados redutos femininos); forte presença no mercado informal; diferenciação de renda das mulheres em comparação aos homens, mesmo apresentando maior escolaridade; maior desemprego; sobrecarga de trabalho, entre outros (Küchemann, 2008, p. 71-87).

O turismo e sua produção associada, como uso do território rural, apresentam-se como uma ferramenta importante para inclusão da mulher no mercado de trabalho, oferecendo ocupações ligadas à culinária, ao artesanato e à hospedagem em geral. O turismo, adotado como ferramenta de desenvolvimento, passa a ser, no entanto, fator influenciador das relações de gênero no meio rural.

Com a expansão das atividades turísticas nas propriedades rurais e a inclusão da mão de obra feminina, a mulher transforma-se em protagonista de um cenário no qual sempre havia sido coadjuvante, ou seja, inicia-se uma nova construção de sua identidade, observando-se alterações significativas na relação entre homem e mulher. Alterações como aquisição de produtos antes não imaginados, reconhecimento por parte de marido e filhos das atividades desenvolvidas, novas relações com sua vizinhança, entre outras.

No turismo rural, se destaca o atendimento ao turista, que desperta também nessas mulheres o cuidado com sua aparência, causando impactos ainda desconhecidos, que são desvelados por meio dos relatos e das observações das personagens dos três roteiros turísticos analisados.

De forma geral, a visão dos impactos do turismo são comumente entendidos como transformações positivas pelo programa de produção associada, no entanto, nosso interesse foi ir além dos dados estatísticos, na tentativa de apreender os impactos socioculturais, que por vezes não estão expressos em indicadores quantitativos como os utilizados para medir a ocupação de mão de obra.

A possibilidade de inserção da mulher nesse mercado deve-se, entre outros fatores, ao fato de a atividade turística não exigir uma formação específica dos empreendedores. Como os aspectos socioculturais transcendem a questão de

inserção no mercado de trabalho, não deixamos de analisar este componente, para compreender a importância das mulheres no desenvolvimento do turismo, especialmente na agricultura familiar.

Na perspectiva dos impactos sociais, culturais e econômicos, no qual gênero é transversal, faz-se relevante aprofundar os debates e as reflexões a respeito de como foi estabelecida a apropriação do turismo no uso do espaço rural, especialmente para as mulheres no espaço rural.

É importante entender que as diferenças existentes nas inter-relações entre homens e mulheres, mesmo que inscritas a partir do biológico, são derivadas de construções de valores e representações culturais e sociais que condicionam seus comportamentos e suas experiências.

Cabe aqui, a relevância do conceito de Trabalho Decente adotado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 1999, cujo objetivo é garantir que todas as pessoas tenham possibilidades de acesso ao emprego produtivo, em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade.

Neste momento, nós faz indagar a respeito das nossas personagens, após a inserção das práticas turísticas, elas estão inclusas em um Trabalho Decente?. Um trabalho que permita remuneração adequada, seu exercício em condições de liberdade, equidade, e segurança. Dessa forma, proporciona a manutenção de necessidades pessoas e familiares de alimentação, educação, moradia, saúde e segurança. Por consequência, garanta os direitos fundamentais de proteção social, até sua aposentadoria.

4.5 ANÁLISE DAS EVIDÊNCIAS DAS ENTREVISTAS DOS TRÊS ROTEIROS A PARTIR DAS CATEGORIAS DE ANÁLISE

O quadro 1 resume o perfil das entrevistadas pertencentes aos três roteiros.

QUADRO 1
Perfil das mulheres entrevistadas

Nome	Idade	Localidade	Escolaridade	Situação conjugal	Quantos filhos	Horas de trabalho por dia
Personagem 1	72	Alto Paraíso/GO	1º grau	Viúva	9	12 horas
Personagem 2	49	Socorro/SP	4º série	Casada	2	10 horas
Personagem 3	70	Socorro/SP	3º grau	Casada	3	12 horas
Personagem 4	24	Socorro/SP	Pós-graduada	Solteira	0	8 horas no mínimo
Personagem 5	69	Gramado/RS	2º grau	Casada	3	15 horas

Elaboração da autora.

Na análise das falas, evidenciam-se os diversos papéis desempenhados pelas mulheres, e a quase que exclusividade das atividades domésticas como função ou atribuição da mulher campesina.

Ao questionar as personagens sobre a possibilidade de colocar alguém para trabalhar na sua casa, obtivemos os seguintes relatos:

Dava mais importância ao comércio, adiantar almoço, fechar o comércio, acaba atrasando. Tem coisas que deveria fazer e acaba não fazendo (Personagem 4 – Socorro/SP). Já tem uma pessoa arrumando há três anos. Uma pessoa que cuida da casa é tudo. (Personagem 2 – Socorro/SP). Quando vêm grandes grupos chama as netas e filhas (Personagem 1 – Alto Paraíso/GO). Quando eu preciso mesmo arrumo alguém. Eu faço sozinha, eu tenho uma sobrinha que ajuda como diarista (Personagem 5 – Gramado/RS). Preciso de ajuda nas tarefas. Tenho consciência das questões financeiras e trabalhistas (Personagem 3 – Socorro/SP).

O trabalho doméstico ainda hoje é percebido como responsabilidade da mulher, independentemente se ela exerce outro tipo de atividade remunerada ou não. Para as nossas entrevistas, são de sua responsabilidade os afazeres domésticos, e quando não conseguem executá-los, em função de outros papéis que necessitam desempenhar, acabam delegando-os a outra mulher. Tanto no espaço rural como no espaço urbano, recorre-se às mulheres próximas, na própria família ou na vizinhança.

Recorro a Scott (1989) para refletir sobre essa citação, pois ela declara que as relações sociais são baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos. Assim sendo, o arcabouço histórico e cultural de cada família e sociedade determinam estereótipos naturalizados para desempenho de papéis delegados a homens e mulheres. Cabe neste momento retomar também o recorte espacial de onde falam nossas personagens, que possuem diferenças.

Na fala da personagem 1 (Alto Paraíso/GO), que está situada em na área rural de Alto Paraíso, fica evidente que a esfera doméstica vincula-se à mulher, e caso não consiga sozinha realizar todas as tarefas necessárias, irá recorrer à outra mulher para realizá-las. Com o advento do turismo à propriedade rural, as atividades que por ventura tenham relação com o universo doméstico, dito da mulher – a cozinha, o cuidado em receber os visitantes, por exemplo –, continuam sob sua responsabilidade. Assim sendo, o turismo nas propriedades rurais, especialmente as atividades vinculadas à culinária, à produção (doces, pães, artesanato) e à recepção dos visitantes são atividades envoltas no estereótipo feminino.

Retomo Hirata (2002) para a apreensão da problemática do trabalho, que não é apenas o profissional, mas também o doméstico; não apenas o assalariado e formal, mas também o não assalariado, não mercantil, não remunerado, informal. Assim sendo, não é possível compreender a dinâmica do trabalho sem considerar a esfera doméstica, que continuam como atribuições exclusivas das mulheres.

Hirata (2002) destaca ainda que está implícita nesse contexto a divisão sexual do poder e do saber. Na análise das falas das personagens apresentadas neste capítulo percebe-se claramente que ao conhecer outras possibilidades de atuação profissional, com a prática turística iniciou um processo de empoderamento das mulheres no espaço rural, pois, além de melhorarem a forma como recebem os turistas, necessitaram aprender a falar melhor, para atender um telefonema com mais desenvoltura; conhecer um pouco de tecnologia, para manejar com mais segurança um computador, especialmente as mensagens de texto; melhorar sua relação com o dinheiro, para potencializar a negociação com turistas e fornecedores, entre outros aspectos, que são desafios impostos e superados por algumas de nossas personagens.

Ainda na esfera do trabalho doméstico, indagou-se se as personagens consideram os afazeres delas como dona de casa um trabalho, e obtivemos os seguintes depoimentos:

Não. Você não ganha dinheiro limpando casa (Personagem 4 – Socorro/SP). Sim. Como outro qualquer, muito importante. (Personagem 3 – Socorro/SP) Sim. Embora as pessoas não deem valor, é de muita responsabilidade, cozinhar, lavar e passar (Personagem 2 – Socorro/SP). Sim. Considero. Trabalho é nisso né. Não tem outra. Que nem diz o outro, agente trabalhar doméstica se é que não tem estudo. Tem que ser doméstica mesmo. Eu considero uma doméstica boa, eu sei fazer tudo

(Personagem 1 – Alto Paraíso/GO). Sim. Faço tudo, tudo que se refere a trabalho doméstico (Personagem 5 – Gramado/RS).

No decorrer das entrevistas, quase todas consideraram importante manter suas obrigações domésticas. Apenas a personagem 4 (Socorro/SP), a mais jovem, disse que não deveria ser remunerada para fazer o trabalho de casa.

Ao analisar o contexto da personagem 4 (Socorro/SP), a questão fica mais evidente, pois grande parte das atribuições domésticas ainda são executadas por sua mãe, assim sendo, apesar de ajudar quando necessário, internalizou que são atribuições da mulher, que, por sua vez, não devem ser remuneradas. Já as demais personagens, apesar de parecer naturalizada a questão, entendem que as atividades domésticas demandam tempo e esforço, e por isso deveriam ser remuneradas, para valorizar o árduo trabalho desempenhado, haja vista que atualmente, quando é preciso, pagam para outras mulheres da família ou fora dela para realizá-las.

Ainda a respeito das atividades domésticas, agora se aborda a colaboração de meninos e meninas. Como a personagem 4 (Socorro/SP) é solteira, ela é quem ajuda a mãe nas atividades, e os dois irmãos fazem muito pouco. A personagem 2 (Socorro/SP) tem dois meninos, e disse que eles nunca precisaram ajudar em tais atividades. Para a personagem 1 (Alto Paraíso/GO), as meninas ajudam nas tarefas mais leves, e o trabalho pesado é dos meninos. Na casa da personagem 3 (Socorro/SP), os meninos são mais “folgados” que as meninas. Para a personagem 5 (Gramado/RS), tanto o filho como as filhas sempre ajudaram nas atividades da casa.

Ainda na tentativa de entender a extensão da esfera doméstica, que por vezes vincula-se com o turismo, questiona-se que tipo de trabalho elas realizavam – lavar, limpar, arrumar, cozinhar e servir. A seguir, as falas:

Tudo que precisar eu faço (Personagem 4 – Socorro/SP). Tudo (Personagem 3 – Socorro/SP). Faz, cuida da roupa, limpa a casa, vai e volta, um pouco de cada coisa, cozinha (Personagem 2 – Socorro/SP). Tudo (Personagem 1 – Alto Paraíso/GO). Tudo, alimentação, geleia, para nos da família e para os turistas. Alguns dos produtos ainda conseguem fazer (queijo e linguiça) compra de outras pessoas da família, fica sobrecarregada (Personagem 5 – Gramado/RS).

Retomo Bourdieu (1995) para tratar de *habitus*, que são disposições adquiridas e socialmente construídas, por meio de comportamentos e práticas ao

longo da trajetória do indivíduo. Os afazeres domésticos, desde a infância da menina, são atividades que permeiam sua rotina. De acordo com Beauvoir (1980), na esfera do lar, as obrigações são predeterminadas, e a menina, além das atividades domésticas, também auxilia a matriarca no cuidado dos irmãos. Assim sendo, desde sua construção como sujeito, o papel do cuidado, seja com as obrigações da casa, das crianças e do próprio marido, vincula-se ao feminino e à mulher; por meio do *habitus*, reproduz seu papel, e quando não o faz, sente-se culpada, pois é o que a sociedade, a família ou os “outros”, a comunidade e as demais mulheres esperam dela.

Ainda a respeito das relações de trabalho, as personagens relataram suas atividades antes da inserção do turismo na propriedade. A personagem 4 (Socorro/SP) auxiliava o pai na produção de cana-de-açúcar destinada à confecção da cachaça, a ser comercializada a granel em bares. Na mesma época, trabalhou também em comércio, na cidade, e estagiou.

Entre as entrevistadas, temos duas docentes: a personagem 3 (Socorro/SP), que lecionava história, e a personagem 5 (Gramado/RS), professora do primário. A personagem 2 (Socorro/SP) era faxineira (diarista) antes de a família abrir o laticínio, e a personagem 1 (Alto Paraíso/GO) trabalhava na roça, plantando e fazendo de tudo um pouco.

A divisão sexual do trabalho em uma propriedade rural e familiar já se estabelece de forma diferenciada, especialmente para atuação da mulher, que historicamente foi condicionada a permanecer na esfera privada, na casa, no lar, no cuidado com filhos e marido, dos afazeres de responsabilidade de mulher. No entanto, sabe-se que no espaço rural o cultivo de plantações e animais de pequeno porte também são atividades da mulher, normalmente consideradas como auxiliar.

Diante disso, buscou-se entender a divisão das responsabilidades nas propriedades com a inserção do turismo, e algumas surpresas foram evidenciadas, como:

A personagem 4 (Socorro/SP) relata que ela é a responsável por atender na loja e precificar. Junto com o pai, cuida também da produção. Sob a responsabilidade de sua mãe está a produção de licor e embalagens e o atendimento das demandas por telefone.

Na esfera da personagem 3 (Socorro/SP), está sob sua responsabilidade fazer os cursos oferecidos pela prefeitura e pela Emater; participar das reuniões do

Núcleo de Turismo Rural da Associação Comercial do Município; viajar para feiras e eventos divulgando o roteiro; além de receber os turistas em sua propriedade e preparar um maravilhoso café da manhã, organizar os quartos para os hóspedes, atender ligações e fechar reservas, entre outras atividades na propriedade. O marido participa do Núcleo de Apicultura da Associação Comercial do Município e do Conselho Municipal da Zona Rural Micro Bacias, e repassa orientações para o filho quanto às necessidades na propriedade. Apesar da idade e das condições físicas de saúde, percorre a propriedade toda, a pé, com seu cachorro. O filho é casado e não mora da propriedade, no entanto, está sob sua responsabilidade os cuidados e a orientação do funcionário a respeito das plantações, dos animais e das compras em geral. A filha, também casada, reside no centro da cidade e auxilia a mãe sempre que necessário, e pretende continuar e ampliar o atendimento para turistas na propriedade.

Para a personagem 2 (Socorro/SP), o atendimento aos turistas encontra-se sob sua exclusiva responsabilidade. A administração do laticínio está sob a responsabilidade do filho mais velho e a gerência de produção ficou como atribuição do filho mais novo. O marido cuida dos animais da propriedade e da prospecção de leite na região, pois a produção somente com os animais da propriedade não é suficiente.

Na propriedade da personagem 1 (Alto Paraíso/GO), quando há reserva de grupos, ela, junto com uma neta e uma nora, organiza a comida e os alojamentos. O filho não se envolve com os turistas, cuida do plantio, da colheita e das entregas.

Na propriedade da personagem 5 (Gramado/RS), o marido trabalha no plantio, na colheita e canta músicas italianas para recepcionar os turistas. Ela e sua filha cuidam do agendamento dos turistas. Ela produz as geleias, os doces e os sucos para vender aos turistas. A cada grupo que recebe, oferece cucas, saídas direto do forno.

Conforme apresentado acima, todas são responsáveis pela hospitalidade turística, pelo cuidado em receber o turista. Como são propriedades rurais de agricultura familiar, não têm muitos funcionários de fora da própria estrutura familiar. Entre as entrevistadas, exceto a agroindústria de laticínio, que possui alguns funcionários, os demais contratam mão de obra temporária ou têm um ou dois funcionários para fazer de tudo na propriedade.

De forma geral, as atividades são bem divididas nas propriedades, e algumas necessitam trabalhar nas plantações e colheitas, no cuidado das hortas e animais domésticos. No entanto, o atendimento, a organização de alimentação e os cuidados com a propriedade, no que tange recepcionar o turista, são quase exclusivos das mulheres. Quanto à esfera doméstica, as atribuições continuam com as mulheres, ou delegando a outras, ou fazendo elas próprias. Assim sendo, acabam por sobrecarregá-las, e a questão do tempo torna-se central na análise.

Apesar das tarefas domésticas historicamente serem destinadas às mulheres, durante as entrevistas foi possível observar que filhos (homens) e maridos auxiliam em algumas tarefas de forma eventual, mas não poderemos dizer que há uma inversão de papéis socialmente naturalizados. Nos relatos, fica evidente que para as meninas as tarefas domésticas são desde cedo uma obrigação quase que natural, isto não se alterou com a inserção do turismo associado à agricultura familiar.

Destaca-se que, exceto a personagem 1 (Alto Paraíso/GO) – que se encontra em uma região bastante fragilizada, com índices de pobreza elevados – as personagens encontram-se em regiões em que o poder público tem investido e estimulado o fomento de empreendimentos particulares no intuito de desenvolver as regiões. Especialmente os territórios rurais, oferecendo cursos e ações de sensibilização para melhorar o atendimento dos turistas na propriedade, o que tem surtido efeitos significativos, como podemos observar no roteiro da região Sul, hoje referência para o Brasil, e o roteiro da região Sudeste, que se apresenta em plena estruturação e certamente será um destaque nos próximos anos.

Para compreender a mudança no cotidiano dessas mulheres, questionamos as alterações no dia a dia depois de fazerem parte das práticas turísticas, as respostas são surpreendentes, conforme transcritas a seguir:

Reconhecimento da gente no município (Personagem 4 – Socorro/SP). Virou de ponta cabeça (Personagem 3 – Socorro/SP). Pra mim é uma terapia. Você conhece pessoas. Você conversa. Você não vê passar o dia. É gratificante, a pessoa sai satisfeita com o produto é muito importante (Personagem 2 – Socorro/SP). Mudou muita coisa, se quiserem sair de casa não pode. Às vezes pedem um almoço ou para fazer um café (Personagem 1 – Alto Paraíso/GO). Eu to mais preza em casa, eu trabalhava na escola, ia para igreja, atende telefone, pois é responsável pelo roteiro todo, mas, eu gosto fico mais em casa. (Personagem 5 – Gramado/RS).

Apesar das mudanças no dia a dia dessas mulheres, e certo entusiasmo durante as entrevistas em relação aos possíveis benefícios econômicos do turismo na propriedade, observa-se nas falas a desestruturação da rotina com a chegada dos turistas.

A falta de tempo é citação recorrente, em contraponto sente-se reconhecida perante a comunidade.

Durante as entrevistas ficou evidente que suas vidas estão plenamente voltadas ao trabalho, e este, por sua vez, geralmente é excessivo, e ao oferecer sua propriedade para o lazer dos outros, acaba por subtrair seu próprio lazer. Relevante também a duração da jornada de trabalho diárias dessas mulheres, que em média não dura menos de 11 horas por dia.

A percepção deste novo trabalho de atender turistas pela mãe ou esposa é visto pelos filhos e maridos e também é motivo de análise:

Segundo a personagem 4 (Socorro/SP):

Noivo não tem nenhuma restrição (Personagem 4 – Socorro/SP).

Para a personagem 3 (Socorro/SP), ela argumenta que realiza viagens e o marido e os filhos incentivam:

Eu viajo até para as feiras (Personagem 3 – Socorro/SP).

Já a personagem 2 (Socorro/SP), durante a entrevista, mostrou-se ser muito tímida, e relatou que tinha vergonha de conversar com as pessoas, não estudou, tinha medo de errar nas contas e eles (filhos e marido) cobraram que ela tivesse uma postura diferente:

Eles gostam e cobram muito de mim (Personagem 2 – Socorro/SP).

No universo da personagem 5 (Gramado/RS), diante do tempo de desenvolvimento do turismo na sua região e do número alto de visitantes, a fala foi a seguinte:

Eles gostam muito, meu marido já ta enjoando sai fora, eu não. Ai os turistas chegam... pode continuar ele fica faceiro ele mesmo gostaria de continuar (Personagem 5 – Gramado/RS).

No que tange à personagem 1 (Alto Paraíso/GO):

Eles gostam... é melhor que trabalhar de roça, eles ajudam (Alto Paraíso/GO).

Busca-se Coopersmith (1967) para compreensão da autoestima como uma construção a partir do encontro com o outro, e das trocas estabelecidas, que por sua vez auxiliam na avaliação individual que o sujeito realiza de si mesmo, e a forma como se sente. Nas falas descritas, foi possível verificar que o reconhecimento do outro a respeito do indivíduo é de extrema importância no contexto dessas mulheres. Evidencia-se que, com o turismo, sua participação não se restringe apenas à esfera doméstica ou a um trabalho remunerado, ela é a personagem central, é quem atende o público externo, e este papel de sujeito da ação altera sua percepção de si mesma e de seus pares ao seu respeito.

Nas entrevistas, ficaram latentes as transformações, seja pela forma segura de conversar e de valorizar o trabalho que realiza, seja pela perspectiva do outro, que incentiva o seu trabalho, das novas oportunidades oferecidas, que resultam no empoderamento dessas mulheres, seja pela participação ativa em reuniões, viagens, cursos, pelas decisões que ora têm de tomar na propriedade no que tange ao turismo.

Entre as decisões e ações de destaque na propriedade, está a negociação com fornecedores e a venda da produção. E os relatos mostram participação efetiva, exceto da personagem 3 (Socorro/SP), que atribui tal função ao marido e ao filho, e a personagem 2 (Socorro/SP), que relata ter dois vendedores e os dois filhos cuidam dos contatos com fornecedores; a personagem 4 (Socorro/SP) faz tal função sozinha; a personagem 1 (Alto Paraíso/GO) faz negociação e os filhos entregam e a personagem 5 (Gramado/RS) divide a comercialização com o marido e os filhos.

O processo econômico de comercialização, uma alteração significativa na participação da mulher em setores da propriedade que até então eram quase exclusivos do universo masculino, e apesar de duas personagens não colaborarem com tais atividades de forma direta, destaca-se que elas possuem muitas atribuições, como o atendimento aos turistas: as reservas e todo o envolvimento na hospitalidade, assim justifica-se também a ausência de sua participação. No entanto, vale recorrer a Foucault (1999) para compreender como as relações de poder são dinâmicas e possibilitam aos indivíduos o direito de tomar decisões, e exercer sua

liberdade, de forma consciente ou até mesmo inconsciente diante dos novos papéis a exercerem.

A articulação com mundo externo, bem como da família e casa, o poder de persuasão, do diálogo, são essenciais para venda da produção e negociação com fornecedores, assim sendo, a participação dessas mulheres é o exercício de seu empoderamento, e sua participação efetiva nas tomadas de decisão e de sua liberdade como ser social ampliam-se no espaço das práticas turísticas sem dúvida.

Para que haja continuidade da agricultura familiar nas propriedades das personagens entrevistadas, abordou-se a questão se elas gostariam que os filhos fossem agricultores, conforme relatos a seguir.

A personagem 3 (Socorro/SP) relata que gostaria que os filhos unissem as atividades agrícolas com o turismo; já a personagem 2 (Socorro/SP) informa que a construção do laticínio foi destinada aos filhos e aos netos; a personagem 1 (Alto Paraíso/GO) fala que gostaria que os filhos homens continuassem, pois eles não estudaram para ter outra profissão; a personagem 5 (Gramado/RS) relata que gostaria que os filhos tocassem o negócio da mesma forma que realizam hoje produção voltada para turistas.

Retomo a categoria empoderamento, na busca de apreender itens como participação comunitária, ampliação da cidadania, liderança, valorização diante dos seus pares, especialmente “as vizinhas”, e a relação com visitantes por meio do atendimento.

Na fala da personagem 4 (Socorro/SP), a respeito da percepção das vizinhas sob sua participação no turismo, diz:

Gostam, indicam. É bom para o bairro, hotel fazenda, pesqueiro, empório nova vida (Personagem 4 – Socorro/SP).

Ela faz referência aos estabelecimentos comerciais próximos de sua propriedade e percebe por meio das vizinhas uma reação positiva a atuação no turismo.

A fala da personagem 3 (Socorro/SP) é a seguinte:

Pegou como catapora (Personagem 3 – Socorro/SP).

Refere-se as outras fazendas centenárias da região, que estavam fechadas, e algumas sem produção, e agora se encontram em reforma para receber turistas, copiando a ideia de sua propriedade, que, à época da entrevista, iniciava o turismo de forma mais organizada.

Já a personagem 2 (Socorro/SP) diz:

Elas gostam, mudei bastante, tá mais falante, indicam o laticínio (Personagem 2 – Socorro/SP).

A sua percepção por meio de suas vizinhas é de valoração positiva, e até as mudanças em seu modo de agir; agora mais falante, mostra que o contanto com o outro, no caso, os turistas e/ou clientes em geral, produzem alterações no comportamento de nossas personagens.

A personagem 2 (Socorro/SP) diz também: “Acham muito bom”, na região rural, o movimento é pequeno, então os visitantes são percebidos de forma positiva.

E por fim a personagem 5 (Gramado/RS) relata:

Acham muito bom, geralmente agente se da bem com todo mundo (Personagem 5 – Gramado/RS).

No roteiro há boa integração com as demais propriedades rurais, pois, mesmo as que não recebem visita direta dos turistas, estão presente por meio dos produtos produzidos, e a renda da região aumentou muito; antes tinham, segundo nossa personagem 5 (Gramado/RS), uma visão ruim, que o turismo deixava tudo oneroso na cidade, mas agora a percepção também foi modificada.

Os relatos evidenciam que a participação delas no turismo é vista de forma positiva e como algo bom para a comunidade. O relato que chamou atenção é da personagem 2 (Socorro/SP), que era muito tímida antes de começar a atender ao público. Como já se relatou, foi faxineira e sua vida mudou muito com o comércio voltado para atender turistas.

No intuito de entender a participação de nossas personagens na comunidade, abordou-se a participação em diferentes tipos de arranjos. No quadro a seguir, descreveram-se as personagens e a natureza da participação. Vale dizer que todas participam de associações comunitárias voltadas para agricultores. Dentre as personagens que participam de sindicatos, temos 1 (Alto Paraíso/GO), 2

(Socorro/SP), 3 (Socorro/SP), 5 (Gramado/RS); já em cooperativas, apenas as personagens 3 (Socorro/SP) e 5 (Gramado/RS); e em associações vinculadas à religião, apenas as personagens 3 (Socorro/SP) e 4 (Socorro/SP).

QUADRO 2
Participação das mulheres na comunidade

Nome	Participação na comunidade
Personagem 1 (Alto Paraíso/GO)	Associação comunitária de produtos e/ou agricultores Sindicato de trabalhadoras
Personagem 2 (Socorro/SP)	Associação comunitária de produtos e/ou agricultores Sindicato de trabalhadoras Outros tipos de entidade (especificar) Centro de idosos, auxílio a Apae e orfanato Dom Bosco
Personagem 3 (Socorro/SP)	Associação comunitária de produtos e/ou agricultores Cooperativas Sindicato de trabalhadoras Associação vinculada a igreja (pastoral, canto etc.) Clube de futebol, bocha etc., ligado ao lazer
Personagem 4 (Socorro/SP)	Associação comunitária de produtos e/ou agricultores Associação vinculada a igreja (pastoral, canto etc.)
Personagem 5 (Gramado/RS)	Associação comunitária de produtos e/ou agricultores – Os filhos Cooperativas – Várias Sindicato de trabalhadoras

Elaboração da autora.

No âmbito da produção agrícola de cada empreendimento de agricultura familiar, os itens produzidos são diversificados. Na propriedade da personagem 4 (Socorro/SP), temos derivados da cana-de-açúcar: cachaça, melado, rapadura, açúcar mascavo e licor. Já na propriedade da personagem 3 (Socorro/SP), temos avicultura, piscicultura, ovinocultura, gado e laranja – aqui vale destacar que o bolo de laranja oferecido aos hóspedes tem cor e sabor sem igual, produzido pelas mãos da nossa personagem.

Na agroindústria da personagem 2 (Socorro/SP), temos os derivados do leite, as compotas, os queijos, os iogurtes, entre tantas maravilhas para o paladar dos turistas e de todos que passam pela loja da propriedade. No empreendimento da

personagem 1 (Alto Paraíso/GO), há produção de leite, mandioca e açúcar, além dos doces e biscoitos. No estabelecimento da personagem 5 (Gramado/RS), são produzidos queijos, salames, cucas, grostoli, geleias, café, manteiga, biscoitos, mel, entre outros itens.

Na tentativa de compreender a concepção de turismo entre as nossas personagens, abordou-se a principal razão que levou os membros da família a trabalharem no turismo. A personagem 4 (Socorro/SP) refere-se, por exemplo, ao aumento de turismo na cidade, dos hotéis. Assim organizaram um espaço para atender o público. Já a personagem 3 (Socorro/SP) remete ao filho, que percebeu na tulha e nas casas dos colonos, possibilidade para realizar eventos, com jantares, modas de viola. Durante nossas visitas, as casas estavam em reforma para servir de hospedagem na propriedade.

A personagem 2 (Socorro/SP) relata que foram os gerentes de hotéis, a partir dos turistas, que solicitavam abertura da propriedade para visita e venda dos produtos de forma direta. A personagem 1 (Alto Paraíso/GO) foi estimulada por um empresário do receptivo de turismo local, que necessitava de base de acampamento para atender seus grupos na região, investindo R\$ 10 mil para infraestrutura da propriedade. A personagem 5 (Gramado/RS) contou que o turismo na propriedade surgiu quando ela estava prestes a se aposentar, a partir da visita de um extensionista da Emater, e da participação em um curso de turismo rural.

A produção associada do turismo, a partir do conceito adotado pelo MTur (Brasil, 2011a), inclui produtos e processos produtivos tangíveis e intangíveis, além do próprio cotidiano das famílias rurais, e a natureza, como atrativos para os visitantes.

A forma artesanal de produção nas propriedades visitadas em parte considerável está sob responsabilidade das mulheres, bem como a estruturação das manifestações culturais voltadas para os turistas.

A personagem 3 (Socorro/SP) é quem recepciona e acompanha os visitantes contando a história da propriedade. Como foi professora de história, a partir das peças centenárias encontradas na fazenda, reconstrói um pouco da vida dos antepassados, das dificuldades para transportar os alimentos por meio das mulas, da participação das mulheres. Catalogou as peças e expõe na tulha da propriedade, que, à época era utilizada para secar o café, mas atualmente o espaço é utilizado para eventos.

No alambique da personagem 4 (Socorro/SP), é possível fazer uma visita aos canaviais e conhecer parte do processo de produção da cachaça e dos derivados da cana. No momento do diagnóstico do TBR, a propriedade necessitava de melhorias de infraestrutura, no entanto, tem potencial e produtos diversificados.

No laticínio da personagem 2 (Socorro/SP), apesar da visitação à produção não ser permitida, por questões de higiene, ela conta que vendiam leite e queijo na porta da cozinha de sua casa, mas com o passar do tempo, a procura foi tornando-se cada vez maior, e, por sugestão dos hoteleiros da região, que oferecem os produtos da propriedade no café da manhã dos hóspedes, resolveram abrir um lojinha em frente à propriedade, e o espaço da produção foi ampliado e modernizado também, e a loja de venda direta aos consumidores não para de crescer. Além de planos para que os visitantes possam assistir o processo de produção a partir de paredes de vidro, como já ocorre em outras propriedades rurais da região.

A música italiana típica é a recepção dos turistas na propriedade da personagem 5 (Gramado/RS). Parte da produção artesanal que oferece aos turistas é realizado por ela, contudo, em função da grande procura, não apenas no consumo durante a visita na propriedade mas para levar como produtos, teve de dividir a produção de embutidos com colonos vizinhos. Como é um roteiro altamente comercializado no mercado nacional, o estágio de estruturação e desenvolvimento deste é muito diferenciado, não falta público, falta tempo também para a família e para as atividades do cotidiano antes do turismo.

Vale frisar que, no espaço doméstico, a cozinha é um local significativo para as mulheres e para as famílias, e é ainda mais simbólico no território rural. No espaço rural, quando uma família abre este espaço para a esfera pública, de certa forma, em sua casa, seu espaço privado é que foi aberto. A comida também representa a memória da família, das tradições e dos costumes. Novamente recorro a Bourdieu (1994b), pois é o *habitus*, representado por aquilo que é significativo para estes grupos, que foi internalizado e que agora passa a ser oferecido, em parte, aos turistas, por meio da culinária, que para o turismo é de suma importância, pois permite ao indivíduo uma experiência riquíssima, e certamente há trocas entre os envolvidos, de forma que impactam e são impactados.

Como a cozinha é o reduto comumente reconhecido como feminino, com o advento do turismo no espaço rural, elas tornaram-se visíveis na propriedade, com posição de destaque, pois são seus produtos os atrativos mais esperados pelos

turistas. Com relação ao aumento da renda familiar a partir do turismo, as personagens 4 (Socorro/SP) e 2 (Socorro/SP) afirmam que isto ocorreu. Já a personagem 3 (Socorro/SP), ela diz que é insignificante em relação as demais produções. A personagem 1 (Alto Paraíso/GO) diz que aumentou e até comprou um *freezer*. E a personagem 5 (Gramado/RS) auxilia os filhos dividindo os lucros.

A renda é uma questão relevante que auxilia também na análise dos impactos sociais a serem estudados, pois influencia nas relações de poder e no empoderamento pessoal da mulher. A relação econômica alterada implica na melhoria de sua autoestima, pois possibilita a transferência de recursos para a compra de bens a sua escolha, tanto de consumo pessoal quanto familiar, mas os quais não estão vinculados ao sistema produtivo econômico. Processo de impacto econômico que gera uma alteração no *habitus*, em suma nos papéis sociais que na trama público-privado vem tendo um impacto significativo para as mulheres da agricultura familiar e suas famílias que se associaram ao turismo.

Na análise da renda, questionamos se elas possuíam renda fixa, e obtivemos a seguinte configuração: personagem 4 (Socorro/SP) não tem renda fixa, a depender das vendas e das despesas da propriedade e da família; as personagens 1 (Alto Paraíso/GO), 3 (Socorro/SP) e 5 (Gramado/RS) são aposentadas; e a personagem 2 (Socorro/SP) tem um salário para gastar com coisa pessoal (roupa, sapato e perfume).

Conforme evidenciam os relatos, são:

Bobagem, coisa de mulher. Eu não tenho salário. Roupas essas coisas (Personagem 4 – Socorro/SP). Num monte de coisa, coisa assim que mulher gosta. Uma motinho (Bis) (Personagem 2 – Socorro/SP). Até agora nada, melhorando a situação da casa dos móveis, mobília, forro de cama em quantidade (Personagem 1 – Alto Paraíso/GO). Uma casinha na praia, meu marido conseguiu construir uma casa para filha na cidade todas não tem casa própria. Ajudam a neta a pagar a faculdade, conseguir estudar (Personagem 5 – Gramado/RS).

Levantou-se a questão dos gastos provenientes da renda do turismo, considerando como é gasta e especificamente com quem. Novamente, a personagem 3 (Socorro/SP) informa não ter renda significativa com o turismo na propriedade, pois se encontram em fase inicial. A seguir, o relato das demais entrevistadas.

Com as despesas para melhoria do alambique (Personagem 4 – Socorro/SP). Guardamos para investir na estrutura da propriedade no momento (Personagem 2 – Socorro/SP). Emprega aqui mesmo compras para casa (personagem 1 – Alto Paraíso/GO). Gasta com que é necessário para casa, poupança, carinho um pouco melhor, coisa do dia a dia (Personagem 5 – Gramado/RS).

Entre nossas personagens, todas tinham e têm acesso ao dinheiro, ou por trabalhos advindos de atividades desempenhados anteriormente ao turismo e/ou a partir dele, no entanto, a partir dos relatos acima, todas têm na organização da casa e propriedade o investimento dos rendimentos do turismo. Quase não há citação de interesses individuais, ou exclusivos para seu consumo.

Ficou evidente que, apesar do aumento de renda, as mulheres consideraram gastar com roupas, produtos de beleza, “bobagem, coisa de mulher”, outras apresentam situação mais favorável, em virtude do estágio de desenvolvimento do turismo na região, e utilizam o dinheiro para ajudar os filhos. Considerando que a análise das evidências deve levar em conta os diferentes estágios de desenvolvimento do turismo da região e de como as propriedades estão inseridas no projeto, algumas com mais estrutura que outras, tendo expectativas diferenciadas.

Outra questão que merece análise quando se estuda propriedades rurais é a respeito da sucessão de terras ou herança. Nos roteiros estudados, temos a seguinte configuração: a personagem 1 (Alto Paraíso/GO) herdou suas terras do marido e dividiu de forma igualitária entre os filhos (homens e mulheres); a propriedade da personagem 4 é herança do avô para seu pai; já as personagens (2 – Socorro/SP, 3 – Socorro/SP e 5 – Gramado/RS), as terras são herança da família de seus respectivos maridos.

Como é possível notar, a posse das terras das personagens foi por herança dos maridos e avô. Vale destacar que entre famílias de agricultores familiares há regras pré-estabelecidas para a sucessão ou herança das terras. Conforme Carneiro (2001), é por meio dos papéis atribuídos a homens e mulheres, com a finalidade de perpetuar a reprodução social. Assim sendo, no meio rural, para que haja continuidade na produção e posse das terras na família, respeitam-se as designações, que têm como base o contexto social, histórico e cultural na sucessão e posse das terras.

No atendimento aos turistas perguntou-se como aprendeu a lidar com o público e se gostavam do que faz a seguir os relatos:

Gosta, não mudou, atenção agente dá pra todo mundo! (Personagem 4 – Socorro/SP). Adoro gente (Personagem 3 – Socorro/SP). Fiz curso Senar de atendimento/monitoria (Personagem 2 – Socorro/SP). Gosta (Personagem 1 – Alto Paraíso/GO). Adora atender, não gosto quando são 12 e 12 e 30, chega um carro direto de improviso sem agendado. Agente não pode ser escravo. Tentando controlar atende educadamente, atende a todos (Personagem 5 – Gramado/RS).

Conforme apresentado, os impactos sobre as mulheres, a partir do turismo no espaço rural, são significativos. Normalmente, ao aumentar a renda, que é o interesse central da política de turismo, na esfera nacional é vista como positivo, mas, e a vida desse sujeito social, dessas mulheres? Como se tentou apresentar, os impactos extrapolam a esfera econômica, são sociais e culturais; as relações familiares também são impactadas, o cotidiano, as tarefas e o tempo. Percebe-se que entre as nossas personagens há excesso de trabalho, pois, mesmo com os novos afazeres advindos do turismo, ainda está sob sua responsabilidade e seu controle as atividades domésticas.

O cuidado, culturalmente, na sociedade atual é voltado para a mulher. Tanto o cuidado com a saúde dos filhos quanto com a dos maridos, quanto o cuidado doméstico, que envolvem as obrigações do lar, a educação dos filhos etc. Assim sendo, a sobrecarga de tarefas é evidenciada, especialmente nos roteiros de maior fluxo, por meio da falta de tempo para realizar tarefas que ainda são do seu cotidiano, mas que acabam sendo deixadas de lado, bem como os momentos de lazer, os compromissos religiosos e a família.

Fica evidente que o trabalho das mulheres camponesas a partir da inserção do turismo não garante um trabalho decente, conforme preconiza a OIT. Evidencia-se ausência de equidade nas atividades, com segregação de tarefas do escopo feminino e masculino, excesso de jornada de trabalho, que por consequência poderá gerar comprometimento de sua saúde física e psíquica, entre outros.

EVIDÊNCIAS FINAIS

Este trabalho etnográfico, que buscou desvelar os papéis das mulheres no espaço rural após a inserção do turismo, apontou alterações entre o público e o privado deste cotidiano, o qual acarretou um novo *habitus*, a partir da demanda turística, e conseqüentemente, mudanças em diferentes esferas. De acordo com Bourdieu (1983), *habitus* constitui-se e incorpora-se ao longo de toda a trajetória do indivíduo, mas este, por sua vez, é mutável.

O objetivo foi desvelar os impactos socioeconômicos quanto aos diferentes papéis das mulheres no espaço rural em unidades de agricultura familiar, ao interagirem com a produção associada ao turismo, por meio do projeto TBL, mediante estudos em três roteiros: Agroturismo de Gramado, em Gramado (RS); *Trekking* Travessia Leste, da prefeitura municipal de Alto Paraíso (GO); e Caminhos da Roça, da prefeitura municipal de Socorro (SP).

O turismo rural na agricultura familiar, a partir da produção associada e do TBR, produz impactos sociais no âmbito das relações de gênero, especialmente na perspectiva da mulher, ou seja, ela é incluída como sujeito ativo e central na hospitalidade turística. No entanto, seus desafios, seus limites e suas oportunidades são inúmeros, como:

1) O impacto sobre a ampliação do seu tempo de trabalho é evidente, pois a participação da mulher no turismo rural, na agricultura familiar, não foi acompanhada da redução da jornada de trabalho com os afazeres domésticos, sendo assim, há uma tripla jornada, trabalhando na esfera doméstica, econômica tradicional e agora pública, com o turismo, que neste contexto se confunde, pois recebe os turistas em sua casa, alterando seu espaço privado para público.

O trabalho feminino no campo, por muito tempo, foi entendido como o de “ajuda”, ou seja, complementar, quase na invisibilidade. Apesar da existência de legislação que assegure igualdade de direitos, tais como titulação e propriedade da terra; acesso às tecnologias; e direitos previdenciários, são acentuadas as desigualdades de gênero neste cenário.

Compreender e lidar com a desconstrução de gênero da perspectiva biológica, para uma construção social, conforme Scott (1989), constitui um processo longo e complexo, pois se vincula com uma cultura inteira, impregnada de

estereótipos do papel denominado ao homem e à mulher. O trabalho da mulher rural é consequência da cultura patriarcal de dominação masculina, que, por sua vez, define como inferior o papel feminino na sociedade. Destaca-se que, no espaço rural, as próprias mulheres internalizam tal questão, em virtude da ideologia patriarcal, a qual envolve a sociedade a que pertencem.

2) De acordo com a cultura dominante no espaço rural, cabe ao homem estabelecer a relação com o espaço público, especialmente no que tange aos recursos financeiros da família. A partir dos dados empíricos dos roteiros pesquisados nesta dissertação, percebe-se maior compartilhamento nas decisões entre os membros da família, em virtude da participação ativa da mulher nas práticas turísticas, e sua voz neste novo contexto tem muito mais relevância.

3) O trabalho das mulheres, após a inserção das práticas turísticas, não se restringe mais à produção dos quitutes, ou aos cuidados da casa e da família, pois atuam também no acolhimento aos turistas, nos agendamentos das visitas, na organização financeira, na articulação com outros empreendimentos do roteiro, entre outras áreas. Para ilustrar, recorreremos à participação da personagem 4 (Socorro/SP), que atua na produção da cana-de-açúcar, na precificação dos produtos finais – como cachaça, açúcar mascavo e licores –, no atendimento dos turistas na loja da propriedade, dirige o automóvel da família e faz as entregas dos produtos, e administra o negócio junto com seu pai. A personagem 3 (Socorro/SP), além da produção de quitutes, oferecidos no café da manhã aos turistas, participa ativamente de reuniões e viagens para estruturação, promoção e comercialização do roteiro.

A partir do cenário apresentado, temos de lembrar do trabalho doméstico realizado por donas de casa, que não é contabilizado para as estatísticas oficiais de trabalho produtivo, permanecendo na invisibilidade, sendo considerado inatividade econômica (Bruschini, 2006).

Conforme Araújo (2010) a partir da apreensão do sistema circulatório da economia de Castro e Lessa (1967), o trabalho das mulheres é computado desde que seja formal e regulamentado. Para autora:

O trabalho informal, a saber, todas as atividades do lar, tais como cuidar dos filhos, e dos idosos, preparar os alimentos, lavar passar, arrumar a casa, não é tido em consideração, permanecendo na gratuidade e invisibilidade. Muitas atividades tradicionalmente femininas, que se qualificam como trabalho na definição mais ampla, são escritas e

vivenciadas como ocupações em horas de lazer, e, portanto, não são consideradas verdadeiramente trabalho (Araújo, 2010, p. 18).

O tempo determina a participação do sujeito na sociedade, e para nossas personagens tornou-se elemento escasso. Assim, há influência direta na atuação social.

O estudo possibilitou evidenciar semelhanças e inúmeras diferenças entre os três roteiros pesquisados. Semelhanças no que diz respeito ao trabalho doméstico, à hospitalidade turística, à produção dos quitutes, que são atribuições e responsabilidade, em grande parte exclusivas, destas mulheres, as quais não se alteram, independentemente de onde ocorram os projetos turísticos. Diferenças na estrutura das propriedades e de desenvolvimento do turismo e na forma de atuação das mulheres.

4) Os impactos sobre a redefinição de seu papel na estrutura familiar, após a inserção do turismo no espaço rural na agricultura familiar, apresenta-se a partir dos afazeres típicos do trabalho, até então doméstico, especialmente o preparo dos alimentos, anteriormente restrito para manutenção da família. Atualmente, os quitutes, elaborados de forma artesanal, são oferecidos como gastronomia típica das regiões rurais, ou em forma de produtos elaborados, em pequenas agroindústrias, que, por vezes foram construídas devido à procura dos consumidores. Produzem geleias, doces, queijos, sucos, licores pães, bolos, embutidos e outros.

A recepção, a denominada hospitalidade também coube as mulheres, pois, historicamente esta atrelada a elas tal tarefa, recepcionar, acolher, cuidar, acompanhar, antes voltada ao núcleo familiar, atualmente direcionado também aos turistas. A forma de recepcionar os turistas, o acolhimento como se fossem membros de sua família é um diferencial na agricultura familiar. Elas abrem suas casas para receber os turistas, oferece o seu espaço privado à mesa de refeições ora como espaço privado, ora como espaço público, e compartilham seus costumes, suas histórias, suas memórias.

Entre os objetivos específicos desta dissertação, está o mapeamento das formas de inserção do trabalho realizado por mulheres no espaço rural, após a produção associada ao turismo, em unidades de produção da agricultura familiar. Assim sendo, evidenciou-se – a partir do conceito do MTur, que afirma que se trata de “Qualquer produção artesanal, industrial ou agropecuária que detenha atributos naturais e/ou culturais de uma determinada localidade ou região” (Brasil, 2011b, p.

18) e dos dados empíricos observados – que as mulheres atuam na produção por meio de pequenas agroindústrias ou de forma artesanal.

Além dos produtos e/ou “quitutes” mencionados anteriormente, e dos processos produtivos, a produção associada ao turismo abarca os valores intangíveis, como a sabedoria popular e as manifestações culturais, que auxiliam na identificação e valorização das memórias e histórias das comunidades.

Por meio da análise da participação das mulheres, evidenciou-se que a memória e a memorização, a partir dos objetos centenários das propriedades, das músicas, das histórias, dos costumes, remete aos antepassados, e atualmente são compartilhados com os turistas, tornando-se também um atrativo singular, que proporciona experiência e vivência rica, repleta de significados da identidade destas mulheres e suas famílias. Para elas, o reconhecimento das dificuldades vividas por meio dos ancestrais no campo e a expectativa atual de uma vida melhor a partir das práticas turísticas.

O aprendizado adquirido a partir da teoria e da experiência empírica deste estudo permitiu uma nova percepção das propriedades rurais brasileiras, apesar da restrição do recorte espacial, ou melhor, a partir dele, foi possível compreender que existem muitos estágios de inserção das práticas turísticas, e o contexto histórico, cultural, econômico e político tem de ser observado. A produção associada ao turismo é uma ferramenta de valorização dos atrativos singulares do espaço rural, no entanto, a figura do ser social, da pessoa humana, é insubstituível. O rural e o urbano estão cada vez mais próximos, tendo a hospitalidade destas mulheres e suas famílias como elemento central, que enriquece as trocas entre turistas e anfitriões.

5) Ficou evidente que há muito por ser feito, no entanto, verifica-se o papel do poder público neste cenário e sua importância, pois vinculam-se ao estágio de desenvolvimento das localidades. É certo que outros fatores já citados são necessários. A beleza natural dos roteiros, aliada ao modo de ser e viver das mulheres e suas famílias, aos sabores da gastronomia oferecida, à cozinha e ao fogão à lenha – que é notadamente reconhecido como local de acolhimento e íntimo destas mulheres –, nos faz sentir como parte da família, a simplicidade dos utensílios e objetos que decoram o espaço também. A recepção em suas casas, suas palavras, seus gestos, suas músicas, suas danças, seus costumes, são valores raros e caros nesses roteiros.

É latente a limitação da estrutura de algumas propriedades e municípios, e os problemas perpassam acessos, sinalização, segurança, entre tantos outros. Neste sentido, interferem diretamente no estágio de desenvolvimento do turismo no território, que, conforme Steinberger (2009) argumenta, o turismo é apenas mais um uso entre os vários do território, ou seja, coexistem diferentes usos em um mesmo território; logo, devem-se considerar estes diferentes interesses – políticos, culturais e sociais.

Vale também ressaltar aqui a nova perspectiva dos turistas que buscam, além de belas paisagens e descanso, experiências e vivências singulares. Entendendo turismo como fenômeno social possibilitador do encontro, que gera implicações na vida cotidiana dos visitantes e visitados, conforme pode ser percebido na análise das entrevistas. Essas mulheres estão à procura do seu reconhecimento como sujeitos históricos, não restritas à esfera reprodutiva que foi determinada na divisão social familiar, mas que necessitam ser ativas e estão abertas às novas exigências, a partir da inserção do turismo em suas propriedades.

Permita-me, nessas breves considerações, explanar algumas das reflexões deste estudo, parte elaborada durante a pesquisa etnográfica, outras tantas, depois de idas e vindas à teoria, bases que auxiliaram no sentido do estudo.

Entre os diversos temas de análise, foram abordados os diferentes papéis das mulheres, desde o materno, especialmente com os filhos e os idosos, os afazeres domésticos, ou seja, todas as atividades do lar, tais como cozinhar, lavar, passar, a produção da esfera econômica, tais como produtos e serviços, oferecidos aos turistas e sua representação na comunidade, enquanto ser social, reconhecida por meio do seu trabalho e voz, em diferentes espaços públicos.

Com a inserção do turismo, a casa dessas mulheres abriu-se para o público e os papéis tiveram novos desdobramentos, como o de recepção ao atendimento aos turistas, o preparo dos produtos para oferecer a mesa ou para venda direta.

O contato com turistas também é fator decisivo para estas mudanças, pois a trabalhadora rural tanto pode incorporar hábitos e costumes de outras populações como se desfazer de alguns de seus costumes e tradições.

Como se observou na análise das entrevistas, a partir da inserção do turismo nas propriedades, as mulheres tentam conciliar as determinações do estereótipo construído para o papel feminino. Em especial no espaço rural, parte impregnada pela estrutura familiar patriarcal, no qual “a cuidadora” e “a mãe” sobrepõem a

família a qualquer outra atividade. Apesar do reconhecimento de sua participação no turismo na propriedade, a responsabilidade da mulher não é igualmente compartilhada na família, levando-a a se dividir e se multiplicar para exercer todos os papéis que lhe foram atribuídos.

Nossas personagens ampliaram seus papéis e responsabilidades, e socialmente são cobradas, e se cobram também. Tendo que ser tantas, acaba por negligenciar seu descanso, seu lazer. É certo, por outro lado, que houve maior acesso aos bens econômicos, de forma distinta nos três roteiros de estudo, contudo, este não garante o bem-estar das relações familiares.

Além da jornada diária de trabalho, que em média dura onze horas, com o turismo, perdeu os finais de semana e feriados, pois o movimento de visitantes é ainda maior em tais dias; e utiliza a sua casa, em grande parte, a sua cozinha, para recebê-los, sendo este um dos atrativos da visita, acarretando, assim, mudanças na dinâmica familiar e no cotidiano dessas mulheres. Falta tempo para o próprio lazer, para leitura, para ir à igreja, para sair de casa. Foram os relatos dessas mulheres.

No estudo foi fundamental compreender o conceito de gênero, que é uma categoria socialmente construída, dentro da perspectiva histórica, e não por determinações biológicas do masculino e feminino. É determinante para entender como socialmente são definidos os sujeitos como homens e mulheres. Nosso enfoque recaiu sobre a mulher no espaço rural para demonstrar sua relevância na hospitalidade turística e, por consequência, modificações nas relações de poder estabelecidas entre os sexos, a partir do desdobramento de papéis por elas desempenhados.

A perspectiva de gênero de nossas personagens coloca a mulher como central no cuidado com a família, e sua exclusividade na esfera doméstica para a estruturação do ambiente familiar. No entanto, a inserção do turismo modificou a dinâmica familiar, por consequência, há necessidade de rever os papéis desempenhados. No caso, a esfera doméstica é delegada a outras mulheres das famílias ou vizinhas das propriedades. Nas falas não se percebe divisão de tais funções com os maridos, pois é natural que tais atividades são atribuições do escopo construído socialmente para o feminino, que até os dias atuais continuam em voga.

É necessário pensar nas transformações que estão ocorrendo, conforme coloca Áran (2003), nós mulheres:

(...) não estaríamos nem mais em um território totalmente ancorado na “hierarquia entre os sexos”, nem tampouco em um terreno caracterizado pela “indiferença”. Uma nova possibilidade de diferenciação se anuncia e com ela um novo esboço do feminino (Áran, 2003, p. 418).

A intenção foi verificar a importância da produção associada ao turismo em unidades de produção da agricultura familiar na geração de emprego e renda no espaço rural e a inserção do trabalho realizado por mulheres, bem como analisar se ocorreram processos de ampliação de autoestima e nas posições de poder no âmbito familiar das mulheres camponesas, por sua atuação no projeto TBR.

Constatou-se que o acesso ao dinheiro não foi uma novidade entre nossas entrevistadas, pois todas já tinham atividades produtivas anteriores. O destaque é o uso do dinheiro advindo do turismo, na propriedade, que é empregado no próprio negócio ou em bens de consumo para a família, pouco se compra para elas como sujeito. Entre as entrevistadas algumas conseguiram adquirir bens de consumo antes inimagináveis, tais como: produtos de beleza, roupas, eletrodomésticos, moto, casa, entre outros. Assim sendo, houve uma quebra da dependência econômica exclusiva da produção agropecuária e a pluriatividade do território rural permitiram um novo papel de destaque para a mulher.

A renda é relevante na análise dos impactos sociais estudados, pois influencia nas relações de poder e no empoderamento pessoal da mulher. A relação econômica alterada implica na melhoria de sua autoestima, pois possibilita a transferência de recursos para a compra de bens sobre sua escolha, tanto de consumo pessoal quanto familiar, mas os quais não estão vinculados ao sistema produtivo econômico. Processo de impacto econômico que gera uma alteração no *habitus*, em suma, nos papéis sociais que na trama público-privado vem tendo um impacto significativo para as mulheres da agricultura familiar e suas famílias que se associaram ao turismo.

Diante do exposto, este trabalho tentou demonstrar um pouco dos múltiplos papéis dessas mulheres, especialmente após a inserção do turismo na propriedade, seu novo posicionamento social. Percebido a partir do seu protagonismo neste cenário, na hospitalidade turística, que lhe proporcionou empoderamento a partir das novas relações estabelecidas do âmbito familiar e público; alterando, por consequência, sua percepção de si mesma, que foi analisada a partir da autoestima,

das construções e desconstruções de *habitus* e da nova dinâmica do acesso ao dinheiro e seu uso. Tudo isso, por sua vez, amplia o empoderamento feminino, proporcionado pela renda e pelas novas perspectivas de consumo, alterando, por conseguinte, a hierarquia econômica familiar.

Assim sendo, a participação das mulheres no espaço rural nas atividades do turismo e sua produção associada provocam mudanças no seu posicionamento social, em consequência, de sua posição central na hospitalidade turística e da própria renda, não mais exclusiva da produção agropecuária. As relações familiares não foram desestabilizadas, mas reconstruídas a cada dia, pois, para elas, coube perpassar por seus diferentes papéis, desdobrando-se, a fim de manter o bem-estar do núcleo familiar. Percebe-se claramente que elas têm voz ativa nesse novo contexto, no qual, por sua vez, reafirmam novas relações estabelecidas, tanto no âmbito público quanto no privado. Especialmente nas relações de poder internas da família, assiste-se uma nova divisão na esfera das decisões, reforçando assim as mudanças no papel da mulher no espaço rural, após as práticas turísticas.

As modificações no espaço rural ocorreram, mas seus moradores não precisaram abrir mão da valorização de sua poesia, sua música e sua cultura, ou seja, não precisaram renunciar sua identidade rural em virtude da atividade turística e da produção associada no território rural.

Essas mulheres irão perpassar diferentes papéis, e o tempo será ainda mais escasso, pois as atribuições são muitas, e a esfera doméstica continua sob sua responsabilidade, agora agregada às necessidades ora demandadas pelo turismo. Apesar da visibilidade da mulher, elas continuam sendo as cuidadoras; assim, os desafios impostos não são menores, e articular todas as nuances apresentadas não é tarefa fácil.

Ao analisar a questão da história e da memória no contexto da mulher camponesa em seu papel social, conclui-se que é relevante pensar na incoerência de justificá-lo por meio do passado e que a memória se faz necessária para que não sejam apagadas atrocidades, violações ou mesmo as tradições. Percebeu-se que, mesmo com o advento da atividade turística ao espaço rural, as famílias rurais possuem uma história anterior com a terra, os animais, os afazeres e as tradições que não poderá ser esquecida, pois estão sendo constantemente recriadas.

É evidente que a manutenção da estrutura familiar centra-se na mulher, e tal responsabilidade requer dela uma sobrecarga de trabalho, haja vista que a esferas

produtiva e reprodutiva estão em suas mãos. A participação destas mulheres como sujeito ativo dentro da família destaca-se, permitindo assim mudanças consideráveis na estrutura familiar, desde o processo de decisão do uso do dinheiro, das necessidades da família, entre outras.

Por fim, ao estudar essas mulheres, ficou evidente que o turismo impacta o cotidiano, e os desafios e as limitações para nossas personagens são inúmeros, pois como tantas outras mulheres rurais e urbanas precisam conciliar os afazeres domésticos e o cuidado (saúde e educação) com as novas necessidades impostas pelo turismo na propriedade. Mesmo diante da modernidade, com tantos equipamentos que facilitam as tarefas domésticas, a construção social do feminino carrega como central a responsabilidade do núcleo familiar para a mulher, o cuidado essencial da “mãe”. Desta forma, o trabalho produtivo a partir do turismo não poderá ser esquecido, sendo importante oportunidade para as famílias rurais e para nossas personagens como protagonistas de suas próprias vidas.

O projeto TBR auxiliou este estudo na relevância da aproximação entre o poder público e a iniciativa privada, pois, mesmo sem repasse de recursos diretos aos empreendimentos envolvidos, tal iniciativa é algo deveras essencial para o desenvolvimento das práticas turísticas no espaço rural.

Tal iniciativa induz os territórios à organização e acima de tudo ao diálogo entre os envolvidos, algo que infelizmente não tem ocorrido sem a interferência e iniciativa do poder público, a depender do contexto político, histórico e social de cada região brasileira.

Como roteiros turísticos comercializados os empreendimentos necessitam do trabalho cooperado, de organização para buscar soluções aos problemas, o que coloca também a participação da mulher em destaque, pois, para os diferentes papéis desempenhados, são necessárias muitas articulações e auxílios, facilitando assim o diálogo entre os envolvidos.

Além de pesquisadora, como parte da equipe técnica do MTur, temos um desafio enorme no desenvolvimento turístico no espaço rural, especialmente na articulação e aproximação com as lideranças locais, pois os empreendimentos são privados e os interesses individuais por vezes prevalecem. Para alterar concepções internalizadas e perceberem-se como parceiros, e não concorrentes, em busca de um mesmo objetivo, é tarefa árdua e difícil de ser atingida. Contudo, instigante à

medida que são perceptíveis as mudanças de expectativas e do cotidiano dos envolvidos a partir das práticas turísticas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, C. *Turismo no espaço rural: uma estratégia para o desenvolvimento local*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE TURISMO RURAL: TURISMO NO ESPAÇO RURAL BRASILEIRO. Piracicaba: FEALQ, 2001.
- ANGULO-TUESTA, A. J. *Gênero e violência no âmbito doméstico: a perspectiva dos profissionais de saúde*. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Ciências Sociais, Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, 1997.
- ANGROSINO, M. *Etnografia e observação participante*. Porto Alegre: Artmed, 2009. (Coleção pesquisa qualitativa).
- ARÁN, M. R. *Os destinos da diferença sexual na cultura contemporânea*. Florianópolis: *Estudos Feministas*, 11(2), 2003.
- ARAÚJO, N. F. *Contribuição Econômica das Mulheres para a Família e a Sociedade: Ensaio sobre gênero e economia numa perspectiva comparativa*. Brasília: Otimismo, 2010.
- ARCHER, B.; COOPER, C. Os impactos positivos e negativos do turismo. In: THEOBALD, W. F. (Org). *Turismo global*. São Paulo: Senac, 2001.
- BARTH, F. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: LASK, T. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.
- BEAUVOIR, S. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- BECK, Ana Maria *et al.* Um trabalhinho à toa: a produção e a comercialização da renda de bilro e sua implicação para a economia familiar. In: VII ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO DE PÓS GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS – ANPOCS. Águas de São Pedro, 1983. *Apud*: CASTRO, M. G.; Lavinhas, L. Do feminino ao gênero: a construção de um objeto. In: COSTA, A.; BRUSCHINI, C. (Org). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.
- BENI, M. C. *Análise estrutural do turismo*. São Paulo: Senac, 1998.
- _____. *Política e planejamento do turismo no Brasil*. São Paulo: Aleph, 2006. (Série Turismo).
- BOSCHETTI, I.; BEHRING, E. *Política social: fundamentos e história*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- BOVO, C., Logatto, E.; Silva, M. Turismo rural: qual o papel da família e de sua propriedade no modelo atual de desenvolvimento?. In: Anais do 4º Congresso internacional sobre turismo rural e desenvolvimento sustentável – ordenamento, segmentação e regionalização em áreas rurais. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2006.
- BOURDIEU, P. *Condição de classe e posição de classe: economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

_____. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

_____. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, R. (Org.). *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática, 1994a.

_____. Trabalhos e projetos. In: ORTIZ, R. (Org.) *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática, 1994b.

_____. *A dominação masculina*. Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. p., 1995.

_____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

_____. A gênese dos conceitos de *habitus* e campo. In: BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. *Distinção*. São Paulo: Editora da USP, 2007.

BRACAGIOLI, A. Interconectando ideias e ideais na perspectiva da agricultura do futuro. In: ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. (Org.). *Reconstruindo a agricultura: ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998.

BRASIL. Decreto nº 3.991, de 30 de outubro de 2001. Dispõe sobre o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, n. 209, seção 1, p. 3. Brasília: Imprensa Nacional, 31 out. 2001. Disponível em: <<http://goo.gl/NfNkb>>. Acesso em: 10 jul. 2012.

_____. *Plano Nacional de Turismo: diretrizes e metas e programas 2003-2007*, Brasília: Ministério do Turismo, 2003a.

_____. *Diretrizes para o desenvolvimento do turismo rural*. Brasília: Ministério do Turismo, 2003b.

_____. *Referências para um programa o desenvolvimento territorial sustentável*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2003c.

_____. *Guia do programa nacional de turismo rural na agricultura familiar*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário; Ministério do Turismo, 2005.

_____. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da União**, n. 141, seção 1, p. 1. Brasília: Imprensa Nacional, 25 jun. 2006a. Disponível em: <<http://goo.gl/vhx2a>>. Acesso em: 18 jun. 2012.

_____. *Panorama do turismo rural e agricultura familiar*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário; Ministério do Turismo, 2006b.

_____. *Segmentação do turismo: marcos conceituais*. Brasília: Ministério do Turismo. 2006c.

_____. *Plano nacional de turismo: uma viagem de inclusão 2007-2010*. Brasília:

Ministério do Turismo, 2007a.

_____. *Caracterização e dimensionamento do turismo doméstico no Brasil: relatório final*. Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, Ministério do Turismo, 2007b.

_____. *Caminhos do Brasil rural: agricultura familiar e produtos associados*. Ministério do Turismo, Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasília, 2008a.

_____. *Turismo rural: orientações básicas*. Brasília: Ministério do Turismo, 2008b.

_____. *Ecoturismo: orientações básicas*. Ministério do Turismo. Brasília, 2008c.

_____. *Chamada pública talentos do Brasil rural – eixo serviços*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério do Turismo, Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas/RS, 2010a.

_____. *Turismo rural: orientações básicas*. Brasília: Ministério do Turismo, .2. ed. 2010b.

_____. *Segmentação do turismo e o mercado*. Brasília: Ministério do Turismo, 1ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010c.

_____. *Ações e resultados 2003-2010*. Brasília: Ministério do Turismo, 2011a.

_____. *Manual para o desenvolvimento e a integração de atividades turísticas com foco na produção associada*. 2.ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2011b.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Secretaria de Agricultura Familiar – Missão*. Brasília: MDA, [s.d.]. Recuperado em 15 de abril, de 2012, de <http://portal.mda.gov.br/portal/saf/institucional/institucional>.

_____. Ministério do Turismo – *Missão*. Brasília: [s.d.]. Recuperado em 26 de fevereiro, de 2013, de http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/missao/.

BRUNS, M. A. T. O olhar do cotidiano e a perda da sensibilidade. In: BRUNS, M. A. T.; ALMEIDA, S. *Sexualidade: preconceito, tabus, mitos e curiosidade*. Campinas: Átomo, 2004.

BRUSCHINI, C. O uso de abordagens quantitativas em pesquisa sobre relações de gênero. In: COSTA, A.; BRUSCHINI, C. (Org). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

_____. *Fazendo as perguntas certas: como tornar visível a contribuição econômica das mulheres para sociedade*. In: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE SOCIOLOGIA DO TRABALHO, 2., 1996, Águas de Lindoia, São Paulo. Águas de Lindoia: 1996.

_____. Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não remunerado? *Revista brasileira de estudos de população*, São Paulo, v. 23, 2006.

BRUYNE, P. *Dinâmica da pesquisa em ciências sociais*. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1991.

BURNS, P. M. *Turismo e antropologia: uma introdução*. São Paulo: Chronos, 2002.

BUTTO, A. Z. Políticas para as mulheres rurais: autonomia e cidadania. *In: Revista do Observatório Brasil da Igualdade de gênero*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, dez. 2010.

CALS, J.; CAPELL, J.; VAQUE, E. *El turismo en el desarrollo rural de España*. Madri: Ministerio da Agricultura, 1995.

CAMPANHOLA, C.; SILVA, J. G. *Panorama do turismo no espaço brasileiro: nova oportunidade para o pequeno agricultor*. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE TURISMO RURAL – TURISMO NO ESPAÇO RURAL BRASILEIRO*, 1999, Piracicaba, São Paulo. Piracicaba: FEALQ, 1999.

_____. O Agroturismo como Nova Fonte de Renda para o Pequeno Agricultor Brasileiro. *In: ALMEIDA, J. A.; RIEDL, M. (Org).* *Turismo Rural: ecologia, lazer e desenvolvimento*. São Paulo: Ed. Edusc, 2000.

CARDOSO, R. S. (Org.). *É uma mulher*. Petrópolis: Vozes, 1994.

CARNEIRO, M. J. Ajuda e trabalho: a subordinação da mulher no campo. *In: V ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO DE PÓS GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS – ANPOCS*. Águas de São Pedro, 1981. *Apud: CASTRO, M. G.; Lavinás, L.* Do feminino ao gênero: a construção de um objeto. *In: COSTA, A.; BRUSCHINI, C. (Org).* *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

_____. *Camponeses, agricultores e pluriatividade*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998.

_____. Herança e gênero entre agricultores familiares. *In: Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 9(1), 2001.

CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S. (Orgs.). *Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar*. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

CASTRO, M. G.; Lavinás, L. Do feminino ao gênero: a construção de um objeto. *In: COSTA, A.; BRUSCHINI, C. (Org).* *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

CATTANI, A. D. Autonomia. *In: _____ (Org.). Trabalho e tecnologia: dicionário crítico*. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1997.

CAVACO, C. Turismo rural e desenvolvimento local. *In: RODRIGUES, A. (Org.). Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais*. São Paulo: Huitec, 1996.

CHAUBAUD, D.; FOUGEYROLLAS-SHWEBEL, D. Sobre a autonomia relativa da produção e da reprodução. *In: KARTCHEVSKY-BULPOT, Andree et.al. (Orgs.). O sexo do trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

CERTEAU, M. Práticas históricas e *práxis* social. *In: A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

COOPERSMITH, S. *The antecedents of self-esteem*. San Francisco: Freeman, 1967.

DEERE, C. D.; LEÓN, M. *O empoderamento da mulher: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

DELGADO, G. *Capital financeiro e agricultura no Brasil*. São Paulo: Ícone (Unicamp), 1985.

DIAS, C. M. M. *Le pays du café – Propostas de utilização turística em fazendas históricas*. 1996. Tese (Doutorado). Ribeirão Preto: ECA/USP, 1996.

DIEHL, A. A. *Cultura historiográfica: memória, identidade e representação*. São Paulo: EDUSC, 2002.

DOGAN, H. Z. Forms of adjustment: socio-cultural impacts of tourism. *Annals of tourism research*, v. 16, n. 2, 1989.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. L.; *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Editor, 2000.

FERNANDES, J. *A estratégia de desenvolvimento rural integrado no combate à pobreza no campo: um estudo de caso no Distrito Federal*. Brasília: UnB, 1986.

FERREIRA, A. B. H. *Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FLETCHER, J. E. Input-output analysis and tourism impact studies. *In: Annals of tourism research*, v. 16, n. 4, 1989.

FLICK, U. *Introdução à pesquisa qualitativa*. 3. ed. São Paulo: Artmed, 2009.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau Editora, 1999.

GEERTZ, C. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. *In: A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1988.

GRAZIANO DA SILVA, J. *et al.* Turismo em áreas rurais: suas possibilidades e limitações no Brasil. *In: ALMEIDA, J. A. et al. Turismo rural e desenvolvimento sustentável (Org.)*. 2. ed. Campinas: Papirus, 2000.

GUIMARÃES, N. A. “Laboriosas mas redundantes”, *In: Revista Estudos Feministas*, Volume 9, Número 1, Universidade Federal de Santa Catarina, 2001.

HAGUETTE, T. M. F. *Metodologias qualitativas na sociologia*. Petrópolis: Vozes, 1987.

HIRATA, H. *Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2002.

IBGE. *Censo agropecuário – agricultura familiar 2006*. IBGE: 2006. Disponível em: <<http://goo.gl/D3EsY>>.

_____. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio*. Rio de Janeiro: IBGE, 1999.

_____. *Síntese de Indicadores Sociais*. n. 29, 2012.

_____. *Síntese de Indicadores Sociais – uma análise das condições de vida da população Brasileira*, n. 27. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

_____. *Censo 2010*. Brasília: IBGE, 2010. Disponível em: <<http://goo.gl/B7ePK>>.

INSTITUTO ANTÔNIO HOUAISS DE LEXICOGRAFIA E BANCO DE DADOS DA LÍNGUA PORTUGUESA S/C LTDA. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

JAQUETTE, J. Female participation in Latin América: raising feminist issues. *In: ANNUAL MEETING OF AMERICAN POLITICAL SCIENCE ASSOCIATION*. Washington: Aug.-Sept. 1984.

KERGOAT, D. Em defesa de uma sociologia das relações sociais: da análise crítica das categorias à elaboração de uma nova conceituação. *In: KARTCHEVSKY-BULPOT, A. et. al. (Orgs.). O sexo do trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

KRAHL, M. F. L. *Turismo rural: conceituação e características básicas*. Dissertação (Mestrado). Brasília: GEA/IH. UnB, 2002.

_____. Características básicas do turismo rural: um olhar sobre o Brasil e o Distrito Federal. *In: STEINBERGER, M. Territórios turísticos no Brasil central* (Org.) Brasília: LGE Editora, 2009.

KRIPPENDORF, J. *The holiday markers: understanding the impact of leisure and travel*. Oxford: Butterworth, Heinemann: 1984.

LAGE, B. H. G.; MILONE, P. C. *Turismo: teoria e prática*. São Paulo: Atlas, 2000.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. *A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Porto Alegre: Artmed, 1999.

LEAL, E. RAMOS. *De la crisis a la regeneracion rural. Lisboa*. *In: Colóquio Hispânico-Português de Estudos Rurais*, 1995.

LEITE, C. L. P. *Mulheres: muito além do teto de vidro*. São Paulo: Atlas, 1994.

LEÓN, M. El empoderamiento en la teoría y práctica del feminismo. *In: _____* (Comp.). *Poder y empoderamiento de las mujeres*. Bogotá: Tercer Mundo; Universidad Nacional de Colombia: 1998.

LICKORISH, L. J.; JENKINS, C. L. *An introduction to tourism*. Oxford: Butterworth Heinemann, 1997.

LOPES, M. J. M.; MEYER, D.; WALDOW, V. (orgs). *Gênero e saúde*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

MACHADO, P. S.; SIQUEIRA, E. D. *Turismo, Consumo e Cultura: significados e usos sociais do souvenir em Petrópolis-RJ*. *In: Revista Contemporânea*, n. 10, v. 1. 2008.

- MATHIELSON, A.; WALL, G. *Tourism: economic, physical, and social impacts*. Longman: Harlow, 1982.
- MERCER, D. A difícil relação entre o turismo e a população nativa: a experiência da Austrália. In: THEOBALD, W. F. (Org.). *Turismo global*. São Paulo: Senac, 2001.
- MOESCH, M. M. *Epistemologia social do turismo*. Tese (Doutorado). Escola de Comunicação e Artes / Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.
- MOLINA, S. *Conceptualización del turismo*. Limusa, México. 2000.
- MORIN, E. *Ciência com consciência*, Tradução de Maria de Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória – Ed. Revista e modificada pelo autor 4ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- MRUCK, C. *Auto-estima: investigación, teoría y práctica*. Bilbao: Desclée de Brouwer, 1998.
- NETTO, J. P. *Introdução ao Estudo do Método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- NOGUEIRA, C. Feminismo e discurso de gênero na psicologia social. *Psicologia & sociedade: revista da Associação Brasileira de Psicologia Social*, jan.-jun./2001, v. 13, n. 1.
- NUNES, C. G. F. Trabalhando a auto-estima. In: Reflexões sobre a Diversidade no Mundo do Trabalho, 1 ed. Brasília: Grafopel, 2005, v.1, 2005.
- OLIVEIRA, C. G. S.; Moura, J. C.; SGAÍ, M. Turismo: novo caminho no espaço rural brasileiro. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE TURISMO RURAL, 3. Piracicaba: FEALQ, 2001.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *A OIT no Brasil: Trabalho decente para uma vida digna*. Brasília: OIT, 2012.
- ORGANIZACIÓN MUNDIAL DEL TURISMO. *Introducción al turismo*. Madrid, 1998.
- _____. *Turismo: horizonte 2020 Nuevas Previsions de la Organización Mundial del Turismo*. Madrid, 1998.
- OPPERMANN, M. *Rural Turism*. In: *Southern Germany*. Annals of Tourism Research. Las Vegas, Vol. 23, nº 1, 1996.
- PENA, M. V. J.; CORREIA, M. C. *A questão de gênero no Brasil*. Rio de Janeiro: Imprinta, 2003.
- PERALES, M. Y. *Turismo Rural en Españã*. In: Annals of Tourism Research en Espanõl. Vol. 4, nº 2, 2002.
- PERROT, M. *Os excluídos da História: Operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- PIRES, P. S. A paisagem rural como recurso turístico. In: RODRIGUES, A. B. (Org.). *Turismo rural*. São Paulo: Contexto, 2001.

PRESVELOU, C.; ALMEIDA, F. R.; ALMEIDA, J. A. (Orgs.), *Mulher, família e desenvolvimento rural*. Santa Maria, Ed. UFSM-Universidade Federal de Santa Maria, 1996.

ROCHA-COUTINHO, M. L. Novas opções, antigos dilemas: mulher, família, carreira e relacionamento no Brasil. *Temas em psicologia da SBP*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, 2004. Disponível em: <<http://goo.gl/tTRIH>>.

SACKS, K. E. Revisitado: a mulher, a organização da produção e a propriedade privada. In Rosaldo, M. Z.; Lamphere, I. (Coord.). *A mulher, a cultura e a sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

SAFFIOTI, H. I. B. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Araraquara: Vozes, 1976. (Coleção Sociologia Brasileira).

_____. *Gênero, patriarcado e violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAHLINS, M. La Pensée Bourgeoise - A sociedade ocidental enquanto cultural. In: *Cultura e razão prática*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 2003.

SANCHO, A. (Dir). *Introducción al turismo*. (1a. ed.). Madrid: Organización Mundial del Turismo, 1998.

SANTANA, A. *Antropologia y turismo. ¿ Nuevas hordas, viejas culturas?* Barcelona: Ariel S. A., 1997.

SCHNEIDER, Sergio. *O Desenvolvimento Agrícola e as Transformações da Estrutura Agrária nos Países Desenvolvidos: a pluriatividade*. In: Revista Reforma Agrária, ABRA, Campinas, v. 24, n. 03, 1994.

SCOTT, J. W. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Recife: SOS Corpo, 1989.

_____. Experiência. In: SILVA, A. L.; LAGO, M. C. S.; RAMOS, T. R. O. (Orgs.). *Falas de gênero: teorias, análises, leituras*. Santa Catarina: Editora Mulheres, 1999.

SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Ma. Aparecida M. Trabalhadoras e trabalhadores rurais no Estado de São Paulo. In: IX Encontro Anual da Associação de Pós Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS. Águas de São Pedro, 1985. *Apud* CASTRO, M. G.; Lavinhas, L. Do feminino ao gênero: a construção de um objeto. In: COSTA, A.; BRUSCHINI, C. (Org). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

_____. O capital na agricultura e a nova divisão sexual do trabalho. In: XI Encontro Anual da Associação de Pós Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS. Águas de São Pedro, 1987. *Apud* CASTRO, M. G.; Lavinhas, L. Do feminino ao gênero: a construção de um objeto. In: COSTA, A.; BRUSCHINI, C. (Org). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

STEINBERGER, M. (Org.). *Territórios turísticos no Brasil central*. Brasília: LGE Editora, 2009.

SUÁREZ, M. Uma palavra para desconstruir ideias e um conceito empírico e analítico. *In: Gênero no Mundo do Trabalho: Encontro de Intercâmbio de Experiências do Fundo de Gênero no Brasil*, 1, 2000.

SWARBROOKE, J. *Turismo sustentável: conceitos e impacto ambiental*. 1. ed. São Paulo: Aleph, 2000. v. 1.

UNITED NATIONS. Replacement Migration: is it a solution to declining and ageing population? New York: United Nations Population Division, 2001.

_____. The Sex and Age Distribution of Populations: the 2000 revision, volume II: *the sex and age distribution of the world population*. New York, 2001.

VEIGA, J. E. da *O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento. Núcleo de estudos agrários e de desenvolvimento rural*. Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001.

VERGARA, S. C. *Projetos e relatórios de pesquisa em administração* (2 ed.). São Paulo: Atlas, 1998.

VOX POPULI. *Relatório da pesquisa de hábitos de consumo do turismo brasileiro*. Vox Populi, 2009.

WELLS, E. L.; MARWELL, G. *Self-esteem: its conceptualization and measurement*. California: Sage, 1976.

YANNOULAS, S. C. O trabalho sem fim: sobre a centralidade dos trabalhos femininos. *In: Condições de trabalho no limiar do século XXI*. 1. ed. Brasília: Época Editora, 2008.

YIN, R. K. (2005). *Estudo de caso: planejamento e métodos* (3 ed.). Porto Alegre: Bookman, 2005.

ZAPATA, T. *Desenvolvimento territorial à distância*. Florianópolis: SEaD/UFSC, 2007.

APÊNDICE A

Roteiro semiestruturado – entrevista com as mulheres rurais

Projeto: O impacto social do turismo rural no papel das mulheres campesinas

Aluna: Maysa Sena de Carvalho

Orientadora: Prof^a Dr^a Marutschka Martini Moesch

Bloco I – Dados pessoais:

Nome: _____

Idade: _____

Naturalidade: _____

Situação conjugal: _____

Tem filhos: _____ Quantos? _____

Tem religião? _____ Qual? _____

Raça/Cor _____

Escolaridade _____

Você possui documentos como registro de nascimento, identidade, CPF?

Bloco II – Distribuição do trabalho:

Você considera seus afazeres de dona de casa um trabalho?

() Sim () Não

Por quê?

Como você caracteriza seu trabalho de dona de casa:

A. Você considera importante manter suas obrigações domésticas () Sim () Não

B. Seu companheiro acha importante () Sim () Não

C. Seus filhos colaboram com as atividades domésticas () Sim () Não.

Caso a resposta indicada acima seja SIM quem colabora os () meninos () meninas () ambos

D. Você acha que deveria ser remunerada para fazer trabalho de casa? () Sim () Não

E. Trabalhar com turismo atrapalha sua vida familiar e doméstica (de casa)? ()

Sim () Não

F. Se tivesse condições, colocaria alguém para trabalhar na sua casa? () Sim () Não

F.1 Por quê?

Quantas horas de trabalho você tem por dia?

- () 4h por dia
 () 6h por dia
 () 4h por dia
 () 8h por dia
 () 12h por dia
 () mais de 12h por dia

Que tipo de trabalho você realiza atualmente? (LAVAR, LIMPAR, ARRUMAR, COZINHAR E SERVIR) extensão do trabalho doméstico.

Bloco III - Relações/organização familiares

Como você obteve suas terras – área própria? (Indicar ao lado a quantidade em Hectares)

- | | Quantidade de área |
|---------------------------------------|--------------------|
| () através de herança | _____ |
| () compra de parentes | _____ |
| () compra de terceiros | _____ |
| () através de doação | _____ |
| () as terras são de posse provisória | _____ |
| () por atribuição (colonização, etc) | _____ |
| () outra _____ | |

Se houve herança (parcial ou total da propriedade), assinalar quem foram os herdeiros:

- () o marido herdou a terra de sua família
 () a esposa herdou a terra de sua família
 () ambos, o marido e a esposa, herdaram partes que compõe a propriedade atual
 () outra _____

Como seu pai ou do seu marido procedeu na distribuição de sua propriedade aos filhos?

() Todos os herdeiros, homens e mulheres, receberam uma parte igual da herança (IGUALITÁRIA PARA TODOS)

() Apenas os homens receberam uma parte da herança e as mulheres não receberam nada (IGUALITÁRIA PARA HOMENS)

() Apenas os homens receberam uma parte da herança e haverá uma compensação para as mulheres (IGUALITÁRIA PARA HOMENS COMPENSADA)

() A partilha não foi igualitária e não houve compensação pra os não-herdeiros (DESIGUAL NÃO COMPENSADA)

() A partilha não foi igualitária mas houve uma sistema de compensação para os não-herdeiros (DESIGUAL COMPENSADA)

() Um sucessor foi designado pelo pai e recebeu a terra sem nenhuma compensação para os demais herdeiros (DESIGUAL NÃO COMPENSADA COM SUCESSÃO)

Composição da família (Informar todos os componentes da família)

Nome	Relação com o chefe (A)	Idade	Tipo de Trabalho (B)	Estado Civil (C)	Escolaridade (D)

(A)	(B)	(C)
1 Resp/Chefe	1 Trabalha tempo integral na UP (*)	1 Casada (o)
2 Cônjuge	2 Trabalha tempo-parcial na UP	2 Solteira (o)
3 Filho	3 Trabalha na propriedade e estuda	3 Viúva (o)
4 Filha	4 Trabalha tempo integral fora UP (*)	4 Divorciada (o) / Desquitada (o)
5 Genro	5 Somente Estuda	99 Outros
6 Nora	6 Criança menor de 8 anos	
7 Netos	7 Idoso maior de 65 anos	
8 Avô	8 Não trabalho pq deficiente ou inválido	
9 Avó	9 Trabalho doméstico – tempo integral	
10 Irmão	10 Trabalho doméstico – tempo parcial	

11 Irmã	11 Desempregada (o)
99 Outros	

(*) Considerar tempo integral de trabalho igual a 300 dias/ano

Bloco IV – Processo produtivo agrícola e distribuição da renda sem o turismo e depois com a entrada do turismo (quem produz, quem administra, como decidem sobre onde gastar, quem decide)

Qual é o tipo de produção da propriedade?

Você trabalha na produção da propriedade?

Para quem você vende a maior parte da produção?

- () venda direta para consumidores – nas casas ou em feiras livres
- () para cooperativa
- () para agroindústria e/ou empresa privada se estiver integrado
- () para poder público – município, etc.
- () para o intermediário – atravessador
- () não vende
- () outro _____

Quem trata com os fornecedores e a venda da produção?

Quem administra a propriedade?

Qual a principal razão que levou os membros da família a trabalhar no turismo?

Você trabalha no atendimento aos turistas?

Você aprendeu a lidar com público? Gosta do que faz?

Você tem renda fixa?

Houve aumento da renda familiar a partir do turismo?

Que administra a renda proveniente do turismo?

Como é gasta a renda proveniente do turismo? Especificar com quem é gasta?

Que tipo de trabalho você realizava antes do turismo?

Você já realizou financiamentos ou empréstimos em seu nome? Qual a finalidade?

Há aposentados e/ou pensionista na sua família? Quem?

Em que local você e sua família gastam a maior parte do dinheiro que ganham (não importa a fonte deste dinheiro):

na própria comunidade onde residem

no centro urbano da cidade a que pertence a localidade/distrito onde residem

na cidade-pólo mais próxima (maior cidade das redondezas)

outra localidade _____

Em relação à época em que seus pais trabalhavam na agricultura, você considera que o período atual (assinalar apenas uma alternativa):

melhorou muito, em todos os aspectos está pior do que antes, nada melhorou

melhorou, em algumas coisas não se aplica (os pais não eram agricultores)

não sabe e/ou não respondeu

Você tem perspectivas na agricultura e vê futuro para sua família nesta atividade?

Sim Não Não sabe e/ou não respondeu

Você tem perspectivas no turismo e vê futuro para sua família nesta área?

Sim Não Não sabe e/ou não respondeu

Você gostaria que seus filhos e/ou filhas seguissem a profissão de agricultores ou agricultoras:

Sim Não Não sabe e/ou não respondeu

Qual é o grau de sua satisfação e de sua família em relação ao TURISMO?

- Muito satisfeita
- Satisfeita
- Insatisfeita
- Não sabe e/ou não respondeu

Qual é o grau de sua satisfação e de sua família em relação ao MEIO RURAL (perguntar sobre espaço/ambiente e a comunidade onde vive)?

- Muito satisfeita
- Satisfeita
- Insatisfeita
- Não sabe e/ou não respondeu

Qual a importância da produção artesanal, industrial ou agropecuária na propriedade?

O turismo possibilitou emprego para você ou para seus familiares? Que tipo de emprego? A partir do turismo houve necessidade de maior formalização? (Registro de funcionários, inscrições em órgãos para obter acesso a crédito e outros auxílios, entre outros)

O que suas vizinhas acharam de sua participação no turismo?

Como esta dividida as responsabilidades na propriedade com a inserção do turismo?

Você participa na comunidade? Como?

Especificação	Participa
01 Associação comunitária de produtos e/ou agricultores	Sim () Não ()
02 Cooperativas	Sim () Não ()
03 Sindicato de trabalhadoras	Sim () Não ()
04 Associação de mulheres/clubes de mães	Sim () Não ()
05 Associação vinculada a igreja (pastoral, canto, etc)	Sim () Não ()
06 Clube de futebol, bocha, etc ligado ao lazer	Sim () Não ()
99 Outros tipos de entidade (especificar)	Sim () Não ()

O que mudou no seu dia a dia depois de fazerem parte do turismo?

Os filhos e o marido gostam deste seu novo trabalho (atender turistas)?

Desta renda vinda do turismo você já a usou para comprar ou fazer alguma coisa para si?

O que seria preciso acontecer para melhorar sua qualidade de vida? (pedir para destacar o aspecto mais importante)

Gostaria de acrescentar algo?¹⁷

¹⁷ OBSERVAR: Seu comportamento: forma de falar, vestir, gestos, interação com a família, especialmente em relação ao marido.

APÊNDICE B

Termo de consentimento livre e esclarecido

Projeto: O impacto social do turismo rural no papel das mulheres campesinas

Aluna: Maysa Sena de Carvalho

Orientadora: Prof^a Dr^a Marutschka Martini Moesch

Contatos: Maysa Carvalho – Telefone e Endereço.

Você está sendo convidado (a) a participar de uma entrevista que pode durar cerca de 30 minutos ou um pouco mais, sua participação não é obrigatória.

Sou aluna de Mestrado do Centro de Excelência em Turismo da UnB e estou desenvolvendo um projeto de pesquisa que pretende desvelar os impactos sociais das práticas do turismo do Projeto Talentos do Brasil Rural sobre os papéis das mulheres campesinas.

As informações obtidas serão usadas para contribuir com a reflexão sobre os impactos do turismo nas famílias rurais, especialmente para as mulheres campesinas.

Caso concorde em participar, as perguntas serão realizadas por mim e suas respostas serão anotadas e gravadas.

Tal autorização envolve a utilização do referido material, no todo ou em parte, em comunicações, congressos e na dissertação dessa mestranda.

Ainda, com o intuito de preservar sua identidade, escolherei um pseudônimo para constar nos trabalhos.

Caso você decida não responder ou mesmo depois de iniciada a entrevista, deseje interromper, é um direito seu e será respeitado.

Fica entendido que você pode perguntar o que quiser antes de assinar esse documento. E se ainda tiver dúvidas, poderá entrar em contato comigo. Obrigada por sua colaboração.

Declaro que li e entendi este termo de consentimento e todas as minhas questões foram esclarecidas satisfatoriamente. Assim, concordo em participar do estudo.

Assinatura: _____

Local: _____ Data: _____

Assinatura da pesquisadora: _____ Data: _____